



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO-BRASILEIRA**

**CENTRO DE HUMANIDADES**

**PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA – UFC/UNILAB**

**MULHERES NEGRAS EM AÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE AS RESISTÊNCIAS TECIDAS  
PELAS FEMINISTAS NEGRAS NA CAPITAL CEARENSE**

**GRAZIELA DE OLIVEIRA ALMEIDA**

**Fortaleza- CE  
2022**

GRAZIELA DE OLIVEIRA ALMEIDA

MULHERES NEGRAS EM AÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE AS RESISTÊNCIAS TECIDAS  
PELAS FEMINISTAS NEGRAS NA CAPITAL CEARENSE.

Dissertação apresentada ao Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia pela Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Antropologia

Área de Concentração: Diferença, Poder e Epistemologias.

Orientadora: Vera Regina Rodrigues da Silva

Apoio ao Usuário  
Catalogação de Publicação na Fonte. UNILAB - Biblioteca Setorial Campus Liberdade

---

Almeida, Graziela de Oliveira.

A444m

Mulheres negras em ação: uma análise sobre as resistências tecidas pelas feministas negras na capital cearense / Graziela de Oliveira Almeida. - Redenção, 2022.

87f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Acadêmico Em Antropologia, Mestrado Em Antropologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

Orientador: Vera Regina Rodrigues da Silva.

1. Feminismo. 2. Identidade de gênero. 3. Negras. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 305.4

---

GRAZIELA DE OLIVEIRA ALMEIDA

MULHERES NEGRAS EM AÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE AS RESISTÊNCIAS TECIDAS  
PELAS FEMINISTAS NEGRAS NA CAPITAL CEARENSE.

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestra em Antropologia do  
Programa Associado de Pós-Graduação  
UFC/UNILAB

Aprovada em: 27/04/2022

BANCA EXAMINADORA:

**Prof. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva (orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira -UNILAB

**Prof. Dra. Marina Pereira de Almeida Mello**

EFLCH/UNIFESP - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal  
de São Paulo

**Prof. Dra. Violeta Maria de Siqueira Holanda**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira -UNILAB

À minha mãe, pela profundidade do que nós  
somos e pela mulher que tenho sido graças a  
ela.

## AGRADECIMENTOS

À minha família, por me ensinar dia após dia a importância do afeto, dos sonhos e da partilha. Por serem raízes tão fortes em minha vida.

À turma ingressante em 2019.2, por todo e cada momento compartilhado, por tudo aquilo que nós fomos em conjunto.

À professora e minha orientadora, Vera Regina Rodrigues da Silva, por ter aceitado me acolher e me ensinar tanto nessa jornada intensa e tão desafiadora. Por nunca soltar minha mão e por me mostrar, sempre, o real sentido da partilha afetiva-política.

Ao programa associado de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), aos professores e professoras que se fizeram presente nesta caminhada, por cada construção tecida diariamente em sala de aula.

Às professoras, Marina Pereira e Violeta Holanda, por participarem de momentos tão importantes de conclusão dessa trajetória.

A todos e a todas que, de alguma forma, cruzaram o meu caminho e me mostraram tantas outras possibilidades de ser e de construir, sempre.

Então o colonizado descobre que sua vida, sua respiração, as pulsações de seu coração são as mesmas do colono. Descobre que uma pele de colono não vale mais do que uma pele de indígena. Essa descoberta introduz um abalo essencial no mundo. Dela decorre toda a nova e revolucionária segurança do colonizado. Se, com efeito, minha vida tem o mesmo peso que a do colono, seu olhar não me fulmina, não me imobiliza mais, sua voz já não me petrifica. Não me perturbo mais em sua presença. Na verdade, eu o contrario. Não somente sua presença deixa de me intimidar como também já estou pronto para lhe preparar tais emboscadas que dentro de pouco tempo não lhe restará outra saída senão a fuga (FANON, 1968, p.34)

## RESUMO

A história da construção do território Brasileiro enquanto nação carrega uma série de violências referentes a uma dominação colonial que por aqui chega a impor hierarquias de poder. Corpos negros, femininos, se encontram historicamente sob a mira de uma estrutura social que valoriza padrões dos colonos e inferioriza a cultura dos colonizados. Diante disso, este trabalho busca pensar nas resistências femininas cearenses, através das construções tecidas pelos movimentos feministas na capital, Fortaleza, em principal o Instituto de Mulheres Negras e os Tambores de Safo. Para traçar uma linha temporal de suas ações no exercício de uma pesquisa qualitativa, utiliza-se de uma análise documental, partindo de uma busca, através das redes sociais e da imprensa, das suas últimas atividades no correr de março de 2021 a março de 2022. Diante disto, encontram-se movimentos feministas que seguem tecendo resistências plurais, com o fortalecimento de uma rede nacional e regional, denotando a importância de se pensar as particularidades e as diferenças femininas. Demonstram, ainda, uma forte bandeira de luta no que corresponde à participação política, construindo diálogos e ocupando. Deste modo, este trabalho aponta a importância desses espaços como resistência a um contexto social histórico de violência e da exclusão. Visando a construção de uma sociedade que seja, de fato, mais igualitária e participativa

**Palavras-chaves:** Feminismos. Gênero. Interseccionalidade. Raça.



## **ABSTRACT**

The history of the construction of the Brazilian territory as a nation carries a series of violence referring to a colonial domination that here imposes hierarchies of power. Black, female bodies are historically under the sights of a social structure that values colonists' standards and downgrades the culture of the colonized. Therefore, this work seeks to think about the female resistance of Ceará, through the constructions woven by the feminist movements in the capital, Fortaleza, mainly the Instituto de Mulheres Negras and the Tambores de Safo. In order to trace a timeline of its actions in the exercise of a qualitative research, a documental analysis is used, starting from a search, through social networks and the press, of its latest activities from March 2021 to March 2022. In view of this, there are feminist movements that continue to weave plural resistances, with the strengthening of a national and regional network, denoting the importance of thinking about women's particularities and differences. They also demonstrate a strong banner of struggle in what corresponds to political participation, building dialogues and occupying. In this way, this work points out the importance of these spaces as resistance to a historical social context of violence and exclusion. Aiming at building a society that is, in fact, more egalitarian and participatory.

**Keywords:** Feminisms. Genre. intersectionality. Breed

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO</b>	10
<b>2 PERCURSO METODOLÓGICO: ESCOLHAS TEÓRICAS, METODOLÓGICAS E AFETIVAS.</b>	13
2.1 O caminho até aqui: narrando as escolhas, as ausências e os encontros no percurso.	13
2.2 Teorias e metodologia em auxílio ao pensamento: escolhendo formas de dizer.	19
<b>3. UM MUNDO COLONIAL EM XEQUE: OS DESDOBRAMENTOS DE UMA CULTURA DE EXPLORAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO.</b>	25
3.1 Narrativas, dicotomias e a construção do “outro”.	27
3.2 Olhares sobre corpos femininos racializados: perspectivas coloniais e suas teias.	32
<b>4 MOVIMENTOS, TENSÕES E RUPTURAS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA SOBRE O MOVIMENTO DE MULHERES NO BRASIL.</b>	41
4.1 Uma análise sobre os movimentos feministas: presenças e ausências em seus significantes.	43
4.2 História dos Movimentos de Mulheres no Brasil: impasses, vitórias e lutas.	49
<b>5 RESISTÊNCIAS FEMINISTAS NO CEARÁ: a construção histórica de vozes plurais no estado.</b>	58
5.1 O antes e o agora: um mapeamento dos caminhos trilhados pelos femininos na capital cearense.	59
5.2 Tambores de safo e INEGRA: passos, pequenos passos, grandes ruídos.	72
<b>6. CONCLUSÃO</b>	80
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	83

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende ser registro, de uma trajetória ainda em movimento, de contatos com espaços e olhares acerca do ser mulher. Trata-se de um reflexo e resultado do meu caminhar no espaço acadêmico, enquanto pesquisadora de gêneros, raça, feminismos, sexualidade, e de tudo que o atravessa, de tudo aquilo que ficou preso na garganta e que exigiu ser cuspidor, de todos os porquês não respondidos, e de todas as angústias antecipadas. Em principal, fala sobre o encontro com espaços e leituras, de fato, decoloniais, a me auxiliarem a dar nome a tudo aquilo que permanecia inquieto, dentro, a enxergar fraturas, silêncios e ausências, tão significativas e direcionadas no campo da narrativa feminista. Trata-se, por fim, de um buscar sentidos nas presenças e ausências, entendendo que essas últimas também falam, e muito.

A presença, sempre em constante, de autoras e autores brancos, assim como determinadas pautas embraquecidas dentro da minha vivência no movimento feminista, foram ponto de partida para me fazer questionar o outro lado, o das ausências. Porque há sempre as mesmas leituras, as mesmas discussões? Onde estava o outro lado? Quais discussões atravessam esse campo e quem estava falando sobre isso? Perguntas, inquietações, que só foram confrontadas no contato com espaços que buscavam dar conta delas. Potencializando, criticando e aprofundando discussões extremamente urgentes e profundamente necessárias. Esta, então, é uma narrativa sobre esses encontros, e os resultados que, longe de terem curto prazo, permanecem moldados ao corpo, à memória, impulsionando futuros caminhos, traçados dentro e fora do espaço acadêmico.

Proponho, a seguir, um mergulho nos caminhos que cruzam corpos racializados, femininos e LGBTQIA+<sup>1</sup>, em suas interseccionalidades (CRENSHAW; 2004), vivenciando e resistindo em um país racista, heteronormativo e opressor no que tange aos tratos com as minorias, negando-lhes espaços, afetos e diversos modos próprios de viver. Especificamente pensando nas particularidades do estado do Ceará, em seu racismo regional (MENDES; 2010) que traz, em sua história, uma negativa em relação à identidade e a cultura negra (MENDES; 2010). Trata-se de ouvir as vozes que se propõe a quebrar os silêncios, as amarras históricas, que desafiam todo um sistema que foi construído para controlar seus corpos, de diversos modos.

---

<sup>1</sup>Sigla que faz referência a comunidade, em respectivo, das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexos, Assexuais e as demais orientações sexuais ou identidades de gênero.

Assim, trago no capítulo 2 “Percurso metodológico: escolhas teóricas, metodológicas e afetivas”, as construções metodológicas que desenham essa pesquisa. O seu subitem, “2.1 O caminho até aqui: narrando as escolhas, as ausências e os encontros no percurso”, carrega as memórias afetivas de momentos cruciais que construíram essa pesquisa. Falo sobre os porquês, as dúvidas, as contradições, os desafios e tudo que permeia a minha formação. Dos olhares que me mostraram direções, das falas que retumbaram em minha cabeça, resultando em uma proliferação de questionamentos, que logo levaram a outros, e a outros, e a outros ... Falo nessas linhas sobre todas as questões que me atravessam, e me exigem escrever sobre.

No subitem “2.2 Teorias e metodologia em auxílio ao pensamento: escolhendo formas de dizer”, falo sobre as questões metodológicas, as ferramentas que me auxiliaram a entender e colocar para fora tudo aquilo que me arremetia o peito. Resgato um tempo não tão distante, que marca o início do agora, a proposta inicial e tudo aquilo que a rodeava. Falo, em seguida, de todas as dúvidas e dificuldades que marcaram a construção dessa pesquisa, em principal a pandemia do covid19, que modificou profundamente as minhas escolhas referente a esse projeto. Abordo também as leituras e o delinear metodológico que concedem uma silhueta a essa pesquisa. Autoras e autores que me marcaram profundamente e me transformaram, exigindo mudanças e propósitos outros enquanto pesquisadora.

No capítulo 3 “Um mundo colonial em xeque: os desdobramentos de uma cultura de exploração no Brasil e no mundo”, trago um contexto histórico crucial para que possamos entender a construção do cenário atual, discuto as práticas coloniais de exploração de corpos e modos de vida do povo de países colonizados e tudo que resulta, e tudo que segue a ecoar nos dias cotidianos, na cultura relacional e em como nos percebemos no agora. Busco abordar, sobretudo, os efeitos de uma imposição cultural hegemônica, aprofundadas no subitem “3.1 Narrativas, dicotomias e a construção do “outro”. Nele, busco falar sobre as narrativas construídas para a justificação de um cenário de escravidão e inferiorização de alguns povos, as categorias criadas em prol do benefício de quem estava no poder do sistema colonial. Especialmente pensando no lugar central da antropologia no ontem e as preocupações recorrentes hoje. Já no subitem “3.2 Olhares sobre corpos femininos racializados: perspectivas coloniais e suas teias”, adentro nas especificidades dessa narrativa nos corpos femininos racializados, nas diferenças que atravessam as mulheres em um cenário de hierarquias de gênero e raça, silenciando uns e dando vozes a outros.

Seguindo o caminhar histórico, entro no terreno das resistências no capítulo 4 “Movimentos, tensões e rupturas: uma análise histórica sobre o movimento de mulheres no Brasil”, em seu subitem “4.1 Uma análise sobre os movimentos feministas: presenças e ausências em seus significantes”, pensando, sobretudo, nas ausências, na construção de

um levantar feminista por mulheres brancas e todas as contradições e os outros vários lugares a surgirem e serem explorados dentro desse movimento, uma vez que a estrutura social, econômica, cultural e política atravessa de formas diferenciadas as diversas vivências femininas. Em posterior, no subitem 4.2 "História dos Movimentos de Mulheres no Brasil: impasses, vitórias e lutas", adentro as próprias especificidades brasileiras e toda a sua construção identitária, destacando os processos que aqui se fortalecerem e o tipo de femininos que se construíram.

Por fim, chego no capítulo 5 "Resistências feministas no Ceará: a construção histórica de vozes plurais no estado", em seu subitem 5.1 "O antes e o agora: um mapeamento dos caminhos trilhados pelos femininos na capital Cearense", busco resgatar a história do movimento aqui no estado, em todas as suas especificidades regionais, pensando nessa relação entre passado e presente, as construções e presentividade políticas que marcaram a capital cearense no que corresponde a questões feministas e aquelas que se apresentam na atualidade, que correspondem a pluralidade e diversidade das mulheres cearenses. Um olhar, por fim, de tudo aquilo que fora debatido anteriormente nos capítulos que, agora, recai sobre o nosso estado, a saber de todas as suas nuances próprias.

Já no subitem 5.2 Tambores de safo e INEGRA: passos, pequenos passos, grandes ruídos, mergulho, em uma linha temporal crescente, no último ano vivido pelo INEGRA e pelo Tambores de SAFO, pensando nesse período de março de 2021 à março de 2022. É aqui que aponto um olhar mais específico para o nosso estado, sobretudo para a nossa capital Fortaleza, uma vez que é aqui que esses espaços são construídos. Suas ações são pensadas e discutidas em conjunto a referências e discussões teóricas que me acompanham na escrita dessa pesquisa. Busco, assim, levantar quais são as pautas centrais, como se dão as construções plurais, nacionais e regionais, e o alcance de todas as suas particularidades.

Nas últimas linhas, no tópico da conclusão, finalizo com tudo que aqui já fora posto, com os vários porquês que ainda seguem pairando sobre esses ares, com os novos questionamentos surgidos e todos os caminhos atravessados e descobertos, sobretudo aqueles que ainda precisam ser explorados. No fim, que na verdade é só mais um começo, proponho sintetizar o movimento plural, que começo a desenhar nas linhas a seguir.

## **2 PERCURSO METODOLÓGICO: escolhas teóricas, metodológicas e afetivas.**

Escrever sobre os movimentos de mulheres no Estado do Ceará é, em grande parte, um reflexo, um resultado de um longo caminho percorrido entre questionamentos, descobertas, percepções, surpresas, um olhar atento, um descuido, um processo. Antes de adentrar na discussão teórica sobre os movimentos feministas, falo sobre os motivos que me levaram a escolher falar sobre eles, o que me moveu até aqui, a este ponto exato de discussão, o que me instigou e segue instigando, as variadas dúvidas que por muito pairavam sobre o meu pensar, e as que seguem brotando incansavelmente em um chão que tem ainda muito a ser percorrido. A seguir, apresento o caminho até a pesquisa, e me apresento. Entendendo que também sou, e sinto, aquilo que escrevo, aquilo que me move.

### **2.1 O caminho até aqui: narrando as escolhas, as ausências e os encontros no percurso.**

Esse trabalho é fruto de uma jornada repleta de nuances, curvas, pontos de interrogações e desafios. Não sei ao certo o início, mas poderia dizer que, desde muito cedo, a inquietação central que me guiava os pensamentos eram aquelas que atravessavam as implicações referentes ao meu gênero. Mesmo que fosse muito nova para conhecer as teorias feministas ou me ater às discussões que surgiam eu sentia e vivia as diferenças cotidianas que me arrebatavam apenas por ser mulher. Afinal, minha identidade de gênero (BUTLER; 2014) foi demarcada desde cedo por adereços infantis que sinalizavam a ideia de feminino, me possibilitando com isso apenas aquilo que cabia socialmente ao feminino.

Dividindo a casa com três mulheres e quatro homens. Vivenciei um pragmatismo patriótico que:

[...] foi se efetivando em meados do séculos XIX, instauraram-se papéis sexuais bem delimitados: masculinidade e feminilidade se identificaram com paternidade e maternidade respectivamente. Tudo o que fugisse a esse padrão regulador seria anormal (TREVISAN; 2002; p.173).

Assim, cresci no seio da fronteira, sendo observadora e vítima de dois lados distintos. Do lado da fronteira feminina, meninas crianças rodeadas de bonecas e acessórios para fazer comida. Ensinadas a cuidar das tarefas domésticas aos treze.

Criticadas por não levar jeito para a cozinha. Mulher, mãe, dona do lar e dos filhos. Uma esposa a servir. Do lado masculino, meninos crianças descansados, andando em bandos até tarde na rua, correndo, sujando, sorrindo. Com suas brincadeiras violentas e seus assuntos proibidos para meninas. Um homem pai despreocupado, um esposo a ser servido. Sentia inveja. Ouvi que queria ser igual a eles, mas só queria poder correr em liberdade.

A adolescência em sua fúria me arrebatou. Não cresci conforme o esperado, e nem queria. Vestidos, maquiagens e saltos não me interessavam. Meu corpo incompreendido em ebulição foi escondido timidamente. Seja por roupas largas ou por esquinas solitárias. Não adiantou. Houve vezes em que grupos de meninos me encontraram em finais de esquinas e eu, cabisbaixa, rezando baixinho para não ser ouvida, fui objeto, cercada por meninos-crianças que se sentiram no direito de me constranger, me lançando assobios, risadas e observações ferinas sobre meu corpo. Sentindo como se nada fosse, sem um lugar que não o da passividade, corri. Aprendendo, ali, que mulheres sempre estão em perigo apenas por serem mulheres.

Sendo mergulhada em configurações de gênero que remetia os papéis ativos para os homens e os passivos para as mulheres (MEINERZ; 2011), observei que havia uma linha entre os meninos com direitos de meninos, com seus comportamentos agressivos (PARKER; 2002) e as meninas com o dever do silêncio. E aí de quem ousasse atravessar. Lembro do choro preso na garganta, o passo feito pressa. Meu corpo cada vez mais invisível em tons abstratos. Mas os olhos de meninos são olhos de laser. Não há tecido ou vergonha que os impeça de atravessar.

Ainda, nada do que não fora padrão me saltava os olhos. Me descobrindo enquanto mulher lésbica, enfrentei uma cultura popular que:

[...] É permeada pela ideia de que a variedade erótica é perigosa doentia, depravada, e uma ameaça a tudo que existe, desde crianças pequenas até a segurança nacional. A ideologia sexual popular é um guizado nocivo que reúne ideias de pecado sexual, conceitos de inferioridade psicológica, anticomunismo, histeria coletiva, acusações de bruxaria e xenofobia. (RUBIN;2017;p.85)

Feito ferramenta audaz que gruda na pele que “suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica” (BUTLER;2014;p.41) os corpos LGBTQIA+ nunca existiram. Ou, feito alucinação, coisa mística e distante, um tipo de figura sexual, uma espécie:

A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia

interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie. (FOUCAULT; 1988; p.43-44)

Corpos alheios, presos em habitats outros. Com suas paredes internas aquecidas por uma religião cristã entranhada. Antes de nos dizer que amar alguém do mesmo sexo era pecado, ela fortalecia um mundo dual e heteronormativo, sem chance ou espaços para experiências. Assim, sem outras referências, cresci aceitando os modelos fabricados como certo. Encarei meus desejos diferentes, desejei chegar ao epicentro do meu eu, mal sabia que, para isso, precisava vencer séculos de repressão (TREVISAN; 2002). A cada peça revelada, uma culpa pesava sobre meus ombros e me fazia afundar nos bancos de madeira da igreja aos domingos.

Cabisbaixa, receosa, carregava em meu peito religioso a ânsia de vomitar meus demônios culposos, em um ato de confissão, uma vez que:

A pastoral cristã inscreveu, como dever fundamental, a tarefa de fazer passar tudo o que se relaciona com o sexo pelo crivo interminável da palavra. A interdição de certas palavras, a decência das expressões, todas as censuras do vocabulário poderiam muito bem ser apenas dispositivos secundários com relação a essa grande sujeição: maneiras de torná-la moralmente aceitável e tecnicamente útil. (FOUCAULT; 1988; p.24)

Diante do representante de Deus, em busca de uma aceitação moral, escondi meus sangramentos e proferi o óbvio. Rezei. Descobri que ia para a casa santa para ver garotas. Passei a olhar para os lados procurando minha inquisição. Sabia que, se eu abraçasse meus pequenos pecados flamejantes, também iria queimar. Difusa feito fumaça me vi expandir para além do corpo. Logo descobri que eu era apenas uma pequena parte culpa de um todo acusativo, que minha experiência interior coincidia com a de outros e me permitia dialogar com eles. Havia outros corpos em ebulição.

Passei a enxergar fumaça em poros de rostos conhecidos. O mundo colorido silencioso e escondido dos meus olhos saltou à minha frente como quem não suporta mais a espera da descoberta. Adentrei em seus terrenos secretos enquanto beijava bocas femininas e me amparava em ombros porto-seguro de outros corpos flamejantes. A vergonha, entretanto, permaneceu ali, posta entre minhas entranhas. E vez ou outra aparece para zombar. Sinalizando uma homossexualidade em conflito, “como resultado do pânico sofrido pelas condenações (ancestrais e atuais), que foram internalizadas” (TREVISAN; 2002;p.202). A face que ardia ao chegar no ambiente familiar depois de ter “pecado”. As conversas com Deus e o medo de ir para o inferno. O choro preso na garganta toda vez que escutava comentários homofóbicos. O terror de pensar em ser descoberta.



Tudo me foi percebido e sentido ao longo de uma jornada que me fez encarar os espelhos e seus reflexos incertos. Me permitindo ver para além daquilo que diziam que eu era, traços que, tanto me distanciavam como me aproximavam da vivência de outras mulheres. Muito do que me foi escrito permanece ali, firmado entre os meus borrões ilegíveis, entre minha caligrafia torta, entre as minhas tentativas cotidianas de ser liberdade. Em uma sociedade de falsa solidez, descobri que sigo sendo apenas mais uma das abstrações flutuantes. Pairando, feito bruma densa, entre vários outros fantasmas, criados por uma sociedade que morre de medo de assombração. Entretanto, por vezes, o silêncio ainda segue a coçar a garganta. Entre as quatro paredes de um lar ainda cristão, entre outros tantos espaços construídos para restringir, sob olhares que condenam. Minha voz calada diante de ouvidos que não querem entender. Então assumo novas formas de verbo. Grito enquanto vivo, enquanto beijo, enquanto escrevo, grito enquanto sou.

Assim, foi sentindo na pele que passei a questionar e tentar responder os vários por quês, pensando em quem ditava todas essas linhas que restringem espaços e corpos específicos, quem obedecia e porque obedecia, e, principalmente, como resistir a ela. No entanto, essas perguntas só ganharam formas sólidas e foram potências para gerarem outras ao passo que adentrei na Universidade Estadual do Ceará (UECE) no curso de graduação de Serviço Social, em 2012. Os caminhos que lá tracei me revelaram uma série de questões urgentes sobre as presenças e as ausências, as vozes escutadas e aquelas silenciadas. Relações de poder entranhadas em discursos, escolhas, e opções teóricas. As vivências, nesse percurso, geraram questionamentos que vieram a ser sementes, e logo transformadas em frutos, fortalecidos em espaços de tensionamento sobre aquilo que é posto.

Na ânsia de estudar as questões sobre os gêneros, ao entrar na Universidade busquei acessar espaços feministas, entretanto, participando de coletivos, não me via completamente ali, principalmente, não via nessas mulheres, a minha mãe, as minhas tias e todo um referencial de mulheres negras que fazem parte das minhas teias afetivas e cotidianas. Assim, a primeira grande questão, a atravessar o meu caminho, e ser ponto de partida e propor questionamentos, foi sobre o tipo de feminismo que me chegou primeiro, a ser apresentado, pensado, discutido. Passei a questionar quem eram as mulheres que tomavam a frente desses espaços, quais eram suas pautas, seus perfis, suas dinâmicas. Foi, a princípio, uma relação confusa, de querer entender toda essa discussão, tentando seguir o fluxo. Ao mesmo tempo que seguia inquieta. Mergulhando, mas estranhando. Até o dia em que participei de um seminário proposto por um coletivo feminista, e tudo mudou.

Do fundo do auditório mediano eu observava o quadro, um ambiente repleto de mulheres, dispostas em cadeiras e atentas ao palco onde um grupo específico falava. Ao redor, bandeiras de luta e palavras de ordem completavam o tom enfático das palestrantes

junto com o burburinho de apoio emitido pelas ouvintes. O ano era 2014, e eu estava vivendo os meus primeiros semestres universitários, entrando no mundo das organizações feministas, e dali vibrava com cada palavra, cada aprendizado novo. Até que, ao abrir para o público, uma mulher se levanta e toma o microfone, meus olhos imediatamente nela. Uma mulher negra, empregada doméstica, que sem delongas afirmou que só estava ali porque havia mentido para sua patroa.

Eu sabia que havia alguma coisa grandiosa e emblemática naquela afirmação, mas meu conhecimento raso não me permitiu traduzir, busquei respostas nas reações do palco e inesperadamente me deparei com a euforia. Aplausos de quem reconhecia a resistência. Mas, pensei, ela não estava resistindo a um homem e a todo seu arsenal machista. Ela estava resistindo a outra mulher. O que cabia ali? Dentro daquelas palavras soltas, tão cruas e sinceras? A empolgação chegou e foi embora, a mudança de assunto prevaleceu. Como? Me questionava. Como ninguém vai falar sobre isso? Uma sementinha inquieta me amargou a boca, foi difícil de engolir.

Em paralelo a esse acontecimento, tive a sorte e a oportunidade de me inserir no Laboratório de Estudos e Pesquisa em Gênero, Afrobrasilidades e Família (NUAFRO), na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Tendo assim um suporte e um meio para conseguir verbalizar tudo aquilo que me remoía por dentro. Foi através dos estudos propiciados nesse espaço, coordenado por uma mulher negra, que obtive uma apreensão maior de outros processos que atravessavam as dinâmicas estruturais Brasileiras, como a raça, enquanto “um elemento estruturante da sociedade e das relações de gênero na cartografia social na América Latina, e especificamente no Brasil” (FIGUEIREDO, GOMES, 2016, p.916).

Foi lá também que me deparei com as discussões em torno da categoria gênero, como uma perspectiva analítica, tomando de sua utilização para entendê-lo no seio das relações sociais e da história (SCOTT, 1995), encontrando uma relação intrínseca ao próprio desenvolvimento dos movimentos feministas e suas pautas (COSTA, MADEIRA, SILVERA, 2012). Apreendendo um movimento relacional no qual “o gênero tornou-se uma das categorias analíticas mais importantes na empreitada acadêmica de descrever o mundo e tarefa política de prescrever soluções” (OYEWÙMÍ, 2004, p.2).

Esses acessos teóricos e as várias trocas e experiências vividas dentro do espaço do laboratório foram o que me permitiram questionar: quem estava por trás dessa premissa de descrever? que tipo de mundo era retratado? De que corpos as feministas estavam se referindo? Quais eram, dentro de suas questões centrais e históricas, as realidades não contadas? uma vez que, no que tange ao debate teórico construído dentro desses movimentos, Oyewùmí (2004) nos conta que “devemos questionar a identidade social,

interesses e preocupações das fornecedoras de tais conhecimentos” (OYĒWÙMÍ, 2004, p.2).

Esse questionamento ficou mais forte quando realizei o estágio no Centro de Referência Socioassistencial (CRAS), localizado no Bairro Antônio Bezerra, me deparando com questões centrais que atravessavam gênero, raça e classe, com mulheres que traziam o debate do ser mulher em suas expressões, observações, modos de vida, que me pareceram distantes e diferentes de muitas das leituras feministas referenciadas. Essa experiência me levou diretamente para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que acabou sendo realizado no CRAS do Bom Jardim, se constituindo em apreender os perfis das mulheres referenciadas e como elas eram enxergadas pela Política de Assistência Social.

Dentro desse espaço, me deparei com mulheres negras que traziam avidamente pensamentos de resistência, e se organizavam em grupos para debatê-los. Mulheres que se protegiam, que sonhavam em abrir os olhos das outras mulheres acerca de suas tantas violências sofridas, que ofereciam colo, escuta e meios para romperem o ciclo de dor que as acometia cotidianamente. Mulheres respeitadas por sua comunidade, que utilizava desse respeito para se protegerem e protegerem as outras. Que levantavam questões de raça e gênero em suas bandeiras próprias de lutas, em seus enfrentamentos perante a Política de Assistência e ao Estado. Esse contraste entre os feminismos vivenciados na academia e aquele encontrado ali, me leva a querer, posteriormente, mergulhar de cabeça nessa pluralidade pertencente ao movimento feminista, em principal das variadas resistências a uma lógica única ditada no início de sua construção.

É assim que chego ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), pertencente à Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), propondo um trabalho sobre mulheres, em seus vários lugares, olhares e sentidos. Sobre ser o que se é e nascer alvo, carregando no corpo as marcas de uma história que não nasceu hoje, mas segue firme em conduzir o ritmo em que a sociedade dança. Sobre a festividade de um País que ignora, e, por muito, justifica, suas violências mais brutais há quem não se encontra no centro do palco. Os rostos camuflados e pintados em cor sangue. Sobre as vozes que ecoam e exigem, cada vez mais, que a hipocrisia colonial pare de ditar seus ritmos assassinos.

Ritmo este que possui datas, a sucederem em feridas profundas. E rostos, atravessados por construções de gênero, raça, sexualidade. Culturas tantas e outras, que seguem a marcar nossos cotidianos, dando a pessoas específicas, sofrimentos e situações próprias a seus lugares dentro de um sistema, sobretudo, masculino, racista e heteronormativo. Neste sentido, levanto, quais especificidades históricas atravessam o ser

mulher? Em principal, aquelas em que se liga gênero e raça, a caminharem juntas no que corresponde às opressões cotidianas?

Hoje, sei que ao invés de digerir, a sementinha brotou, pois esse trabalho é seu fruto. Quase toda descoberta começa com um porque, e o meu foi: Por que elas não estão falando sobre isso? E, a partir dessa, outras tantas surgiram e continuam a surgir, como uma árvore saudável cheia de ramos, a produzir seus brotos incansavelmente, tão semelhantes e ao mesmo tempo distintos. Me desafio a enxergar a raiz. Essa coisa forte que mantém as diferenças e semelhanças vivas. O que há por trás do solo? Tão forte e pulsante a produzir essa coisa viva? O que há por trás dessas línguas e seus tantos sons? Quem plantou essa árvore aqui? Neste solo tão hostil para nossos corpos habitarem? E quem é responsável por mantê-la viva? Quero entender, e querer entender, quase sempre, é o grande começo.

## **2.2 Teorias e metodologia em auxílio ao pensamento: escolhendo formas de dizer.**

Uma vez falando no subitem anterior sobre tudo que me atravessou e segue me atravessando enquanto mulher, feminista, negra e lésbica, parto neste subitem para as minhas vivências enquanto pesquisadora e, especialmente, sobre tudo que constitui essa pesquisa, os caminhos trilhados para o seu desenvolvimento, os caminhos das mulheres entrevistadas em relação às lutas feministas no estado do Ceará. Trata-se, primeiro, de um olhar sobre o contexto atual e suas principais demandas e desafios, principalmente em um contexto de pandemia, que afeta diretamente a realização da ida ao campo, as escolhas feitas anteriormente e os objetivos pensados para a concretização desta. Falo sobre as renúncias, as escolhas e as trocas tecidas ao longo do percurso, que acabam por refletirem em cada linha escrita neste trabalho e em seu estado final.

Essa pesquisa segue um curso de mudanças em todo seu processo evolutivo, seja na trajetória da minha escrita, ou na construção de trabalhos, recorreu a caminhos que nem sempre foram compreensíveis ou esperados. Destaco um processo permeado de desafios e novidades postas no percalço, me levando, por muitas vezes, a parar, pensar e repensar as escolhas teóricas e de campo, sempre em movimento, uma vez que:

O processo de pesquisa constituiu-se de movimentos labirínticos, aberto aos “imponderáveis da vida social”, permeado de “surpresas”: os percalços, as descobertas e as (re)criações sociológicas tecidos nas relações entre o vivido e o narrado (BEZERRA, 2015, p. 114).

Antes de adentrar nesses movimentos labirínticos apontados pela autora acima, fui impulsionada por um desejo de, partindo da assertiva de que “devemos pensar uma reconfiguração do mundo a partir de outros olhares, questionar o que foi criado a partir de uma linguagem eurocêntrica” (RIBEIRO, 2018, p.22), propor adentrar nas narrativas de vida, nos processos de construção identitárias e nas lutas das mulheres negras que constroem o INEGRA, para propiciar um outro olhar em direção às estruturas sociais/culturais/econômicas, e para a própria luta dos movimentos feministas negros. Haja visto que discutir assuntos historicamente inferiorizados significa ir contra uma universalidade excludente (RIBEIRO; 2018). Falar sobre feminismos negros, sobre o olhar e as vivências de mulheres historicamente excluídas, é, sobretudo, trazer para a discussão uma narrativa sobre mulheres subalternizadas que sofrem opressões combinadas de “racialização, colonização, exploração capitalista, e heterossexualismo” (LUGONES, 2014, p. 940-941).

Essa combinação, ainda segundo Lugones (2014), interfere nas intersubjetividades/subjetividades dessas mulheres, em suas formas de verem o mundo e de se enxergarem nele. Desta forma, identificando as construções identitárias e as práticas de luta das mulheres atuantes no INEGRA me propus adentrar na linha de pesquisa “Diferença, Poder e Epistemologia” deste programa acadêmico. Pois, ao falar de identidade (MUNANGA, 1994), me refiro a marcadores de diferença inseridos em uma colonialidade de poder (QUIJANO, 2005), que moldam os olhares, as memórias afetivas e as vivências das mulheres negras. Estas, ao se reconhecerem negras e assumirem um compromisso com outras mulheres negras através das ações do Instituto, atuam como resistência à colonialidade. Ecoando suas vozes em um País que, segundo Ribeiro (2018) sempre as silenciaram.

Entretanto, uma vez pensando nas mulheres dessa Instituição, me deparei com a possibilidade de um outro lado, trazendo a perspectiva do regionalismo, falando também sobre a Frente de Mulheres do Cariri, que por sua vez, elucida de forma orgânica o surgimento e os conflitos internos dos movimentos feministas no CRATO. Uma vez que a Criação da Frente de Mulheres do Cariri nasceu, segundo Soares (2017), após a dissolução da marcha das vadias em 2017, que fora alvo de fortes questionamentos<sup>2</sup>. Encontrando-se em sua construção, o tensionamento das mulheres negras, a traçarem discussões necessárias de gênero e raça. Pois, segundo Soares (2017), este grupo só trouxe o protagonismo das mulheres negras e, enquanto pauta, o enfrentamento ao racismo, após reivindicações das militantes negras e do Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC).

---

<sup>2</sup> “Emerge oficialmente em 17 de maio de 2014, definindo-se como uma Frente feminista, anticapitalista, anti-racista e anti-lesbohetero-bi-transfóbica, suprapartidária e laica. Nesse sentido, corporifica-se enquanto um espaço feminista de articulação, organização e formação em defesa dos direitos das mulheres[...] (SOARES 2017, p.7)”.

Esta movimentação de resistir ao que está posto e construir novas pontes de diálogos dentro das organizações reflete o caminho trilhado pelos movimentos de mulheres e os feminismos, demonstrando a pluralidade de vivências e de demandas.

Dessa forma, desejava ouvir as vozes, em principal, daquelas que se encontram a mais tempo dentro dessas organizações, apresentando estas e os principais pontos de suas narrativas, que atravessam suas trajetórias, seus desejos, suas diversidades e suas variadas formas de resistir. Assim utilizaria de suas narrativas no decorrer do texto para pensar as principais questões enfrentadas nesses últimos anos nos movimentos de mulheres cearenses, quais são as alianças, as divergências (se há divergências), os conflitos, os propósitos e os principais objetivos. Buscando, através disso, traçar um perfil dessas organizações no estado, registrando um mapeamento regional das ações, das conquistas e dos principais desafios.

Um mapeamento que traz como pano de fundo um contexto cearense pós-colonial a deixar suas marcas identitárias, a saber:

A realização dos estudos indicou que o racismo no Ceará foi construído, principalmente, pela colonialidade presente no modelo nacionalista da elite local, o que criou um formato de identidade cearense negada da contribuição e presença afro-descendente. Atuando por meio de gradações, o racismo cearense se vale de estratégias discursivas branqueadoras das identidades, ao passo que discrimina e marginaliza a população negra cearense. (MENDES, 2010,p.1)

Diante dessa citação, Mendes (2010) desnuda um Ceará que carrega em seu histórico suas particularidades racistas, uma vez que aponta que tanto o processo de escravidão e as políticas racistas não se deram de uma forma única em todos os lugares no Brasil, destacando como cada local possui um racismo construído com particularidades em sintonia com a sua história de opressão racial<sup>3</sup>. O autor denota a história do povo cearense como uma história de negação da presença negra, fundamentada por uma colonialidade

---

<sup>3</sup> “A capital do Ceará, Fortaleza, é hoje a quinta maior cidade brasileira. É de se esperar que um centro urbano de tal magnitude tenha uma história colonial tão antiga quanto relevante. No entanto, a região que hoje diz respeito aos limites políticos do Ceará teve uma colonização tardia se comparada aos demais núcleos urbanos brasileiros. As condições físico-geográficas da capitania do Ceará, por não favorecerem o cultivo da cana-de-açúcar, não convergiam com os interesses econômicos mais imediatos da metrópole. As primeiras vilas criadas no Ceará foram Aquiraz, Fortaleza, Icó e Aracati. A criação de somente quatro vilas na primeira metade do século XVII demonstra a debilidade do desenvolvimento econômico colonizador da capitania nesse período.” (MENDES, 2010, p.2)

que reprimiu as expressões culturais negras<sup>4</sup>. Dessa forma, têm-se um contexto de silenciamentos e repressões fortemente presente na história do Ceará.

Uma vez tomando de contexto esse cenário histórico, a pesquisa avançava para um aprofundamento regional, pensando sobretudo nas diferenças históricas. Entretanto, dentro desse movimento de surpresas, a pandemia do Coronavírus pegou todo mundo desprevenido, e exigiu, dentre outras tantas coisas, novos olhares e perspectivas para a pesquisa. Logo adentrei um terreno, por vezes coletivo, de medos e falta de perspectivas latentes nesse período, e, particularmente, trazendo efeitos no processo e na intenção dos objetivos da pesquisa. Um dos principais pontos de angústia era, principalmente, em relação ao acesso ao campo da pesquisa, tão necessário a antropologia, como bem destaca Damatta:

A partir do momento em que a antropologia no limiar do século XX, começou a abandonar a postura evolucionista, ficou patente a importância do trabalho de campo ou pesquisa de campo como o modo característico de coleta de novos dados para reflexão teórica (DAMATTA, 1987, p.143)

Assim, me questionava como, dentro desse cenário de pandemia, com todos e todas trancafiados (às), seria possível coletar dados, ir a campo, e vivenciar tudo que provém dele, como “cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos” (PEIRANO, 2014, p.380), e pensando como seria possível coletar dados que provocam, para além de questionamentos, uma renovação (PEIRANO, 2014). Foi quando me vi pensando, mesmo com o calendário do mestrado suspenso, em novos caminhos para a minha pesquisa. Logo fui impulsionada pelos fatos, a ausência de ir a campo e a falta de tempo (o medo de não conseguir dar conta), a deixar o cenário do Cariri de lado, e focar apenas na Capital Cearense — seguindo com INEGRA e escolhendo o grupo Tambores de Safo — que, por si só, já carrega grandes histórias plurais de construção feminista no Estado.

Foi assim que, entre dúvidas, incertezas e esperanças, me propus a escrever sobre os movimentos de mulheres no estado do Ceará. Entretanto, todas essas mudanças bruscas ao longo do percurso – a exemplo da pandemia e os processos atrelados a ela, assim como os percalços pessoais – também afetaram significativamente meu processo de escolha metodológica. A princípio, havia pensando em adentrar nas narrativas de vida, nos processos de construção identitárias e nas lutas das mulheres que constroem esses

---

<sup>4</sup> [...] Os festejos negros no Ceará, majoritariamente, estão ligados aos povos bantos, grupo linguístico proveniente da região congo-angolana, denotando a importância desse grupo na formação cultural cearense. Entre essas festas, a mais perseguida era o samba. O samba era tido como um lugar de conflito, visão que se restringia às autoridades, que viam seus frequentadores como desordeiros, bêbados e desocupados. Nele, seja em áreas urbanas ou rurais, se constituíam espaços onde manifestações de matriz africana eram recriadas e reproduzidas. (MENDES, 2010, p.15-16)

espaços de resistências, analisando os processos de construções políticas-identitárias das mulheres atuantes, o processo de construção de suas identidades enquanto mulheres.

Assim, teria o uso de técnicas qualitativas para um modo de olhar aberto (LALANDA, 1998). Buscando apreender como estas mulheres se percebem enquanto mulheres negras participantes de uma Organização Social, a inserir-se no espaço público e político. Propondo, assim, a realização de uma observação participante, a supor uma interação entre pesquisador e pesquisado (WHYTE, 2005). Havia pensado, ainda, para adentrar no universo subjetivo das mulheres entrevistadas, realizar uma entrevista em profundidade (LALANDA, 1998), em especial, com mulheres que tenham participado da criação desses movimentos. Objetivando partir das suas narrativas (LALANDA, 1998), sobre suas vivências e seus olhares.

Entretanto, este trabalho acabou sendo direcionado para uma pesquisa qualitativa, descrita por Martinelli (1999) como:

No que se refere às pesquisas qualitativas, é indispensável ter presente que, muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa (MARTINELLI, 1999, p.4).

Assim, para conhecer essas experiências, me utilizei de técnicas de revisão bibliográfica, de análise documental, enfocando, através de um olhar para o que fora publicado pela imprensa e nas redes sociais desses dois grupos, suas atuações ao longo desse último ano, no período de Março de 2021 a Março de 2022. Diante dessa análise, busco indícios de alguns dos caminhos trilhados pelos movimentos feministas no Estado do Ceará, pensando se há uma construção plural nesses espaços e suas pautas, se há diálogos e pontes estabelecidas entre esses grupos e os demais, e o que isso nos diz sobre o estado do Ceará, no que corresponde a construção das resistências das mulheres Cearenses hoje.

Para dar terra firme a essa análise, pensando em propiciar um outro olhar em direção às estruturas sociais/culturais/econômicas, e para a própria luta dos movimentos feministas, teço diálogos com determinados (as) autores (as) em relação às categorias centrais. Enfoco uma colonialidade racializada, do poder, saber e ser (QUIJANO, 2005) a estabelecer formas de viver, socializar, olhar e compreender o mundo, e gênero atravessado nessa estrutura, pelas narrativas de Lugones (2014). No que tange ao debate racial, me propus a pensar junto a Munanga (1994), que, ao enfatizar que os grupos humanos sempre selecionaram determinadas características para se contraporem a outros grupos, remete a identidades afirmadas em meio a diferenças.



Já no que tange aos feminismos, trago Crenshaw (2004), pensando na interseccionalidade e nas combinações sobrepostas que afetam de formas diferenciadas as mulheres, hooks<sup>5</sup> (2014), ao trazer um debate necessário sobre a origem dos movimentos feministas, demarcando em seu processo de construção a forte presença dos interesses brancos heteronormativos. E Ribeiro (2018), ao refletir sobre a importância desses espaços para pensarmos e discutirmos novas epistemologias e lugares sociais (RIBEIRO, 2018). Destaco também o encontro, no campo teórico, com autores fortes, que me provocaram deslocamentos, uma vez que “a leitura de uma autora forte é o que nos desloca para sempre” (DINIZ, 2013, p.56) e foram fundamentais para me fazer repensar o processo de escrita, e a forma na qual vinha utilizando determinados conceitos.

Em primeiro, as que traziam o histórico da antropologia face a colonização, suas mudanças e seu papel dentro de um cenário decolonial, com autores como Rabinow (1986), Wagner (2010), Descola (2001), Viveiros de Castro (2002), Asad (1991), Fabian (2014), Trouillot (2014). Um contato extremamente necessário, uma vez que, me comprometendo a estudar o período de colonização e suas marcas, torna-se crucial pensar na antropologia em relação a esse processo. Em segundo, no sentido epistemológico, tive acesso a leituras em disciplinas do Programa de Pós Graduação em Antropologia –PPGA, em especial na disciplina de gênero, alteridades e feminismos, que, em geral, não se fazem muito presentes dentro do cenário acadêmico. E, com elas, tive a oportunidade de revisitar alguns conceitos em perspectivas outras, a exemplo da relação entre raça e gênero, classe, orientação sexual, faixa etária, como levantada por Oyèrónké (2004), Lorde (2019), Akotirene (2018), González (2011), assim como uma perspectiva de identidade em uma relação com níveis sócio-político e histórico, trazido por Gomes (2005).

É assim, movida por encontros, pessoas, vivências e leituras que me coloco diante desse movimento de semelhanças e diferenças que tecem as construções de resistências no Cenário Cearense, pretendendo seguir estes fios partindo das ações dos movimentos que tomaram e tomam a frente destes processos. Pensando, sobretudo, em suas trajetórias e o que elas nos dizem sobre o tecer temporal do tempo passado, presente e futuro dos movimentos organizacionais femininos no Estado do Ceará. Porém, para começo, penso ser necessário entender o contexto histórico brasileiro. Então, a seguir, apresento uma teia que irá se afunilando, apresentando o ontem e o hoje, refletidos em espelhos atemporais, que denotam por muito apenas aquilo que nos orientam a enxergar.

---

<sup>5</sup> Este trabalho respeita a escolha da autora de ter o seu nome escrito em letras minúsculas. Uma vez que o mesmo é justificado por ela como uma homenagem a sua avó e utilizado dessa forma como posicionamento político que se propõe a ir contra as normas acadêmicas, enfatizando seu trabalho.

### **3. UM MUNDO COLONIAL EM XEQUE: os desdobramentos de uma cultura de exploração no Brasil e no mundo.**

Para retratarmos a atualidade e as profundas desigualdades e hierarquias sociais, culturais e econômicas existentes, para entendermos a urgência das pautas feministas e todos os seus tensionamentos, é necessário fazer um mergulho no contexto histórico que nos traz ao hoje, erguido sobre disputas e interesses que só correspondiam a um grupo específico da população. Assim, começo este trabalho partindo de um cenário complexo e provocador de feridas múltiplas que ainda se encontram presentes nos nossos cotidianos e em nossas relações. Me refiro ao processo de colonização, ao período de “conquistas” de um povo sobre o outro, ao contato dos Países Ocidentais com os Países não Ocidentais através das embarcações marítimas do Século XV (GUIMARÃES, 2003) e toda a estrutura social erigida, assim como os discursos criados em torno dessa relação.

Trata-se, sobretudo, de abordar uma hegemonia cultural euro-americana que estende seus tentáculos sobre o mundo na era moderna, como apontado a seguir:

Uma característica marcante da era moderna é a expansão da Europa e o estabelecimento de hegemonia cultural euro-americana em todo o mundo. Em nenhum lugar isso é mais profundo que na produção de conhecimento sobre o comportamento humano, história, sociedades e culturas. Como resultado, os interesses, preocupações, predileções, neuroses, preconceitos, instituições sociais e categorias sociais de euro-americanos têm dominado a escrita da história humana. Um dos efeitos desse eurocentrismo é a racialização do conhecimento: a Europa é representada como fonte de conhecimento, e os europeus, como conhecedores. Na verdade, o privilégio de gênero masculino como uma parte essencial do ethos europeu está consagrado na cultura da modernidade. Este contexto global para a produção de conhecimento deve ser levado em conta em nossa busca para compreender as realidades africanas e de fato a condição humana. (OYÉWÚMÍ, 2004, p.1)

Desta forma, segundo nos conta a autora, frente à expansão da Europa há a criação de dois lados, aquele em que o conhecimento é válido e também todas suas práticas culturais, e o mundo “descoberto” no qual suas produções de conhecimentos e vivências não o são. O “agente” do conhecimento parte do suposto de uma hegemonia para avançar sobre, principalmente, aquilo que não conhece ou não compreende, construindo discursos, ideologias e práticas sobre si e sobre o outro que logo são compradas e vendidas enquanto verdades absolutas a serem seguidas. Essa realização do conhecimento oriunda do

etnocentrismo<sup>6</sup> segue em alinhamento a processos de violências e exclusões que marcam nossas raízes históricas.

Esse período, enquadrado em uma modernidade, segundo nos conta Oyewumi (2004) apreende os últimos cinco séculos, e “foram definidos por uma série de processos históricos, incluindo o tráfico atlântico de escravos e instituições que acompanharam a escravidão, e a colonização europeia de África, Ásia e América Latina. (OYEWUMÍ, 2004, p.1). Dentre os alvos, a população negra, que, segundo nos conta Fernandes (2017) é uma testemunha viva da persistência de um colonialismo destrutivo, que fora disfarçado com habilidade, população que sofreu “todas as humilhações e frustrações da escravidão”(FERNANDES, 2017,p.22-23).

Dentre esse processo de aprisionamento do outro, o corpo negro ocupa embarcações violentas, sangram em carne quando arremetidos a castigos físicos, e sangram em alma quando silenciados e submetidos a servidão daqueles que os condenam, conforme pontua bell hooks:

Uma parte importante do trabalho dos escravagistas era efetivamente transformar a personalidade africana a bordo dos navios de tal modo que seriam vendidos como escravos “dóceis” nas colônias americanas. O orgulhoso, arrogante e independente espírito do povo africano tinha de ser quebrado para que se conformassem à noção apropriada de comportamento escravo do colonizador branco. A destruição da dignidade humana foi crucial para a preparação do povo africano para o mercado de escravos, a remoção de nomes e *status*, a dispersão de grupos para que não existisse linguagem comum e a remoção de qualquer sinal visível de patrimônio africano (2014, p. 16).

Assim, hooks (2014) nos mostra que homens e mulheres negros (as) foram levados (as) a outros lugares que não suas casas, perdendo não só seus endereços, como seus nomes e suas identidades, transformados em simples objetos, retirados de suas essências mais profundas para fins de dominação, de seus corpos, suas histórias, suas vidas. Inseridos (as) em um tráfico transatlântico que, segundo nos aponta Santos (2003), foi possivelmente um primeiro ato de enfraquecimento dos laços étnicos entre a população do continente Africano, uma vez que estes (as) eram separados (as) de suas terras, suas famílias e suas raízes étnicas.

Dessa forma, o Brasil, sob o jugo de Portugal, se armou no mais puro segregacionismo, estabelecido por homens brancos a se colocarem acima de todos aqueles que ali viviam e para aqueles que para essa terra foram trazidos forçadamente para exercerem trabalho

---

<sup>6</sup> “Etnocentrismo é uma visão do mundo com a qual tomamos nosso próprio grupo como centro de tudo, e os demais grupos são pensados e sentidos pelos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual pode ser visto como dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade etc”. (ROCHA, 2006, p.7)

escravo. Criando frente a isto espaços de dor, silenciamento e inferiorização, mantido e fortalecido por narrativas que foram produzidas em torno desses povos. É neste cenário, pensando na colonização que estabeleceu relações profundas e desiguais entre o ocidente e os outros continentes, em especial a América-Latina (QUIJANO; 2005), que aponto o papel central daquilo que por muito fora dito e validado, a seguir presente no tempo recente. O discurso em torno de corpos e vidas a serem lidas perante um gênero e a uma raça.

### **3.1 Narrativas, dicotomias e a construção do “outro”.**

Pensando em adentrar nesses processos, traço a construção dessas narrativas, produzidas no contato do ocidente com o “outro”, enfatizando principalmente o papel da Antropologia nesse cenário. Uma vez que, a Antropologia, enquanto ciência que “estuda o fenômeno do homem - a mente do homem, seu corpo, sua evolução, origens, instrumentos, arte ou grupos, não simplesmente em si mesmos, mas como elementos ou aspectos de um padrão geral ou de um todo” (WAGNER; 2010; p.27-28) possui em sua raiz um cerne colonial, ligado e perpetuado em um tempo-espaço de navegações e “descobertas” de novos continentes. Essa relação, entretanto, assume uma série de compilações profundas que se enrolam e desenrolam no correr da história, estabelecendo alianças com as forças opressoras de uma forma, que, segundo Fabian (2014) não é nem tão simples e nem recente.

Inicialmente, neste cenário de encontro entre colonizadores e povos colonizados, segundo Guimarães (2003), o Europeu branco vai se colocar no lado oposto àqueles que são lidos enquanto povos primitivos, enquadrados em estereótipos de falta de inteligência, emoções, ou se quer humanidade. Um processo de desumanização que parte de um choque cultural<sup>7</sup>, um olhar de estranhamento para com o outro, atitude que Levi-Strauss (1980) caracteriza como antiga e produzida diante do choque cultural com aquilo que é diferente<sup>8</sup>. Ainda, se estabelece como parte de uma narrativa produzida para fins de

---

<sup>7</sup> “Como uma espécie de pano de fundo da questão etnocêntrica temos a experiência de um choque cultural. De um lado, conhecemos um grupo do “eu”, o “nosso” grupo, que come igual, veste igual, gosta de coisas parecidas, conhece problemas do mesmo tipo, acredita nos mesmos deuses, casa igual, mora no mesmo estilo, distribui o poder da mesma forma, empresta à vida significados em comum e procede, por muitas maneiras, semelhantemente. Aí, então, de repente, nos deparamos com um “outro”, o grupo do “diferente” que, às vezes, nem sequer faz coisas como as nossas ou quando as faz é de forma tal que não reconhecemos como possíveis. E, mais grave ainda, este “outro” também sobrevive à sua maneira, gosta dela, também está no mundo e, ainda que diferente, também existe.” (ROCHA, 2006, p.8)

<sup>8</sup> “A atitude mais antiga e que repousa, sem dúvida, sobre fundamentos psicológicos sólidos, pois que tende a reaparecer em cada um de nós quando somos colocados numa situação inesperada, consiste

manutenção de poder. Para isso, se monta um arsenal de discursos e suportes necessários para se fixar uma hierarquia, contando com importantes áreas do conhecimento e suas teorias que passam a justificar explorações aos corpos e as vidas das populações em situação de escravidão.

Dentro dessa construção de narrativas no século XIX, têm-se a presença da Antropologia em um discurso evolutivo:

A noção de evolução é um marco fundamental para o pensamento antropológico. Vai aparecer como ideia básica para toda uma grande fase da teoria antropológica e, na história dos saberes sobre o ser humano, tem um lugar de destaque, quase que como uma âncora, para os trabalhos e estudos que procuravam fazer da antropologia uma ciência. Assim, a diferença que se travestia em espanto e perplexidade, nos séculos XV e XVI, encontra, nos séculos XVII e XIX, uma nova explicação: o outro é diferente porque possui diferente grau de evolução. (ROCHA, 2006, p.26)

Dessa forma, segundo o autor, tem-se como marco essa ideia de evolução proferida pela Antropologia, em seu viés evolucionista, estabelecendo um paradigma que se voltava para a explicação da origem da humanidade, indicando a existência de estágios evolutivos, no qual o último seria a civilização (FABIAN; 2014). Executando uma ideia de progresso, que, segundo Rocha (2006) é fundamental dentro desse evolucionismo antropológico, uma vez que se acredita em uma unidade básica da espécie humana, considerando importante a questão do tempo, estabelecendo que a direção da humanidade é em encontro a um estágio de civilização. Constrói-se, assim, uma hierarquia, situando a Europa enquanto civilização no topo, e se tornando relevante no pensamento acadêmico do século XIX (SILVA; 2015).

Será, ainda, nesse cenário do século XIX, que novas áreas irão se apresentar dentro do campo científico. A exemplo, têm-se a criação da sociologia e da etnologia:

Ao longo do século XIX, a adoção de um procedimento positivo na reflexão sobre o homem e a sociedade resulta na criação da sociologia e da etnologia como disciplinas científicas. A etnologia, por sua vez, vai tentar dar uma resposta objetiva à velha questão da diversidade humana. Como pensar a especificidade humana na diversidade dos povos e dos “costumes”? Todos os fundadores da etnologia científica partilham um mesmo postulado: o postulado da unidade do homem, herança da filosofia do Iluminismo. Para eles, a dificuldade será então pensar a diversidade na unidade (CUCHE; 2002; p.33).

Dessa forma, Cucho (2002) traz o surgimento dessas disciplinas enquanto uma necessidade de se pensar sobre homem e sociedade, em principal, sobre a diversidade

---

em repudiar pura e simplesmente as formas culturais, morais, religiosas, sociais e estéticas mais afastadas daquelas com que nos identificamos (STRAUSS; 1980; p.4)”.

humana em todas as suas nuances e especificidades. É presente nesse cenário, como aponta Silva (2015) discussões sobre origem, como, de um lado, os plurigenistas que acreditavam que a humanidade vinha de uma origem plural, e, por outro lado, os monogenistas, que defendiam uma origem única. Ainda havia perspectivas sobre o futuro, no qual alguns apontavam um caminho de progressão para a humanidade, e outras perspectivas apontavam um caminho de retrocessos.

Nesse sentido, têm-se a Antropologia na orientação de um discurso comprometido com uma perspectiva de dominação do “outro”. Assim, segundo Asad (1991) a Antropologia e o colonialismo fazem parte de uma narrativa ampla, repleta de personagens e situações, na qual a Europa governou e conquistou o mundo, estabelecendo uma repressão que, longe de ser temporária, destruiu desejos e modos de vida e inseriu outros, em um processo profundo e veloz de transmutação, perpassado por resistências e reinvenções, formas outras de conhecimento, poder e trabalho (ASAD, 1991).

Este processo, ligado intrinsecamente ao colonialismo, também é discorrido por Fabian (2014):

Para o bem ou para o mal, essas foram as condições epistemológicas sob as quais a etnografia e a etnologia tomaram forma, e eram também as condições sob as quais uma prática antropológica emergente - a pesquisa, a escrita, o ensino - passou a ser vinculada ao colonialismo e ao imperialismo. Não se pode insistir demais na alegação de que esses vínculos eram epistemológicos, e não apenas morais ou éticos. A antropologia contribuiu acima de tudo para a justificação intelectual da iniciativa colonial. Ela concedeu a política e a economia ambas preocupadas com o Tempo humano - uma firme crença no "natural", isto é, no Tempo evolutivo. Ela promoveu um regime em cujos termos não somente as culturas do passado, como todas as sociedades vivas, foram irremediavelmente colocadas em uma vertente temporal, um fluxo de Tempo - alguns correndo para cima, outro, para baixo (FABIAN, 2014, p. 53-54).

Dessa forma, segundo Fabian (2014) a antropologia se estabelece em uma raiz colonial, contribuindo para uma percepção de tempo hierárquica, que propõe uma divisão de sujeitos em pessoas e não pessoas, situando esses em espaços distantes, em posições diferentes, nos quais aqueles que se encontravam por baixo eram lidos por uma ótica colonial em um espaço de subjugação e dominação. Podemos pensar, frente a isto, na existência de uma relação entre conhecimento e poder, uma vez que “todo conhecimento antropológico é de natureza política” (FABIAN; 2014; p.64). Sendo esta perspectiva utilizada para beneficiar e promover um grupo específico, a se desenrolar e ganhar novas formas.

O que se tem, frente a essas narrativas, é um leque epistemológico direcionado. Uma epistemologia enquanto um evento histórico, uma prática social, uma verdade universal, projeções culturais sobre os outros (RABINOW;1986) E, uma vez que essa idéia de uma teoria geral, de uma verdade e métodos únicos se estabelece enquanto verdade,

criam-se percepções engessadas, que beneficiam e falam apenas por um lado da história. Seguindo conceitos universais de um Atlântico Norte<sup>9</sup> que sugerem sempre “*el estado correcto de las cosas: lo qué es bueno, lo qué es justo, lo que es deseable, y no sólo de lo que las cosas son, sino también de lo que debería ser*” (TROUILLOT; 2011; p.81). Têm-se, desse modo, construções de imagens e estereótipos sobre o “outro”.

Trata-se, ainda, de seguir uma lógica ocidental que Favret-Saada (1977) aponta que desqualifica a palavra nativa, suas crenças, colocando o etnógrafo como o único que detêm a verdade. Apontando, assim, para uma divisão entre “nós” e “eles”, que acaba por negar o lugar do outro, invalidando suas crenças e formas outras de existir. Despontando, ainda, uma determinada preocupação com a ciência:

[...] A antropologia sempre andou demasiado obcecada com a ‘Ciência’, não só em relação a si mesma — se ela é ou não, pode ou não, deve ou não ser uma ciência —, como, sobretudo, e este é o real problema, em relação às concepções dos povos que estuda: seja para desqualificá-las como erro, sonho, ilusão, e em seguida explicar cientificamente como e por que os ‘outros’ não conseguem (se) explicar cientificamente; seja para promovê-las como mais ou menos homogêneas à ciência, frutos de uma mesma vontade de saber consubstancial à humanidade (VIVEIROS DE CASTRO; 2002; p. 127).

Assim, uma produção epistemológica caminha em conjunto a práticas desumanizadoras, no que tange a desqualificação e inferiorização da palavra do outro, de seus modos de vida e formas diversas de pensar. E, por sua vez, não se esgota em um tempo fixo, e nem se esquece de deixar suas próprias marcas, a se movimentarem e possuírem especificidades próprias. Uma vez que, para Quijano (2005), a colonização em si criou uma dependência histórico estrutural da América Latina, impondo uma “colonialidade de poder”, no qual a Europa Ocidental se encontra no centro mundial de controle desse, definindo “também os novos elementos materiais e subjetivos que fundaram o modo de existência social que recebeu o nome de modernidade” (QUIJANO, 2005; p.117).

Diante disto, tem-se a urgência de se descolar e questionar o que está imposto, seja no campo das idéias ou na das ações, rompendo e remodelando as linhas tortas, repensando os discursos solidificados nas diferenças, entendendo a epistemologia como

---

<sup>9</sup> “*Los universales noratlánticos, así definidos, no son meramente descriptivos o referenciales. No describen el mundo: ofrecen visiones del mundo. parecen referir las cosas tal como existen, pero al estar arraigadas en una historia particular, evocan múltiples estratos de sensibilidades, persuasiones, supuestos culturales y elecciones ideológicas atadas a esa historia localizada. Nos llegan cargados de sensibilidades estéticas y estilísticas, persuasiones religiosas y filosóficas, supuestos culturales que van desde lo que significa ser un ser humano a la adecuada relación entre humanos y mundo natural; y elecciones ideológicas que van de la naturaleza de la política a sus posibilidades de transformación. ciertamente, no hay unanimidad sobre ninguna de estas cuestiones dentro del mismo Atlántico Norte, pero hay una historia compartida de cómo han sido y deben ser debatidas, y estas palabras cargan con esa historia. Sin embargo, desde que son proyectadas como universales niegan su localización, las sensibilidades y la historia desde la cual brotan*” (TROUILLOT, 2011, p.81).

um “evento histórico, uma prática social distinta, uma entre muitas outras, articulada de novas maneiras na Europa do século XVII” (RABINOW, 1986, p.80). Fazendo-se necessário, sobre a perspectiva de Rabinow (1986), pensar uma Antropologia que questione seus paradigmas iniciais e siga caminhando em rumos outros, adentrar, como apontado por Dumont (1978), nas circunstâncias nas quais determinadas imagens antropológicas como a hierarquia tornam-se hegemônicas e confinadas a alguns lugares porque capturam algo importante<sup>10</sup>.

Ainda, no que tange a uma atuação antropológica no cenário contemporâneo, decolonial, têm-se apontamentos necessários trazidos por Viveiros de Castro (2002) tais quais, dentre outros, a importância de uma antropologia que põe em relação problemas diferentes, atenta a um campo que apresenta suas próprias questões. Defendendo que o objeto da antropologia seria a variação das relações sociais, sendo estas todos os possíveis fenômenos, não se atentando, estritamente, a uma perspectiva ocidental. Trata-se, sobretudo, da importância de pensar a antropologia em um sentido relacional (WAGNER; 2010), se fazendo necessário pluralizar e diversificar as ações para ir de frente a uma hegemonia posta, diversificando centros de resistências (RABINOW, 1986).

Essas resistências devem atravessar discursos e ações práticas, criando espaços de tensionamentos a uma lógica ocidental, e que se dá, sobretudo, internamente “desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento” (LUGONES; 2014, p. 949). Nesse cenário, tem-se a importância de abrir espaços para outros olhares e narrativas, como os que vêm sendo construídos na luta feminista, com movimentos plurais, que vem buscando pensar e atuar sobre as diferenciações atravessadas por questões outras para além do gênero, atuando em um sentido interseccional, no qual os grupos não são distintos, e sim sobrepostos (CRENSHAW, 2004).

Entretanto para se chegar na luta feminista é preciso entender como essas narrativas surgidas – negação da humanidade<sup>11</sup> das pessoas colonizadas e escravizadas, em um encontro colonial e moderno, possível, segundo Ballestrini (2017) por meio de pensamentos binários, dos quais fazem parte “natureza/cultura; barbárie/ civilização; corpo/razão; negro/branco; homem/mulher” – alcança as mulheres racializadas, oriundas

---

<sup>10</sup> Frente a isto, têm-se, segundo Dumont (1978), três possibilidades para evitar estereótipos topográficos, para contestar a dominação de um viés hegemônico: se atentar que as idéias que representam as "essências" de lugares refletem a localização temporária das idéias de outros lugares; produzir etnografias que enfatizem a diversidade de temas; desenvolver uma abordagem à teoria para que lugares sejam comparados hipoteticamente.

<sup>11</sup> Essa relação, ainda, é atravessada por uma dualidade entre humanidade e animalidade (DESCOLA, 2001), existindo uma separação entre humanos e não humanos levando em conta discussões sobre alma, linguagem, consciência e subjetividade, no qual os povos não ocidentais, lidos enquanto selvagens, eram situados em um lugar de não humanidade, por não terem seus costumes compreendidos, encarados como “exóticos” e sem almas (DESCOLA; 2001).



dos países colonizados. Neste sentido, cabe, a seguir, abordar essas binaridades em seus sentidos mais perversos: quais partes eram consideradas humanas? Digna? Quem tinha o direito à vida? Qual narrativa enquadra as vivências das mulheres racializadas e quais escapam a elas?

### **3.2 Olhares sobre corpos femininos racializados: perspectivas coloniais e suas teias.**

Uma narrativa que produziu efeitos profundos dentro dessa ideia construída de não humanidade e binaridades, foi a construção da raça, na qual, segundo Guimarães (2003), foi criada pela biologia e pela Antropologia Física, dividindo os seres humanos em subespécies. Uma divisão que, presente no século XIX possui particularidades:

No século passado, não havia dúvidas de que as "raças" eram subdivisões da espécie humana, grosseiramente identificadas com as populações nativas dos diferentes continentes e caracterizadas por particularidades morfológicas tais como cor da pele, forma do nariz, textura do cabelo e forma craniana. Juntavam-se a tais particularidades físicas características morais, psicológicas e intelectuais que, supostamente, definiam o potencial das raças para a civilização (GUIMARÃES, 2003, p.147).

Desta forma, como apresentada pelo autor acima, se estabelece uma série de características para especificar o que pertence a civilização, e a quem pertence. Por sua vez, é dada aos povos colonizados características inferiores. Como aponta Munanga (2004), enquanto a raça branca recebe atributos morais e psicológicos positivos para sua cor de pele, seu tipo de cabelo e formato do nariz, a raça negra fica com a associação moral e psicológica de caráter negativo aos seus traços opostos. Sendo colocados em um lugar de não inteligência, e, dentre outras coisas, inaptos para governar (MUNANGA, 2004).

Uma vez que se entende raça<sup>12</sup> em sua origem a serviço dos processos colonizadores, têm-se novas apreensões em seu sentido no correr da história:

---

<sup>12</sup> "Mas, é preciso compreender o que se quer dizer quando se fala em raça, quem fala e quando fala. Ao usarmos o termo raça para falar sobre a complexidade existente nas relações entre negros e brancos no Brasil, não estamos nos referindo, de forma alguma, ao conceito biológico de raças humanas usado em contextos de dominação, como foi o caso do nazismo de Hitler, na Alemanha. Ao ouvirmos alguém se referir ao termo raça para falar sobre a realidade dos negros, dos brancos, dos amarelos e dos indígenas no Brasil ou em outros lugares do mundo, devemos ficar atentos para perceber o sentido em que esse termo está sendo usado, qual o significado a ele atribuído e em que contexto ele surge. O Movimento Negro e alguns sociólogos, quando usam o termo raça, não o fazem alicerçados na idéia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usada no século XIX. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas." (GOMES, 2005, p.45)

Nesse contexto, podemos compreender que as raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que, aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. Aprendemos, na cultura e na sociedade, a perceber as diferenças, a comparar, a classificar. (GOMES, 2005 , p.49)

Diante da citação acima, se apreende a raça enquanto um significante social construído sob um viés histórico, cultural e político, um processo conectado à cultura e a todas as suas variantes em contextos outros. O viés biológico cai por terra com o avanço das ciências biológicas e genéticas (SCHUCMAN, 2010)<sup>13</sup> para dar lógica ao social, aquilo que é introjetado culturalmente em nossas formações, nossos olhares e percepções sobre quem somos e quem são os outros. Orientando nossas relações e perspectivas sob o julgo das diferenças<sup>14</sup>. É nesse lugar das diferenças e classificações, que destaco aquelas que atravessam o gênero, a raça e a classe, uma vez que dentro desse processo de desumanização oriundo das violências coloniais, as mulheres não ocidentais assumem lugares outros, em acordo com suas particularidades.

Como apontam Costa, Silvera e Madeira (2012), o Brasil estabeleceu funções diferentes em relação ao gênero. Entretanto, ao se pensar em uma discussão de gênero e raça entrelaçadas e assumindo gênero como uma imposição social da divisão dos sexos (RUBIN; 2011) tem-se diferenciações históricas no trato entre mulheres negras e brancas, oriunda de um colonialismo, que, segundo Galindo (2015):

*“El colonialismo produce una combinación particular de la jerarquía varón-mujer, con la jerarquía racial étnica dando como resultado la existencia de una compleja tipología racializada de hombres y de mujeres. Esta fusión entre colonialismo y patriarcado es una matriz estructuradora de todas las relaciones sociales, sin que ninguna quede a salvo” (GALINDO, 2015; p.36).*

<sup>13</sup> “No século XX, com o avanço das ciências biológicas e genéticas, os estudiosos deste campo chegaram à conclusão de que a raça como realidade biológica não existe, pois os marcadores genéticos de uma determinada raça poderiam ser encontrados em outras e, portanto, experiências genéticas comprovaram que: pretos, brancos e amarelos não tinham marcadores genéticos que os diferenciavam enquanto raça. Desta forma, mesmo que os patrimônios genéticos dos seres humanos se diferenciem, as diferenças não são suficientes para classificá-los em raças.” (SCHUCMAN, 2010, p.44)

<sup>14</sup> “É por isso que dizemos que as diferenças, mais do que dados da natureza são construções sociais, culturais e políticas. Aprendemos, desde crianças, a olhar a diversidade humana – ou seja, as nossas semelhanças e dessemelhanças – a partir das particularidades: diferentes formas de corpo, diferentes cores da pele, tipos de cabelo, formatos dos olhos, diferentes formas linguísticas, etc. Contudo, como estamos imersos em relações de poder e de dominação política e cultural, nem sempre percebemos que aprendemos a ver as diferenças e as semelhanças de forma hierarquizada: perfeições e imperfeições, beleza e feiura, inferioridade e superioridade”. (GOMES, 2005 , p.51)

Dessa forma, uma vez que as mulheres negras fazem parte dessa matriz estruturante trazida pela autora, e situam-se em um cenário em que “em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemático de afirmação de superioridade do vencedor” (CARNEIRO, 2011, p.2), são lidas sob julgo de olhares perversos e dominadores, carregando em seus corpos e em suas vivências as dores cotidianas de um povo tido historicamente enquanto inferiores e incapazes (MUNANGA, 2004). Nesse sentido, corpos femininos brancos e negros ocupam lugares outros e diversos, partindo de uma história que direcionou violências específicas para ambos, situando suas vidas em uma hierarquia de dominação que privilegiava especialmente homens brancos, colonizadores. Em face a isto, é importante pensar que espaços são esses e o atravessamento desses lugares até o tempo atual.

No que tange ao corpo feminino negro, os espaços e os olhares são sempre os menos favorecidos. A começar por uma relação de subordinação com as mulheres brancas em época de escravidão, na qual mulheres negras trabalhavam nas casas de engenho para suas sinhás brancas, cuidando de seus filhos como se fossem os seus. Uma vez que, segundo Madeira (2013) às mulheres negras não tiveram o direito de serem mães. Por sua vez, no que corresponde ao trabalho braçal, as mulheres negras ocupavam os espaços das colheitas sobre o sol quente, mesmo por vezes grávidas, iguais aos homens negros. Recebendo na pele os mesmos castigos e sentindo as mesmas dores (hooks, 2014). Ou, ainda, ocupavam as ruas, as esquinas, os espaços públicos, assumindo trabalhos como vendedoras, quituteiras e prostitutas (CARNEIRO, 2003) para ganharem seu pão, enquanto as mulheres brancas se resguardavam no âmbito do espaço privado sob violências outras.

A dinâmica do trabalho, ao tomarem proporções diferenciadas para brancas e negras dentro de um sistema escravagista, segue no correr do tempo evidenciando lugares e espaços de inferiorização para as mulheres negras, enfatizando que, “O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática” (CARNEIRO, 2011, p.1). Um exemplo disso é a relação com o trabalho doméstico, lido, segundo conta hooks (2014) enquanto um trabalho inferior, algo que não era “real” ou importante<sup>15</sup>, que segue presente no tempo atual. É o que nos conta as

---

<sup>15</sup> “[...] O trabalho de serviços domésticos (criadas, governantas, mulheres de limpeza) não eram olhados quer como trabalho “real” ou como trabalho importante. O povo branco não percebeu que as mulheres negras envolvidas nestes serviços estavam a desempenhar um trabalho significativo que merecia uma recompensa econômica adequada. Eles viam os trabalhos serviços domésticos desempenhados pelas mulheres negras como sendo meramente a extensão “natural” do papel feminino e consideravam tais trabalhos como trabalhos desvalorizados. Enquanto os homens brancos puderam sentir-se ameaçados pela competição dos homens negros por sonoros salários e usaram o racismo para excluírem os homens negros, as mulheres brancas foram ávidas em renderem o trabalho doméstico a um coro de criadas negras (hooks, 2014, p. 67)

Estatísticas de gênero (IBGE/2021), apontando que as mulheres negras são as que estão mais envolvidas com os cuidados de pessoas e os afazeres domésticos, registrando 22,0 horas semanais em 2019, em comparação a 20,7 horas para mulheres brancas. Encontrando uma maior desigualdade no Nordeste.

Ainda para além desse lugar do trabalho, têm-se o lugar do corpo, do discurso, daquilo que é dado como certo por uma cultura racista, a provocarem e justificarem atos injustificáveis, como a seguir:

A designação de todas as mulheres negras como sexualmente depravadas, imorais e perdidas teve a sua raiz no sistema escravagista. As mulheres brancas e os homens justificaram a exploração sexual das mulheres negras escravizadas argumentando que elas eram as promotoras das relações sexuais com os homens. De tal pensamento emergiu o estereótipo das mulheres negras como sexualmente selvagens, e em termos sexuais uma selvagem sexual, uma não-humana, um animal não podia ser violado (hooks, 2014, p.39).

Desta feita, o olhar para as mulheres negras escravizadas era um olhar sexual, interpretando seus corpos como corpos de mulheres “quentes e fogosas”, de fácil acesso e carentes (MADEIRA, 2013). Um mito que se estabelece, segundo hooks (2014), com o objetivo de desvalorizar a natureza das mulheres negras. Frente a isto, têm-se, como apontado por Carneiro (2003) uma diferenciação no que tange aos olhares direcionados aos corpos femininos brancos e negros, com este primeiro sendo atrelado a fragilidade e ao bom comportamento, o oposto da sexualização das mulheres negras.

Acerca dessas imagens diferenciadas evocadas sobre corpos femininos brancos e negros podemos ainda pensar nos símbolos que, segundo scott (1995), estão presentes na nossa cultura e caracterizam um dos quatro elementos do gênero<sup>16</sup> a possuírem relações entre si. Trata-se de uma ideia, uma imagem que Scott (1995) aponta ter sido trazida pelo cristianismo ocidental, uma percepção entre Eva e Maria, sendo a primeira, atrelada ao lado negativo, aquela que trai, que seduz, que peca, já a segunda, remetida a uma santidade. Assim, cabe, o questionamento de Carneiro (2003) “ quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando?” (p.1), uma vez que, segundo consta a autora, as mulheres negras nunca foram lidas enquanto frágeis.

Portanto, é necessário se fazer o questionamento sobre quem ocupa qual extremo, de que lado mulheres brancas e negras são colocadas historicamente e quais foram as

---

<sup>16</sup> Segundo Scott (1995) o gênero implica em quatro elementos interrelacionais: Os símbolos, que correspondem às representações simbólicas construídas sobre os gêneros; As afirmações normativas, como as interpretações dadas para esses símbolos e que são espalhadas através de doutrinas; A necessidade de situar uma dimensão política dentro da interpretação desses símbolos; A identidade subjetiva, aquilo que é provocado pelos símbolos e os seus significados normativos no que tange o acesso aos recursos materiais e simbólicos.

consequências, para que fim foram e ainda são utilizadas essas imagens. Outro ponto importante dentro desse percurso histórico entre gênero e raça, que diz respeito diretamente aos tratos e olhares ocidentais sobre o corpo feminino não ocidental, é quando abordamos o Brasil enquanto nação “mestiça” “ resultante, entre outras coisas, dos contatos e intercursos sexuais entre o português e as mulheres negras e indígenas, um contato alicerçado na violência sexual contra essas mulheres e não somente em relacionamentos amistosos entre as raças (GOMES, 2005 , p.59). Desta forma temos a miscigenação<sup>17</sup>, na qual, segundo ainda reforça Gomes (2005) surge, em majoritário, por essa violência sexual.

Especificamente, esse contato acaba se ramificando em construções identitárias, uma vez que Carneiro (2003) pontua que tanto no Brasil como na América Latina a violação que fora provocada pelos senhores brancos colonizadores contra as mulheres negras e as indígenas, assim como a miscigenação oriunda desses contatos se encontra dentro da “origem de todas as construções de nossa identidade nacional” (CARNEIRO, 2003, p.1). Em sua análise, a violência sexual produzida por esses homens acabou por se concretizar enquanto “o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades” (CARNEIRO, 2011, p.1), estruturando, ainda, o mito da democracia racial, destacado por Guimarães (2002) como a crença a qual todas as raças convivem em harmonia<sup>18</sup>. Um mito que, para Carneiro (2003) no Brasil chega até às últimas consequências.

O significado desse processo é de que, por detrás do que é produzido sobre o entendimento de uma convivência harmoniosa entre as raças, sob o um símbolo nacional de pluralidade no Brasil, esconde-se velhas feridas que seguem a sangrar:

O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial. Se

---

<sup>17</sup> “A mestiçagem é outro conceito-realidade que faz parte das relações étnicas no Brasil. É apresentada como embranquecimento e constitui-se e tem sido historicamente usada como mais um dos mecanismos que vão contra a construção de uma identidade negra brasileira, ao mesmo tempo em que se constitui em mecanismo estratégico que ajuda, em nível individual, na ascensão de negros e mestiços na sociedade brasileira”(LIMA, 2008; p.36).

<sup>18</sup> “O termo “democracia racial” passa, portanto, a carregar e sintetizar uma certa constelação de significados. Nela, raças não existem e a cor é um acidente, algo totalmente natural, mas não importante; pois o que prevalece é o Brasil como Estado e como nação: um Brasil em que praticamente não existem etnias, salvo alguns quistos de imigrantes estrangeiros. Inventava-se, portanto, um povo para o Brasil, que passa a ter samba, passa a ter um pouco da cultura negra, que até aqui não existia pois se, no império, predominou a mística do imigrante europeu, somente na Segunda República o negro vai dar coloração à nação, à ideia de uma nação mestiça.” (GUIMARÃES, 2003, p.102)

seguirmos a lógica desse mito, ou seja, de que todas as raças e/ou etnias existentes no Brasil estão em pé de igualdade sócio-racial e que tiveram as mesmas oportunidades desde o início da formação do Brasil, poderemos ser levados a pensar que as desiguais posições hierárquicas existentes entre elas devem-se a uma incapacidade inerente aos grupos raciais que estão em desvantagem, como os negros e os indígenas. Dessa forma, o mito da democracia racial atua como um campo fértil para a perpetuação de estereótipos sobre os negros, negando o racismo no Brasil, mas, simultaneamente, reforçando as discriminações e desigualdades raciais. (GOMES, 2005, p.57)

Assim, segundo Gomes (2005) cria-se um discurso no Brasil ao longo de todo o seu processo histórico, político, social e cultural, que serve para negar as violências postas e silenciá-las, situando a população negra e indígena, alvos centrais desse processo de colonização, no mesmo barco da população branca, que tanto se beneficiou desse mesmo processo, e dele colheu frutos significativos. Provoca-se assim uma similaridade inexistente e perigosa, uma vez que Gomes (2005) pontua como esse discurso ideológico acaba desviando a atenção da população e do Estado da violência sofrida pelos africanos escravizados e seus descendentes, dificultando dessa forma uma existência contundente de reparações e ações que visem a superação do racismo<sup>19</sup>.

Dessa forma, sinalizo para um Brasil marcado por negações e silenciamentos dessas violências, que em seu tempo histórico abriu espaços tanto para um discurso ideológico de harmonia entre os povos que aqui vivem, como para uma teoria do branqueamento enquanto tentativa de manter a “pureza” (GUIMARÃES, 2002). Uma vez que, segundo aponta Hofbauer (2007), diante da mistura de raças no Brasil, houve também um questionamento sobre as influências das raças tidas como inferiores, na qual, segundo Schucman (2012) apontava-se perigos biológicos presentes na mistura entre as raças, levando a raça branca a um estado de fraqueza<sup>20</sup>. Processo este que evidencia uma forte negação do outro.

Ainda, Gomes (2005) alerta sobre os perigos dessa negação, a gerarem efeitos profundos nas vivências da população negra:

---

<sup>19</sup> “O racismo é mais especificamente entendido como uma construção ideológica, que começa a se esboçar partir do século XVI com a sistematização de ideias e valores construídos pela civilização europeia, quando estes entram em contato com a diversidade humana nos diferentes continentes, e se consolida com as ideias científicas em torno do conceito de raça no século XIX” (SCHUCMAN, 2010, p.43)

<sup>20</sup> “As instituições médicas e jurídicas, entre outras, dos Estados-Nações fizeram funcionar no corpo social o discurso da luta de raças como princípio de segregação, eliminação e normalização da sociedade. Tratou-se, desta forma, de defender a sociedade contra todos os perigos biológicos das raças inferiores ou da mistura destas com a raça branca. Segundo as teorias de degeneração, a raça branca se tornaria fraca ou, ainda, infértil com a miscigenação, como atesta o termo utilizado para se referir ao filho de um branco e um negro: mulato, diminutivo para o termo espanhol mulo, ou seja, a cria estéril de um cruzamento de égua com jumento.” (SCHUCMAN, 2012, p. 78-79)

Quanto mais a sociedade, a escola e o poder público negam a lamentável existência do racismo entre nós, mais o racismo existente no Brasil vai se propagando e invadindo as mentalidades, as subjetividades e as condições sociais dos negros. O abismo racial entre negros e brancos no Brasil existe de fato. As pesquisas científicas e as recentes estatísticas oficiais do Estado brasileiro que comparam as condições de vida, emprego, saúde, escolaridade, entre outros índices de desenvolvimento humano, vividos por negros e brancos, comprovam a existência de uma grande desigualdade racial em nosso país. Essa desigualdade é fruto da estrutura racista, somada a exclusão social e a desigualdade socioeconômica que atingem toda a população brasileira e, de um modo particular, o povo negro (GOMES, 2005 , p.47)

Desta forma, apreende-se, com a afirmação da autora, o mito da democracia enquanto um véu a esconder as feridas profundas que seguem vivas a jorrarem em solo brasileiro. Uma vez que, segundo Madeira (2013) mesmo após mais de cem anos do fim da escravidão ainda há uma desigualdade material e simbólica da população negra marginalizada, assim como uma desvantagem em relação a população branca ao que corresponde o uso de recursos e benefícios, uma desigualdade que está presente “no nível de escolaridade, analfabetismo, inserção no mercado de trabalho, parca representação política, marginalidade social, discriminação e violência” (MADEIRA, 2013, p.1). Retratando um Brasil profundamente desigual em suas relações e oportunidades.

Essas desigualdades trazidas pelas autoras acima são refletidas no hoje quando paramos para observar os dados atuais. A exemplo no que consta o cenário do mercado de trabalho segundo a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2021)<sup>21</sup> Em 2020, a população branca ganhou em média 73,3% a mais do que a preta ou pardas. Enfocando que no ano de 2020 foi o início da pandemia do covid 19, é ainda significativa a informação de que os brancos (13,5%) estiveram mais presentes em trabalhos remotos do que o negros (6,4%). Ainda, no tange a informalidade, a desigualdade racial se manteve uma vez que havia 31,8% de informais entre a população branca e 44,7% entre a população negra. A pesquisa ainda nos traz uma discrepância em relação a salários, mostrando que a diferença salarial aumenta na medida em que os cargos ficam mais altos, apontando que pessoas brancas com ensino superior completo obtiveram em média R\$ 33,8 por hora trabalhada em 2020, em comparação ao valor de R\$ 23,4 recebido pelas pessoas negras nesse mesmo ano, correspondendo a um percentual de 31% a menos.

Ainda, no que consta esse mesmo estudo, os gastos em relação a moradia foram mais intensos para a população preta ou parda entre 2008-2009 e 2017-2018, alcançando 1,3 ponto percentual (de 7,5% a 8,8%), já para a população branca a elevação foi de somente 0,7 ponto percentual (de 6,9% para 7,6%). Já no que corresponde a avaliação sobre as condições de moradia, o estudo apontada que a proporção de pessoas que

---

<sup>21</sup> Ver mais em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>>

avaliaram sua condição de moradia como “ruim” foi muito mais alta entre os pretos e pardos, obtendo 9,5% em comparação a 5,3% relativos às pessoas brancas.

Diante desses dados, fica a afirmação de Fernandes:

[...] O negro continua nos “porões da sociedade” e “emparedado”. Um século depois de sua “emancipação”, ele continua coletivamente sem a liberdade de ser, preso aos grilhões invisíveis da tutela do branco e às cadeias visíveis da miséria, da exclusão dissimulada e da desigualdade racial.(FERNANDES, 2017,p.68)

Face à continuidade desses “porões” trazidos por Fernandes (2017), é necessário pensarmos em quem os mantém, e para quem serve sua existência. Entre “paredes invisíveis” a prender e silenciar variadas formas de expressão e de vivências, a quem cabe o privilégio de ser? Quanto a isso, Guimarães (1999, .107-108) aponta que existem cinco fatores essenciais para que possamos entender quais são os mecanismos e as instituições sociais que dão passe livre ao racismo de atitudes no Brasil: Primeiro, a concepção de inferioridade e superioridade das raças é substituída por uma concepção de inferioridade e superioridade das culturas, o que acaba por manter uma superioridade da do branco europeu; Segundo, aponta a ideia de cor que adentra o cenário e ocupa o lugar das raças, promovendo uma associação a cor da pele com a ideia de raça; Terceiro, existência de uma desigualdade informal nas leis no que corresponde a raça; Quarto, a associação do preconceito a classe, que acaba por negar a existência do racismo; E, por último, as condições de pobreza vividas pela população se converte em formas de inferiorização individual, dependência e subordinação.

É fato, assim, que a população negra, alvo de um processo de colonização a fincar suas raízes profundas na história, segue a vivenciar desigualdades, fazendo parte de um perfil identitário Brasileiro repleto de particularidades, banhado por um imaginário colonial heteronormativo, masculino e branco. Entretanto, é importante e necessário trazer as respostas dadas para esse sistema e falar sobre o combate ao silenciamento, a violência ao corpo, a memória, a identidade e aos afetos que foram traçados em formas outras de resistir, sobre as batalhas que perduram por diversos campos, uma vez que Munanga e Gomes (2006) destacam que é a resistência, esse processo de reação e movimentação que irá marcar vários momentos importantes a história do Brasil.

Pensando em resistências, penso, sobretudo, naquelas que são construídas sobre uma perspectiva histórica de um relacionamento entre gênero e raça, abarcando esse tecido social que forma a construção política, cultural e social do Brasil. Aponto, principalmente, como este perfil é entrelaçado, em principal, por questões de gênero e raça, já que, segundo bell hooks (2014, p.14), “o sexismo assomava-se maior que o racismo como uma força opressiva nas vidas das mulheres negras”. Desta forma, destaco a



importância de pensar nessas mulheres, sobretudo, enfocando os movimentos de resistências que se desenvolvem ao correr da história revelando perspectivas variadas e um caminho de lutas plurais que demandaram e demandam muitas vidas.

Esses processos de lutas por si só já realçam as dificuldades e as diferenciações entre as vivências das mulheres e seus lugares históricos. É o caso dos movimentos feministas, a surgirem como um processo de reivindicação feminina ao seu corpo, por direitos iguais, por uma vida mais justa. Enfrentando, ao longo das décadas, uma série de problemáticas que envolvem a pluralidade do que é ser mulher, uma vez que, sendo mulheres em suas diversas características, as opressões também são múltiplas e diferenciadas, exigindo reivindicações diferentes.

Desta feita, uma vez a história no período colonial sendo ditada por homens, que espaço sobra para as mulheres? E, uma vez ditada pelo tráfico transatlântico e pelo racismo, que espaço sobra para as mulheres não brancas? Onde cabem os movimentos de resistência, e, principalmente, os movimentos feministas diante dessas histórias? Dessas construções sociais profundamente desiguais? Como surge e quais vertentes conseguem visualizar essas diferenciações? Como tem se dado essas discussões e, sobretudo, como estas vem caminhando dentro do Estado do Ceará? São questões a serem pensadas no correr dos capítulos seguintes.

#### 4 MOVIMENTOS, TENSÕES E RUPTURAS: uma análise histórica sobre o movimento de mulheres no Brasil.

Falar sobre as organizações de mulheres requer tecer caminhos para se pensar as diversidades e os pensamentos plurais que impulsionam as lutas e resistências femininas. Dentro de um cenário extenso e tão diversificado de ações, discursos e pautas, há elementos históricos que despontam e exercem importante papel no seio das disputas. Dentro desses elementos, me direciono as ausências, a outras dores que sangram, a outros corpos que resistem, às mulheres e suas pautas que, por muito, não prevaleceram no centro das discussões feministas.

Inicialmente, como aponta González (2011) às mulheres negras, assim como as indígenas, são excluídas dos movimentos feministas que “denotam uma espécie de esquecimento da questão racial” (GONZÁLEZ, 2011, p.13). Este esquecimento dá-se, segundo González (2011) por um racismo omissivo, oriundo de uma perspectiva de mundo eurocêntrica e neo-colonialista. Frente a esta visão eurocêntrica, a orientar perspectivas e ações, tem-se diferenciações que aprofundam os campos das vivências – afetivas, político-partidárias, entre outras – e direcionam resistências múltiplas entre as mulheres, e, frente a estas diferenciações, a construção de diversos feminismos, em principal feminismos subalternos<sup>22</sup> que se relacionam “com marcações geopolíticas, étnico-raciais e culturais” (BALLESTRIN, 2017, p.1040).

Em um sentido continental, tem-se, especificamente na América-Latina, de caráter multirracial e pluricultural (GONZALEZ, 2011), uma opressão feminina que fala “de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não ser brancas” (GONZÁLEZ, 2011, p.14). Estes conflitos, assim como todos os outros elementos trazidos anteriormente, são tecidos em uma colonialidade<sup>23</sup>, a possuir conexões com “*todo control del sexo, la subjetividad, la autoridad, y el trabajo*” (LUGONES, 2014, p.59). E que, segundo Segato (2010):

---

<sup>22</sup> “Provisoriamente, gostaríamos de sugerir que a ideia de feminismos subalternos pode agregar diferentes movimentos de mulheres feministas, acadêmicas ou não: feminismo pós-colonial, feminismo terceiro-mundista, feminismo negro, feminismo indígena, feminismo comunitário, feminismo mestiço, feminismo latino-americano, feminismo africano, feminismo islâmico, feminismo do Sul, feminismo decolonial, feminismo fronteiriço, feminismo transcultural etc” (BALLESTRIN, 2017, p.1040).

<sup>23</sup> Utilizo Quijano (2005) sobre colonialidade do poder, configurada em meio ao processo de colonização e dominação dos povos europeus sobre os (as) latino-americanos (as). Processo este que, para Quijano (2005), estabeleceu uma dependência históricoestrutural da América Latina. Situou a Europa Ocidental no centro mundial de controle desse poder e “definiu também os novos elementos materiais e subjetivos que fundaram o modo de existência social que recebeu o nome de modernidade” (QUIJANO, 2005, p.117).

*A pesar de que la colonialidad es una matriz que ordena jerárquicamente el mundo de forma estable, esta matriz tiene una historia interna: hay, por ejemplo, no solo una historia que instala la episteme de la colonialidad del poder y la raza como clasificador, sino también una historia de la raza dentro de esa episteme, y hay también una historia de las relaciones de género dentro mismo del cristal del patriarcado. Ambas responden a la expansión de los tentáculos del Estado modernizador en el interior de las naciones, entrando con sus instituciones en una mano y con el mercado en la otra, desarticulando, rasgando el tejido comunitario, llevando el caos e introduciendo un desorden profundo en todas las estructuras que aquí existían y en el propio cosmos. (SEGATO, 2010, p. 9)*

Essa matriz hierárquica histórica, a ter como cerne relações de gênero<sup>24</sup> e de raça<sup>25</sup>, encontra-se refletida nos dados que apontam as condições de vida das mulheres, em principal no Brasil e no estado do Ceará, lócus desta pesquisa. No Brasil, as mulheres, entre uma população de 209,5 milhões de pessoas, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD/2019), assumem um número superior aos homens, sendo 108,4% (51,8%), em contraponto a 101,1 milhões (48,2%) de homens. E denotam uma série de diferenciações que atravessam seus cotidianos, suas vivências, seus sonhos e qualidades de vida. Tanto em relação aos homens, como entre elas. É o que nos mostra as pesquisas em um olhar mais detalhado.

Segundo as Estatísticas de gênero (IBGE/2021), as mulheres saem em desvantagem em relação aos homens no que tange ao rendimento, possuindo 77,7% ou pouco mais de  $\frac{3}{4}$  do rendimento dos homens em 2019. Ainda, mulheres com 15 anos ou mais de idade tiveram uma taxa de participação de 54,5%, em contraponto aos homens que obtiveram uma taxa de 73,7%. Assumindo uma desigualdade histórica que, segundo a pesquisa, está presente tanto entre mulheres e homens brancos, como entre mulheres e homens pretos ou pardos. Já no que cabe à educação, a pesquisa aponta que esta se dá de forma desigual entre as mulheres, onde as mulheres pretas ou pardas, entre 18 e 24 anos, apresentam, em 2019, uma frequência líquida no ensino superior quase 50% menos do que as brancas, sendo respectivamente 22,3%, 40,9%, e 30% menor do que os homens brancos, 30,5%.

Ainda, no que consta no Atlas da Violência (2020), entre 2008 e 2018 houve no Brasil um aumento de 4.2% nos assassinatos das mulheres, tendo aumentado consideravelmente em alguns estados, como no Ceará, com um aumento de 278,6%. Em 2018, 4.519 mulheres foram assassinadas no Brasil, sendo o Ceará um dos estados a apresentarem as maiores taxas de homicídio feminino por 100 mil habitantes, com 10,2, em companhia a

<sup>24</sup> Trago gênero em uma perspectiva analítica debatida por Scott (1995), apreendendo seu significado dentro das relações sociais e da história.

<sup>25</sup> Trago o significado de raça como uma construção social discutida por Guimarães (1999). Afirmando que apesar de não existirem raças diferentes em um sentido biológico, existem diferenciações a marcar o campo social, fruto dessas ideias iniciais postas sobre os povos colonizados.

Roraima (20,5). Outra disparidade é encontrada em relação a raça quando a pesquisa aponta que a taxa de homicídios diminuiu mais para as mulheres não negras. Entre 2017 e 2018, os homicídios das mulheres não negras tiveram um percentual de queda de 12,3%, enquanto as mulheres negras tiveram uma taxa de 7,2%. Segundo a pesquisa, em 2018, as mulheres negras eram 68% das mulheres assassinadas no País. Em estados como Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, as taxas de homicídios de mulheres negras chegaram a ser quase quatro vezes maiores do que as não negras.

Tomando esses dados em vista, encontramos diferenciações atravessadas por questões como raça e classe, que mostram uma pluralidade de vivências que devem ser levadas em conta na agenda feminista, que globalmente apreende:

Globalmente, a agenda feminista abrange várias áreas importantes. Em primeiro lugar, a situação econômica e as questões relacionadas com a pobreza global das mulheres, tais como oportunidades de educação, desenvolvimento industrial, racismo ambiental, políticas de emprego, prostituição e leis de herança em matéria de propriedade, constituem uma questão fundamental global das mulheres. Direitos políticos para as mulheres, tais como conseguir o voto, direito de participar de reuniões, viajar, obter cargos públicos; os direitos dos presos políticos e violações básicas de direitos humanos contra as mulheres como estupro e tortura, constituem uma segunda área de preocupação. Uma terceira área de preocupação global consiste em problemas conjugais e familiares, como leis de casamento e divórcio, políticas de custódia da criança e trabalho doméstico. Questões de saúde e sobrevivência das mulheres, tais como direitos reprodutivos, gravidez, sexualidade e AIDS constituem outra área de preocupação feminista global. Essa ampla agenda feminista mundial encontra expressões distintas em diferentes regiões do mundo e entre as diversas populações (COLLINS, 2017, p. 12).

Uma vez visando essas expressões distintas e que ocorrem de formas diferenciadas em cada região do mundo com suas particularidades próprias, assim como no tempo atual em que *“el debate sobre el multiculturalismo, la explosión de identidades y la reflexión sobre el sujeto de nuestras políticas, marcan las preocupaciones centrales del feminismo a nivel global”* (MIÑOSO, 2009, p.309). Se faz necessário mergulhar na própria história do surgimento do movimento feminista em suas variadas facetas, assim como em seus deslocamentos, regionalismos e particularidades. Principalmente, em seu sentido de tensão, ruptura e resistência.

#### **4.1 Uma análise sobre os movimentos feministas: presenças e ausências em seus significantes.**

Hooks (2018) caracteriza o feminismo como um movimento que visa acabar com explorações e opressões sexistas, se materializando, ganhando forma e se transformando, segundo (FROTA, SILVA, 2015) como um símbolo da afirmação das mulheres contra as

diversas discriminações, tomando forma na metade do século XIX e tendo seu apogeu no século XX<sup>26</sup>. Tendo, como apontado por Piscitelli (2002), nos anos de 1920 e 1930 o fortalecimento da discussão sobre as desigualdades presentes entre os homens e as mulheres:

No século XIX, a idéia de "direitos iguais à cidadania", pressupondo igualdade entre os sexos, impulsionou uma mobilização feminista importante, no Continente Europeu, na América do Norte e em outros países. Entre as décadas de 1920 e 1930 as mulheres conseguiram, em vários lugares, romper com algumas das expressões mais agudas de sua desigualdade em termos formais ou legais, particularmente no que se refere ao direito ao voto, à propriedade e ao acesso à educação (PISCITELLI, 2002, p. 2).

O surgimento e o fortalecimento dessa discussão leva a um longo caminho histórico, de debates, conquistas e disputas que sofrem influências, sobretudo, do local, dos contextos e das especificidades das mulheres envolvidas. Especificamente levando-se em conta momentos chaves para esse avançar, Frota e Silva (2015) apontam três momentos, denominados como ondas feministas, que marcam as reivindicações dos movimentos feministas por direitos iguais. A primeira onda ocorreu no século XIX, "época marcada pelas lutas do operariado, organizadas em duas frentes: uma por melhores condições de trabalho e outra pelos direitos de cidadania" (FROTA; SILVA, 2015, p.207). E, Conforme Pedro (2011) aponta, tinha um movimento feminista direcionado a conquista de direitos iguais, em um movimento de sufrágio. Uma fase que teve, segundo Frota e Silva (2015), as principais lutas concretas incorporadas, a exemplo do acesso à educação formal, a formação profissional e a representação política.

As lutas e os questionamentos traçados nessa primeira onda seguem em novos tons na segunda onda, que ocorreu na metade de 1960, a saber:

A segunda onda do movimento feminista surgiu nos anos de 1960, que integra setores de classe média e mulheres trabalhadoras da Europa e Estados Unidos. Essa segunda fase do movimento feminista buscou a ampliação dos questionamentos políticos e sociais iniciados na primeira onda, abrangendo o interesse de uma multiplicidade de questões. Incorpora-se à luta o combate ao patriarcado, ideologia responsável pela

---

<sup>26</sup> "Nesse século muitas transformações se sucederam no âmbito político, social e cultural, além de ocorrer no cenário mundial profundas mudanças econômicas. O mundo vivenciou duas guerras mundiais, bem como grandes revoluções foram iniciadas em séculos passados. Esses fatos repercutiram, fundamentalmente, nos valores, comportamentos e na mentalidade da sociedade, influenciada, inclusive, pelos ideais liberais e marxistas, as quais influenciaram as correntes de pensamentos na sociedade do século XXI. Todas essas transformações também colaboram para repensar o espaço das mulheres na sociedade. Estas partiram para luta para demarcar esse espaço. Logo, iniciou-se um longo processo de transformação social e mudança cultural a partir da discussão do tema gênero, materializado através do feminismo, movimento social organizado, que atinge a cultura e a política, numa sociedade estruturada no patriarcalismo" (FROTA, SILVA, 2015, p.205).

dominação masculina e inferiorização das mulheres em todos os espaços sociais (FROTA, SILVA, 2015, p.207).

Dentre essa multiplicidade de questões, essa segunda onda foi caracterizada por produções sobre as questões que envolviam o ser mulher, com mulheres que reivindicavam “direito ao corpo, ao prazer, e lutavam contra o patriarcado<sup>27</sup>” (PEDRO, 2011, p.271). Já a terceira onda, segundo Frota e Silva (2015) surge na última década do século XX, se consolida na década de 1990 e dura até os dias atuais, possuindo um olhar mais profundo em torno das igualdades e diferenças centrando-se nos “desdobramentos, práticas e teorias das diferenças entre as mulheres referentes à distribuição desigual de bens e serviços, oriunda da hierarquia do sistema mundial, à raça, à etnia, à classe e à orientação sexual” (FROTA, SILVA, 2015, p.209). Um olhar plural que, segundo as autoras, foi proposto por feministas lésbicas e negras que não se sentiam representadas dentro dos movimentos feministas anteriores. Tendo em vista, ainda, que em alguns lugares, a exemplo dos Estados Unidos, segundo hooks (2015) “o feminismo não surgiu das mulheres que são mais vitimizadas pela opressão machista, das mulheres agredidas todos os dias, mental, física e espiritualmente – as que são impotentes para mudar sua condição na vida. Estas são a maioria silenciosa” (hooks, 2015, p.193).

Essa não representação pode ser apontada nos tipos de discussões teóricas que nasceram em meio ao avançar dessas ondas feministas em busca de sanar questionamentos. Debates que foram estabelecidos, segundo Piscitelli (2002), por vertentes que possuíam, entre si, a ideia de existir uma subordinação feminina das mulheres para com os homens, que sofriam mudanças ao longo das épocas (PISCITELLI, 2002). Tratava-se, assim, de questionar: “se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela e como se mantém? (PISCITELLI, 2002, p. 2). A busca pela origem dessa subordinação deu-se, segundo Piscitelli (202), diante de várias frentes formadas pelas feministas, dentre elas, o uso de ferramentas teóricas que embasaram as discussões pós 1960, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra.

Dentro dessas discussões amplas, Piscitelli (2002) destaca duas vertentes: o feminismo socialista e as feministas radicais. A primeira, segundo a autora:

[...] orientam-se pela idéia de que a divisão de trabalho baseada no sexo implicou desigualdade ou opressão sexual apenas no momento em que surgiram as classes sociais, baseadas na propriedade privada. As formas da opressão sexual, tais como as formas de parentesco e a família, teriam uma base material na estrutura de classes. A opressão das mulheres, assim

---

<sup>27</sup> “O patriarcado, na sua expressão literal, é um sistema de relações em que a propriedade e a posição social se transmitem do pai para o filho varão, em geral o primogênito. No sistema patriarcal, as mulheres são vistas como subordinadas a esse pátrio poder a quem devem obediência. Uma das principais características do patriarcado é sua relação com o androcentrismo, termo que retrata uma visão do homem como centro do mundo e das coisas” (FERREIRA, 2014, p.363).

como a exploração de classe, poderiam ser superadas através da instauração de uma forma de organização social mais desenvolvida, numa sociedade sem classes, por exemplo, no socialismo. Para esse estilo de pensamento feminista, portanto, a reprodução é opressiva na sociedade de classes. Quero dizer, o problema não é a reprodução, mas o surgimento das classes sociais baseadas na propriedade privada. (PISCITELLI, 2002, p. 3)

Assim como pode ser lido acima, apreendemos uma relação intrínseca entre a opressão sofrida pelas mulheres e a classe, com uma opressão que surge, entretanto, com o nascimento das classes sociais. No entanto, esse posicionamento seguiu alvo de críticas contundentes. Pois, segundo Piscitelli (2002) outras vertentes apontaram que também havia a presença de desigualdade de gênero dentro de Países socialistas, e, assim, a opressão feminina estaria “na associação capitalismo/patriarcado, considerando produção e reprodução como igualmente determinantes” (PISCITELLI, 2002, p.3).

Há, ainda, autoras que pontuam teorias com um forte enfoque biológico, no corpo feminino. A exemplo, Scott (1995) destaca que as teóricas do patriarcado, intencionando buscar a origem do patriarcado, associavam a subordinação feminina com a capacidade das mulheres de terem filhos. Entretanto, a autora afirma que não havia associação com outras desigualdades, impondo gênero no centro das organizações sociais, ignorando cultura e as relações sociais (SCOTT, 1995). Essa busca por meios de colocar fim na subordinação feminina acaba, segundo Piscitelli (2002) criando um sujeito político.

Esses questionamentos passam pela conceituação de duas categorias que se relacionam, a saber:

O conceito de gênero se desenvolveu no marco dos estudos sobre “mulher” e compartilhando vários dos seus pressupostos. Mas, a formulação do conceito de gênero procurava superar problemas relacionados à utilização de algumas das categorias centrais nos estudos sobre mulheres (PISCITELLI, 2002, p.8).

Essas duas categorias e a forma na qual se relacionam expressa o desenvolvimento dos estudos feministas, mas especificamente em dois momentos. No que aponta Moraes (2000) os estudos sobre a mulher correspondem a um período no qual as mulheres estavam reivindicando e construindo suas lutas nas ruas. Já no que corresponde aos estudos sobre a categoria gênero, Moraes (2000) enfatiza que esses se deram com um cenário de discussões e análises dentro das Universidades, sendo esses a utilização de teorias para apreender “a dimensão “sexista” de nosso conhecimento e os riscos das generalizações” (MORAES, 2000, p. 95- 96). A relação entre ambos está caracterizada pela busca de um maior desenvolvimento e ampliação do debate feminista, e, ambos, deixam marcas e rastros importantes para esse avanço.

No que tange a categoria mulher, Piscitelli (2002) aponta duas contribuições importantes: Primeiro, que os estudos sobre as mulheres provoca um inevitável acúmulo de apontamentos e dados sobre esse sujeito e, uma vez que esse acúmulo ocorre, se tem um desenvolvimento no que corresponde a maiores informações sobre as mulheres. Segundo, esse desenvolvimento passa a provocar críticas dentro dos movimentos, questionamentos em busca de melhores ferramentas teóricas que dessem conta das novas inquietações, das discussões sobre as opressões femininas e formas de desnaturalizá-las. É nesse viés que Piscitelli (2002) aponta o surgimento da categoria gênero, nas décadas de 1960 e 1970<sup>28</sup>. Entre suas diferenças, Scott (1995) pontua que gênero possui um caráter relacional, que passa a não sugerir mais apenas um único sujeito como, a exemplo de “mulher”, mas situa uma relação entre o feminino e o masculino. Buscando com isso responder a um dos problemas a serem superados na categoria mulher.

Entretanto, de frente a esse impulso sobre estudos no campo do gênero é necessário se atentar há alguns pontos importantes, segundo nos aponta Oyewumi (2004):

Como resultado de seus esforços, o gênero tornou-se uma das categorias analíticas mais importantes na empreitada acadêmica de descrever o mundo e tarefa política de prescrever soluções. Assim, embora a nossa busca por entender não possa ignorar o papel das feministas ocidentais, devemos questionar a identidade social, interesses e preocupações das fornecedoras de tais conhecimentos. (OYEWÙMÍ, 2004, p.2)

E, diante do uso de gênero como um modelo para buscar compreender a subordinação e a opressão das mulheres, a autora questiona “em que medida uma análise de gênero revela ou oculta outras formas de opressão? As situações de quais mulheres são bem teorizadas pelos estudos feministas? E de que grupos de mulheres em particular? Até que ponto isso facilita os desejos das mulheres, e seu desejo de entender-se mais claramente?” (OYEWÙMÍ, 2004, p.2-3). Fato também apontado por hooks (2015) ao enfatizar que as feministas privilegiadas não vem tendo capacidade de falar pelos grupos diversos de mulheres, porque não entendem essas inter-relações e não querem entender. Para hooks (2015), essa análise concentrada no gênero não produz uma base sólida para construir uma teoria feminista.

Assim, cabe questionar: Quem era o sujeito político mulher? Que corpo era pensado? Que condições de vida, de trabalho? Quem tinha direito à maternidade? Na pluralidade extensa do feminino, quem se torna presente e quem se torna ausente nessas discussões? Situando essa discussão no seio de uma civilização ocidental ferida

---

<sup>28</sup> Segundo Piscitelli (2002), a categoria gênero passa a ganhar mais destaque com o advento do ensaio de Gayle Rubin (1993), “O tráfico das Mulheres; Notas sobre a Economia Política do Sexo”. Favorecendo a abertura e o impulsionamento de um maior campo de discussões.



(CÉSAIRE, 2006), em um mundo colonial dividido entre colonizadores e colonizados, oposto e de exclusão recíproca (FANON, 1968), no qual os primeiros são lidos como “superiores” e “civilizados” diante dos segundos (CÉSAIRE, 2006), é necessário discutir de que mulheres se tratava esse movimento e suas reivindicações e qual era o espaço, se havia espaços, para as mulheres pertencentes aos Países colonizados.

Destacando elementos importantes no cenário do surgimento desse movimento, hooks (2018) enfatiza:

[...] Nós não podemos jamais esquecer que mulheres brancas começaram a declarar sua necessidade de liberdade depois dos direitos civis, justamente no momento em que a discriminação racial estava acabando e pessoas negras, especialmente homens negros, poderiam vir a conquistar igualdade com homens brancos no mercado de trabalho (hooks, 2018, p.3).

Desta forma, hooks (2018) aponta um interesse por parte dos homens brancos em ouvir as reivindicações das mulheres de sua cor visando uma manutenção da supremacia branca. Assim, os interesses brancos prevalecem em um movimento que se ausenta de questões referentes à vida das mulheres negras, inseridas no ponto central de opressões combinadas de “racialização, colonização, exploração capitalista, e heterossexualismo” (LUGONES, 2014, p. 940-941). Tendo isso presente, trago ligamentos desses movimentos com a colonialidade, no qual as mulheres brancas, por mais que estejam em condições não paritárias aos homens brancos, se colocam no centro das pautas anulando o existir de outras tantas mulheres, com vivências outras e múltiplas, uma vez que, segundo nos fala bell hooks (2015), os movimentos feministas foram marcados por construções de cunho eurocêntricas, assumidos por mulheres brancas pertencentes à classe média.

Assim, questões como as de raça e classe tornam-se elementos centrais para romper com “visões utópicas de uma sororidade baseada unicamente na consciência da realidade de que todas as mulheres estavam, de alguma maneira, vitimizadas pela dominação masculina” (hooks, 2018, p.2). E pensando, principalmente, que a relação de gênero e raça são tecidas por uma determinada estrutura, como aponta Galindo (2015):

*El colonialismo produce una combinación particular de la jerarquía varón-mujer, con la jerarquía racial étnica dando como resultado la existencia de una compleja tipología racializada de hombres y de mujeres. Esta fusión entre colonialismo y patriarcado es una matriz estructuradora de todas las relaciones sociales, sin que ninguna quede a salvo (GALINDO, 2015, p.36).*

Essas combinações, em suas particularidades, são percebidas no contexto Brasileiro, onde a construção histórica dos movimentos feministas andou entrelaçada a uma causa coletiva como a luta contra a ditadura militar, no qual as mulheres “romperam com o

que era esperado de uma mulher, adotando outras identificações até então a elas negadas [...] quebraram e (re)elaboraram normas, tabus e toda uma gama de valores que a sociedade impunha e que afetava de forma incisiva a vida delas” (ROCHA, 2012, p.1). E, face ao seu desenvolvimento, impulsionaram e tensionam uma ampliação do debate e de olhares plurais, incitados por uma discussão de raça, classe e gênero. Como veremos a seguir.

#### **4.2 História dos Movimentos de Mulheres no Brasil: impasses, vitórias e lutas.**

Para discutir a construção histórica do movimento feminista no Brasil, é preciso atravessar uma série de particularidades presentes em determinados contextos históricos, uma vez que “os feminismos na região latino-americana surgiram de uma grande diversidade de lutas políticas e localidades sociais” (ADRIÃO; MALUF; TONELI, 2011, p.663). Assim, no Brasil, os movimentos de mulheres e feministas se originam e se fortalecem dentro de contextos sociais específicos que provocam determinadas demandas e bandeiras, afetando diretamente as lutas e reivindicações das mulheres que nesse País se organizaram “em movimentos multifacetários na perspectiva de uma prática democrática e moderna da cultura e dos costumes na sociedade brasileira” (FROTA, SILVA, 2015, p.204).

Mergulhando na linha temporal e nas nuances desse movimento temos, a início, segundo pontua Ribeiro (2014), o nascimento do movimento feminista no Brasil no século XIX, denominando-se como primeira onda e trazendo enquanto bandeira temas relacionados a conquista ao voto e assuntos da vida pública. Nesse período destaca-se acontecimentos históricos importantes, tanto no que se refere ao contexto político do País, quanto a luta feminista. No que se refere às conquistas, temos, segundo Ribeiro (2014), em 1917, a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que visava a conquista ao voto e o direito de poder ir trabalhar sem precisar da autorização do marido<sup>29</sup>, criada por Bertha Luz e Nísia Floresta, consideradas pioneiras do feminismo brasileiro (RIBEIRO, 2014).

Já no que concerne aos desafios apresenta-se, já em meados finais da primeira onda, mudanças importantes e profundas no cenário político Brasileiro que irão direcionar e impulsionar novas e velhas demandas e lutas. A década de 60 apresenta uma sociedade brasileira que, segundo Sarti (1988), era hierarquizada altamente no que diz respeito à classe, raça e gênero, uma independência feminina caracterizada pela cor, uma modernização da mulher brasileira com uma “adesão aos valores individualistas modernos,

---

<sup>29</sup> Ver mais em :As diversas ondas do feminismo acadêmico. Portal Geledés.2014.<<https://www.geledes.org.br/diversas-ondas-feminismo-academico/>>

incluindo o uso de métodos anticoncepcionais, o recurso à psicanálise; seu acesso à educação superior; sua incorporação ao mercado de trabalho” (SARTI, 1988, p.39-40). Ao mesmo tempo, essa década traz consigo um longo período de ataque à liberdade de expressão, um cenário político e social atingido, em 1964, fortemente por uma autocracia burguesa<sup>30</sup>, processo esse que escancarou silenciamentos, violências no campo físico e simbólico, controle dos meios midiáticos e, principalmente, repressão às organizações e movimentos sociais.

Esse cenário no qual se valia a repressão, promove também o surgimento de grupos de mulheres com foco a resistência, como Ferreira (2014) enfatiza:

As primeiras organizações de mulheres criadas no Brasil se inserem em movimentos de esquerda que descortinavam as atrocidades cometidas pela ditadura militar e conservadorismos da sociedade Brasileira. Oriundas, em grande parte, de partidos clandestinos, estas organizações, profundamente engajadas às causas nacionais e com o profundo conhecimento sobre as desigualdades de gênero, exigiam democracia e o fim do regime de exceção no País. Da ação dessas militantes emergem os primeiros grupos feministas no Brasil, que se localizaram inicialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia no início dos anos setenta. Os acontecimentos do Ano internacional da Mulher abrem caminhos para refletir sobre as mulheres em variados contextos e ampliar a ação dos grupos pioneiros (FERREIRA, 2014, p.360).

Desta feita, entra-se os anos 70 com um movimento de mulheres que “apresentou uma nova versão da mulher brasileira que vai às ruas na defesa de seus direitos, realiza manifestações, denuncia as desigualdades sociais” (FROTA; SILVA, 2015, p.204). Demarcando o que Ribeiro (2018) aponta como uma segunda onda do movimento feminista no País, no qual se vivia, segundo a autora, uma crise da democracia, com mulheres que lutaram contra a ditadura militar e reivindicavam, dentre outras pautas, uma valorização do trabalho, o direito ao prazer e contra a violência sexual (RIBEIRO, 2018). Dentre os aspectos desse movimento que, segundo Sarti (1988) foi iniciado nas camadas médias, ganha destaque uma expansão por meio de uma articulação circular de influência recíproca, como elucida a autora:

As feministas que se organizaram no país, vinculadas em sua maioria às organizações e partidos de esquerda, atuaram politicamente articuladas ao conjunto das mobilizações femininas, dando à sua atuação uma coloração própria. Influenciaram e foram influenciadas pelas demandas das camadas populares, referidas também a mudanças no comportamento sexual e nos padrões de reprodução e fecundidade. O vínculo do feminismo com as camadas populares envolveu uma delicada interação com a Igreja Católica,

---

<sup>30</sup> Segundo Netto (2011) o período autocrático burguês foi uma ditadura reacionária que tratou de “[...] enquadrar rigidamente todo o vasto aparelho policial-militar repressivo e aniquilar todas as forças político organizativas que, na contestação radical do seu projeto, poderiam introduzir elementos de problematização de longo curso na sua intenção institucionalizante” (NETTO, 2011, p. 41-42).

importante foco de oposição, diante do vazio político deixado pelo regime militar (SARTI, 1988, p.40).

Como posto pela autora, as mobilizações são desenvolvidas em meio a interações significativas que vão nortear as pautas e as demandas feministas. Em meio a esse emaranhado relacional, têm-se, por um lado, segundo Sarti (1988), uma disputa entre a igreja e as feministas pela hegemonia dos grupos populares, uma vez que as organizações femininas nos Bairros nascem e ganham forças através do trabalho comunitário inspirado pela Teologia da Libertação e realizado por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) com as populações pobres, caracterizando uma resistência ao regime militar. Porém, Sarti (1988) enfatiza que por motivos de resistência ao regime que pairava no País traçou-se uma linha de alianças entre a igreja, o feminismo e a esquerda, estabelecendo, com isso, que assuntos que afetassem um lado fossem discutidos em particular.

Por outro lado, Sarti (1988) destaca as próprias particularidades dos movimentos sociais no Brasil, a saber:

No Brasil, os movimentos sociais urbanos são organizados com base local, enraizando-se na experiência cotidiana de seus protagonistas, os moradores das periferias. Tem-se como característica básica a reivindicação de melhor distribuição dos equipamentos de infra-estrutura urbana e dos bens de consumo coletivos. Dirigem sua ação ao Estado, enquanto agente promotor do bem-estar social. [...] Essa forma de participação das mulheres em movimentos de bairro tem como referência o mundo da reprodução - incluindo a família e suas condições de vida - que caracteriza a forma básica de identificação social tradicionalmente atribuída à mulher. É o referencial de sua existência, o que as move politicamente (SARTI, 1988, p.41).

Dessa forma, partindo dessas experiências locais e cotidianas, atravessadas por alianças feitas com a igreja e com a esquerda, tendo ainda em vista um regime ditatorial presente “o feminismo foi se impondo dentro deste quadro geral de mobilizações diferenciadas. Procurou conviver com essa diversidade, sem negar sua particularidade” (SARTI, 1988, p.41). E, assim, vai se expandindo, possuindo, em meio a década de 70, segundo (ADRIÃO; MALUF; TONELI, 2011), um fator de impulso para o desenvolvimento interno do movimento feminista no Brasil: o surgimento dos primeiros encontros das mulheres e feministas. Espaços que assumem suma importância para o desenvolvimento do movimento, uma vez que “Os encontros feministas, nacionais e latinoamericanos, caracterizaram-se, desde o início, como espaços de fortalecimento e discussão interna dos passos feministas, agendas e formulações”(ADRIÃO; MALUF; TONELI, 2011, p.662).

Nessa linha de formular espaços de discussões e criar agendas, houve movimentações importantes nessa década. De início, a instauração do ano internacional da

mulher<sup>31</sup>, em 1975, decretado pela ONU, caracteriza, segundo Sarti (1988), o marco inicial da mobilização atual das mulheres no país. Como aponta a autora, o Brasil vivia um momento diferente do cenário internacional feminista, enquanto em outros Países já se tinha uma manifestação ampla, aqui ainda se iniciava. Neste período, apesar de haver uma curiosidade e interesse emitidos através de publicações, ainda era uma preocupação pequeno burguesa (SARTI, 1988). Outros processos auxiliaram na visibilidade desse movimento, apontados por Sarti (1988) como a criação do Movimento feminino pela anistia em 1975 e o início a partir deste ano das comemorações do 8 de Março, com repercussão significativa em São Paulo e Rio de Janeiro (SARTI, 1988).

Esse avanço segue nos anos seguintes, tendo no ano de 1978 um marco importante de consolidação do movimento no cenário político<sup>32</sup>, e uma inserção dos grupos feministas em associações profissionais, partidos e sindicatos (SARTI, 1988). Face a essas inserções, chega-se na década de 80, no qual “o ano de 1980 foi o de mais intensa mobilização dos grupos de mulheres enquanto movimento coletivo, reunindo mulheres em situações muito distintas” (SARTI, 1988,43), com a consciência social da opressão da mulher difundida pelo País com: grupos desenvolvidos em torno de questões como saúde, sexualidade e reprodução, ofertando assistência psicológica; pesquisas sobre mulher, principalmente na área das ciências humanas; e a criação de núcleos de Estudos sobre a mulher dentro das Universidades (SARTI,1988).

Para além do campo universitário, outros espaços ganham densidade no que diz respeito a presença feminina, foi o caso da administração pública pós eleições parlamentares de 1982<sup>33</sup>, caracterizando um cenário do movimento feminista diversificado

---

<sup>31</sup> “O Ano Internacional da Mulher foi particularmente importante porque serviu de pretexto para discussão e organização das mulheres, num contexto em que os canais de participação política estavam fechados. As comemorações do Ano abriram caminho para os primeiros agrupamentos coletivos femininos, vinculados em sua grande parte aos partidos e organizações de esquerda (clandestinos nessa época), Deram origem ao Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (São Paulo) e ao Centro da Mulher Brasileira (rio de Janeiro), que reuniram basicamente mulheres profissionais.”(SARTI, 1988, p.41)

<sup>32</sup> “A partir de 1978, o movimento de mulheres se consolidou no quadro das forças políticas emergentes no país. Com a consolidação do processo de abertura no final dos anos 70, novos caminhos vão surgindo e as diferenças aparecem mais claramente. Abrem-se novos espaços para discussões políticas de interesse geral e a velha oposição luta geral versus luta específica, que marcou o início do movimento, embora atuante, perde força e as mulheres conseguem voltar-se mais para seus próprios problemas. Explícita-se um discurso feminista, onde o que está em jogo são as relações de gênero. As ideias feministas difundem-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas propiciadas pelo clima receptivo das demandas de uma sociedade modernizada como a brasileira. na tentativa de responder às inúmeras inquietações, sobretudo da população feminina, que ocupava espaços públicos e trabalhava remuneradamente, deslocada de seu lugar tradicional e carente de novas referências no plano pessoal e social, os meios de comunicação abriram espaço para a questão da mulher, conferindo, ainda que indiretamente, maior visibilidade e credibilidade ao movimento social” (SARTI, 1988,43).

<sup>33</sup> “O ano de 1982 culminou com a realização de eleições parlamentares e, pela primeira vez desde 1964, para governador dos estados. O sistema bipartidário estava extinto e a reorganização partidária dividiu a oposição em três partidos: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), herdeiro da

no que tange as suas formas de se manifestar (SARTI, 1988). Estas manifestações dão-se em um período de democratização que ocorria no País pós ditadura, tendo o movimento feminista destaque nesse processo, com contribuições pontuadas por Carneiro (2003):

Destaca-se, nesse cenário, a criação dos Conselhos da Condição Feminina – órgãos voltados para o desenho de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação contra as mulheres. A luta contra a violência doméstica e sexual estabeleceu uma mudança de paradigma em relação às questões de público e privado. A violência doméstica tida como algo da dimensão do privado alcança a esfera pública e torna-se objeto de políticas específicas. Esse deslocamento faz com que a administração pública introduza novos organismos, como: as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deams), os abrigos institucionais para a proteção de mulheres em situação de violência; e outras necessidades para a efetivação de políticas públicas voltadas para as mulheres, a exemplo do treinamento de profissionais da segurança pública no que diz respeito às situações de violência contra a mulher, entre outras iniciativas (CARNEIRO, 2003, p.117).

Essas iniciativas apontam uma expansão e solidificação da luta feminista no cenário nacional. Demonstrando a força de um movimento que é tanto um dos mais respeitados do mundo como um dos que têm melhor performance entre os movimentos sociais do País (CARNEIRO, 2003). Principalmente nesse cenário crucial para a vida democrática Brasileira, no qual ganha destaque a atuação das mulheres constituintes que trouxeram demandas políticas (SARTI, 1988), e conseguiram ter 80% das suas propostas encaminhadas para a Constituição de 1988, “o que mudou radicalmente o status jurídico das mulheres no Brasil” (CARNEIRO, 2003, p.117).

No entanto, para além da importância e das conquistas significativas, outro ponto ganha destaque nesse cenário. O processo de democratização trouxe novos eixos para o movimento, uma vez que “no contexto do autoritarismo prevaleceu a unidade em face dos anseios pela democracia. Com a abertura política as alianças enfraqueceram-se. A marca da heterogeneidade predominou, acentuando as diferenças e os conflitos” (SARTI, 1988, p. 47). Estas diferenças estão assentadas em uma relação de gênero, raça, classe, sexualidade, que provocam formas outras de ver, sentir e viver o mundo, principalmente um mundo heteronormativo, masculino e branco. Este é um ponto importante de crítica das mulheres negras ao movimento feminista uma vez que, segundo hooks (2018), essas

---

antiga oposição, o MDB, mantendo ainda o caráter de frente oposicionista e incluindo em suas fileiras os comunistas ortodoxos (PC); o Partido dos Trabalhadores (PT), articulado em torno das lideranças sindicais que surgiram no fim dos anos 70, tendo na figura de Luís Inácio da Silva (Lula) seu principal representante, ao lado de intelectuais e remanescentes dos grupos de esquerda no país. O terceiro foi o Partido Democrático Trabalhista (PDT), articulado em torno da herança do trabalhismo, que se iniciou com Getúlio Vargas e manteve-se através de Leonel Brizola, exilado nos anos da ditadura e posteriormente governador do Rio de Janeiro” (SARTI, 1988, p.45).

nunca foram estrelas do movimento e “nunca teriam igualdade dentro do patriarcado de supremacia branca capitalista existente” (hooks, 2018, p.20).

No Brasil, este movimento de questionar as ausências segue a perspectiva da América Latina que vinha debatendo o sujeito do feminismo na década de 1980<sup>34</sup> (VIGOYA, 2016), e encontra um espaço frutífero no *III Encuentro feminista de América Latina y el Caribe (1985), a saber:*

*“Desde hace algunas décadas el feminismo latinoamericano viene desarrollando un pensamiento crítico y una política que intente tomar en cuenta las desigualdades de raza y clase en que vive un porcentaje importante de las mujeres de la región.<sup>2</sup> El abordaje planteado desde una perspectiva de inclusión, se evidenció desde el III Encuentro feminista de América Latina y el Caribe, celebrado en Brasil en 1985, en términos de la necesidad de que el feminismo incorporara la problemática de la ‘mujer negra’ y a sus ‘representantes’ (MIÑOSO, 2009, p.309).*

Dessa forma, ao trazer os avanços, as conquistas e o impacto desse movimento no Brasil, precisamos questionar até onde vão e pra quem vão essas conquistas, de que forma são expandidos os direitos e quem toma a frente desse processo. É no ponto do conflito, no apontar ausências e presenças, nos sentidos e significados das faltas, que melhor podemos visualizar as relações de poder envolvidas na construção histórica desses movimentos. Principalmente pensando nas formas nas quais nos situamos dentro dessas relações enquanto sociedade e como lidamos com as diferenças, já que, uma vez que “estamos imersos em relações de poder e de dominação política e cultural, nem sempre percebemos que aprendemos a ver as diferenças e as semelhanças de forma hierarquizada [...]” (GOMES, 2005, p.51). Estabelecendo com isso pautas prioritárias em detrimento de outras.

No que tange ao Movimento feminista no Brasil, há uma linha que liga as diferenças e as relações de poder em um jogo complexo e cheio de nuances:

[...] em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade (CARNEIRO, 2003, 118).

---

<sup>34</sup> *En América Latina, este debate sobre el sujeto del feminismo comenzó en la década de 1980, cuando las mujeres de los llamados feminismos disidentes (mujeres de color y lesbianas, fundamentalmente) empezaron a cuestionar por qué el feminismo no había considerado que este sujeto podía ser víctima del racismo y del heterosexismo, pues suponía que aquel sujeto era la mujer blanca —o quien oficiaba como tal en el contexto latinoamericano— y que era heterosexual” (VIGOYA, 2016, p.13).*

A existência de outras formas de opressão para além do sexismo e a incapacidade do movimento feminista de reconhecer isso, expõe tanto a marca de um olhar eurocentrico como uma heterogeneidade dentro do universo feminino. No que consta esta pluralidade, Sarti (1988) coloca que existe uma acentuação das diferenças quando surgem outros movimentos, a exemplo do movimento LGBTQIA+ e o movimento negro. Por isso a importância dos acontecimentos vide anos 80, que, lidos como “os anos dourados do debate político sobre a sujeição feminina no Brasil, assim como de um momento de grandeza do idealismo feminista” (SILVA; DUARTE; VIEIRA, 2019 p. 394). Um período marcado, segundo González (2011) por um novo feminismo, inclusivo, solidário e aberto à participação de mulheres de diversas etnias e culturas.

Essa diversidade que traz a tona as diferenças entre as mulheres ainda representa, segundo Lord (1979) uma fonte de polaridades necessárias:

*Sólo defender la tolerancia de la diferencia entre mujeres es la reforma más grosera. Es la negación total de la función creativa que juega la diferencia en nuestras vidas. Porque la diferencia no sólo se debe tolerar sino que se debe ver como una fuente de polaridades necesarias, donde nuestra creatividad puede chispear como dialéctica. Es sólo entonces que la necesidad de la interdependencia deja de ser amenazante. Sólo dentro de esa interdependencia de esfuerzos diferentes, reconocidos e iguales, es que se puede engendrar el poder para buscar nuevas maneras de activamente "ser", tanto como el valor y el sostenimiento para actuar donde no hay cédulas. (LORDE, 1979, p.90)*

Assim, a autora defende que não haja apenas uma tolerância dessas diferenças, mas sim uma percepção da força criativa que ela traz, ao nos fazer obter uma interdependência de esforços diferentes, que irá acessar esse novo “ser”. Contudo, para apreender essa diversidade e os lugares múltiplos de negação e silenciamento dado às mulheres é preciso “identificar melhor o que acontece quando diversas formas de discriminação se combinam e afetam as vidas de determinadas pessoas” (CRENSHAW, 2004, p.11). Trata-se da necessidade de um olhar interseccional<sup>35</sup> que põe em xeque a multiplicidade de experiências do sexismo vivenciado por diversas mulheres (VIGOYA, 2016, p.8).

É nesse sentido que o desenvolvimento de outros movimentos contribuem para o fortalecimento e a ampliação dos movimentos de mulheres, pois mulheres passam a encontrar frente ao espelho muito mais do que um gênero, mais uma raça, uma orientação

---

<sup>35</sup> “Precisamos reconfigurar nossas práticas que contribuem para a invisibilidade interseccional. Isso inclui a integração dos diversos movimentos e inclui a nomeação de uma mulher para chefiar a seção que cuida da discriminação racial e não considerar isso incomum de forma alguma. Essas são medidas que podem ser tomadas para quebrar a tendência de pensarmos sobre raça e gênero como problemas mutuamente exclusivos. Precisamos adotar uma abordagem de baixo para cima na nossa coleta de informações. Parar de pensar em termos de categorias, em termos de gênero e de raça, de cima para baixo.” (CRENSHAW, 2004, p.12).



sexual e outros fatores que, a depender, as distanciam ou as aproximam uma das outras. É sobre este último fator que esta pesquisa se concentra, entendendo que a diversidade de olhares se sustenta de forma positiva para o surgimento de novas e precisas discussões que rompem com um discurso hegemônico. Especialmente quando se pensa no Brasil e suas particularidades.

Entre os grupos diversos que ganharam forças no Brasil, destaco os grupos amefricanos de mulheres que foram se organizando no país (GONZALEZ, 2011). Isto dá-se, sobretudo, pela reorganização política do movimento negro em um período de abertura política e redemocratização do País (NASCIMENTO, 2012), tendo seu ativismo “presente por meio do caráter identitário, da denúncia, da preservação dos artefatos históricos e da singularidade de cada região brasileira” (NASCIMENTO, 2012, p. 67). Obtendo nesta década algumas conquistas como a organização do 1º. Encontro Nacional de Mulheres Negras em dezembro de 1988, em Valença, no Rio de Janeiro, a crescente mobilização das comunidades negras rurais ou remanescentes de quilombos no território nacional, o registro da Lei 7.716/894 que combatia o racismo, entre outras (NASCIMENTO, 2012).

Destaco o movimento negro pois a consciência em relação ao debate de gênero e raça produz um sentido diferente para as mulheres negras no interior desses movimentos, refletindo em suas pautas e em suas conquistas, a saber:

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros. (CARNEIRO, 2003, p.120)

Assim, nessa perspectiva de pontuar as diferenças entre as mulheres negras e brancas dentro do movimento feminista e, no interior do movimento negro acentuar as diferenças de gênero, as mulheres negras expõe uma agenda específica. Uma ação que, segundo Carneiro (2003) vem tendo como resultado desde os anos de 1980 o surgimento de várias organizações de mulheres negras pelo País. Passando pelos anos 90 que, segundo Ribeiro (2018) caracteriza a terceira onda do movimento feminista no Brasil e fora contemplado com críticas das feministas sobre esse discurso universal, trazendo a ênfase sobre a necessidade de um debate de gênero acompanhado por um debate de raça e classe (RIBEIRO, 2018). Essa necessidade de um olhar múltiplo e não universal segue a dar tom ao movimento feminista no avançar das décadas seguintes, resultando em mudanças significativas.

No que consta a relação da mulheres negras com o movimento feminista, Carneiro (2003) pontua que os resultados do aumento de protagonismo delas dentro do movimento pode ser visto com a mudança de perspectiva que a nova plataforma feminista adotou, após a conferência Nacional de mulheres Brasileiras, evento que aconteceu nos dias 6 e 7 de junho de 2002, em Brasília e situa a luta feminista no Brasil como gestada por uma coletividade de mulheres, negras, indígenas, nordestinas, quilombolas, lésbicas. E, entre os principais princípios levantados para orientar as análises e propostas, Carneiro (2003) pontua que trouxeram o comprometimento com a luta anti-racista, a luta contra a discriminação das lésbicas e gays, a luta pela terra e a moradia, a luta contra todas as formas de discriminações de gênero<sup>36</sup>.

No entanto, apesar desse marco, das conquistas e da inserção de outras vertentes e outros lugares dentro dos feminismos, entendendo as mulheres em vivências múltiplas, é preciso pontuar que as cisões aparecem no movimento de mulheres com maior ou menor ênfase em cada estado onde se tem o feminismo consolidado (SARTI 1988). Pois, como coloca Ramkrapes (2017), apesar dos feminismos entrarem no País sobre uma mesma matriz, terá uma recepção e um desenvolvimento diferenciado em cada estado. É dessa forma que parto para o lócus regional, me orientando aos processos que se deram em relação a esse movimento no estado do Ceará, buscando analisar a forma na qual essa expansão chegou ao estado e se entrelaçou aos aspectos regionais, tendo em vista as particularidades do Nordeste e das Mulheres Nordestinas.

---

<sup>36</sup> “Essa Plataforma, proveniente da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras realizada em 6 e 7 de junho de 2002, em Brasília, reposiciona a luta feminista no Brasil nesse novo milênio, sendo gestada (como é da natureza feminina) coletivamente por mulheres negras, indígenas, brancas, lésbicas, nortistas, nordestinas, urbanas, rurais, sindicalizadas, quilombolas, jovens, de terceira idade, portadoras de necessidades especiais, de diferentes vinculações religiosas e partidárias... que se detiveram criticamente sobre as questões mais candentes da conjuntura nacional e internacional, nos obstáculos contemporâneos persistentes para a realização da igualdade de gênero e os desafios e mecanismos para a sua superação tendo os seguintes princípios como orientadores das análises e propostas: • reconhecer a autonomia e a autodeterminação dos movimentos sociais de mulheres; • comprometer-se com a crítica ao modelo neoliberal injusto, predatório e insustentável do ponto de vista econômico, social, ambiental e ético; • reconhecer os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das mulheres; • comprometer-se com a defesa dos princípios de igualdade e justiça econômica e social; • reconhecer o direito universal à educação, saúde e previdência; • comprometer-se com a luta pelo direito à terra e à moradia; • comprometer-se com a luta anti-racista e a defesa dos princípios de equidade racial-étnica; • comprometer-se com a luta contra todas as formas de discriminação de gênero, e com o combate a violência, maus-tratos, assédio e exploração de mulheres e meninas; • comprometer-se com a luta contra a discriminação a lésbicas e gays; • comprometer-se com a luta pela assistência integral à saúde das mulheres e pela defesa dos direitos sexuais e reprodutivos” (CARNEIRO, 2003, p.126).

## **5 RESISTÊNCIAS FEMINISTAS NO CEARÁ: a construção histórica de vozes plurais no Estado.**

Uma vez que anteriormente, no capítulo 4 denominado "Movimentos, tensões e rupturas: uma análise histórica sobre o movimento de mulheres no Brasil", enfoquei a história dos movimentos de mulheres no mundo, traçando um caminho para se pensar nas especificidades e pluralidades da América Latina e do Brasil, neste trago as construções dos movimentos de mulheres no cenário cearense, pensando sobretudo nos frutos e nas lutas traçadas aqui, apontando um espelho no qual o presente reflete o passado e os espaços sólidos como frutos de sementes outrora plantadas. Em principal, pensando na afirmativa de Ferreira (2014), na qual destaca que a maior parte dos estudos sobre o tema ainda ficam presos muito a esse eixo inicial "São Paulo-Rio de Janeiro e dá leves saltos em Minas Gerais, Santa Catarina, Porto Alegre" (FERREIRA, 2014, p.362). Assim, frente a essa ausência, a necessidade de trazer os avanços, as conquistas e as formas nas quais foram construídas as linhas históricas desse movimento na região do Nordeste, mais especificamente, na região do estado do Ceará.

Para isso mergulho nos elementos chaves oriundos desse processo histórico, como esses apontados por Ferreira (2014):

Em termos políticos e no processo de luta, os movimentos feministas não desvinculam a questão de classe das questões de gênero nem das questões étnicas raciais, pois estão vinculadas a relações de poder e dominação que perpassam as relações sociais. A multiplicidade de movimentos e suas diversas correntes e linhas de atuação possibilitaram ao feminismo inovar na medida em que se articula com a Marcha Mundial de Mulheres, nas redes de estudos feministas, nos movimentos negros, assim como nas centrais de trabalhadores e partidos políticos (FERREIRA, 2014, p.362).

Uma vez que nos desdobramos sobre o contexto histórico de colonização e as marcas deixadas no cenário político, econômico, social e cultural, apreendemos que, quando falamos sobre o direito das mulheres, a libertação de suas escolhas, de seus corpos e suas jornadas, falamos também da história de um complexo jogo de poder, que envolve não só uma dominação masculina heteronormativa e branca, mas como a construção de relações racistas que dão o tom à base cultural da sociedade capitalista. Desta feita, a inovação no feminismo, como apontado por Ferreira (2014), se dá pela inserção de novos olhares que partem de pontos diferentes e dão outras tonalidades ao debate, uma abertura de novas relações que produzem uma série de novas perspectivas.

A construção dessas perspectivas, no entanto, parte de um movimento histórico, no qual, "no Brasil, como também em vários países da América Latina, as mulheres se fizeram

e se fazem visíveis por meio de uma multiplicidade de expressões organizativas, uma infinidade de reivindicações e formas de luta” (SOARES, 1998, p. 38). Um movimento que se deu especialmente após a redemocratização, um período fértil de grandes produções e narrativas plurais sobre espaços feministas. Assim, para aprendermos os caminhos trilhados pelas organizações de mulheres, suas relações e os seus frutos, destaco a seguir aqueles espaços ocupados pelas mulheres na política, os pensados para a proteção e segurança das mulheres, e aqueles plurais que lançam novas questões e críticas ao significado de feminismo e para quem, de fato, ele serve.

### **5.1 O antes e o agora: um mapeamento dos caminhos trilhados pelos femininos na capital Cearense.**

Em termos de ocupação feminina na cena política, Soares (1998) aponta que essa construção surgiu em meio ao período da ditadura no Brasil, partindo dos anos 60 e se caracterizando como um dos grandes fatores que propiciaram as mudanças desse regime, uma vez que “durante os 21 anos em que o Brasil esteve sob o regime militar, as mulheres estiveram à frente nos movimentos populares de oposição, criando suas formas próprias de organização, lutando por direitos sociais, justiça econômica e democratização” (SOARES, 1998, p. 34). As mulheres, assim, obtiveram papel de cunho fundamental nas mudanças políticas no cenário brasileiro, que rendeu frutos no que tange às discussões e a construção de novos espaços fundados e ocupados por elas.

Emerge, principalmente, nessa época, uma abertura política que, segundo pontua Soares (1998) marca a presença dos movimentos sociais no País:

Dois processos fundamentais que cruzaram a segunda metade dos anos 70 e toda a década de 1980 marcam a presença dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo: as crises econômicas e a inflação crescente que delas decorrem, e o processo de abertura política, ambos afetando e mobilizando tanto as classes médias como as operárias. A transição negociada do regime autoritário processou-se a partir da segunda metade dos anos 70, dentro do projeto de distensão lenta e gradual do presidente Geisel, e veio acompanhada da proliferação de movimentos populares, da consolidação da oposição, da remobilização da esquerda, da rearticulação de uma política de oposição, da expansão da ação pastoral da Igreja católica. As mulheres neste período tiveram espaço para uma maior ação política em contraposição ao imaginário social que as vê como cidadãs despolitizadas ou intrinsecamente apolíticas. Foi durante a ditadura militar, quando existiam as torturas a presos políticos, a homens, mulheres e crianças supostamente participantes de movimentos políticos, que o movimento feminista foi capaz de produzir uma série de argumentos iluminando as ligações da violência contra a pessoa e contra as mulheres na esfera doméstica [...] O movimento de mulheres nos anos 70 trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que

vai às ruas em defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia das desigualdades (SOARES, 1998, p. 35-36).

Esses novos ares dado a luta feminina no período da segunda onda<sup>37</sup>, chega ao estado do Ceará, segundo nos fala Silva (2020) por meio de mulheres atentas ao que acontecia no País, ao nascimento de novos espaços e a forma na qual transformavam suas relações, modificando, principalmente, a atuação política das mulheres que já estavam na cena da militância, assim como aquelas que estavam se inserindo na luta (SILVA, 2020). É neste espaço de modificações que nasce, no estado, a União das Mulheres Cearenses<sup>38</sup> (UMC) que, sendo um marco de consolidação do movimento feminista no estado na década de 80, tinha como objetivo debater a “discriminação feminina, o machismo e a sexualidade, sob a liderança de Maria Luiza e Rosa da Fonseca” (COELHO, 2014, p. 79-80).

O nascimento dessa organização marca um período importante no debate feminista Cearense, pois Silva (2020) destaca uma pluralidade de ideias, um feminismo que tinha como intuito “criar uma ideia de diálogo, de irmandade entre as mulheres e de aproximar a luta feminista” (SILVA, 2020, p.26), com mulheres que se articulavam e propunham debates, um espaço que surgiu, sobretudo, pela “confluência de diferentes ideias” de diferentes grupos e posicionamentos políticos (SILVA, 2020, p.26). Dentre eles, destaca-se a relação desse espaço, por meio de uma de suas fundadoras, Maria Luiza Fontenele, a primeira mulher prefeita de Fortaleza, e o Partido dos Trabalhadores<sup>39</sup> (PT), que possui um peso importante na construção política cearense pós regime militar.

---

<sup>37</sup> “O surgimento da “Segunda Onda” feminista, no Brasil, por diferentes narrativas, é atribuído à década de 1970. Teve início com a chamada Década da Mulher, nesse período houve a declaração da Organização das Nações Unidas, em 1975, elegendo como o Ano Internacional da Mulher. Com isso, várias organizações de esquerda compreenderam a necessidade de criar seus núcleos feministas, o que funcionava como uma tentativa de dificultar a militância de mulheres em entidades autônomas” (SILVA, 2020, p.21)

<sup>38</sup> “A UMC, portanto, foi uma organização que surgiu como consequência do que estava sendo discutido pelas feministas na sociedade, visto que os debates feministas já vinham ocorrendo, no Brasil. O ano de 1975 marcou o surgimento do feminismo de “Segunda Onda”, no país, não devido ao fato de representar a origem, mas, sim, por conta dos eventos que fizeram com que as ideias saíssem do círculo do Sudeste do país e chegassem a outras regiões” (SILVA, 2020, p.27-28)

<sup>39</sup> “No Brasil, o feminismo atual é contemporâneo do movimento de luta contra a ditadura, de reorganização popular e da esquerda. É neste mesmo processo que surge também o PT. Aqui, o feminismo encontrou eco junto a militantes políticas da esquerda, independentes ou de grupos políticos organizados, provenientes da luta contra a ditadura, e que buscavam construir o feminismo colado aos movimentos populares. Para parte significativa das ativistas que se dedicaram à construção do movimento, a luta pela libertação das mulheres não poderia deixar de ser parte integrante de um projeto socialista, nas múltiplas visões existentes desse projeto” (GODINHO, 1998, p.15).

Esta relação é demonstrada nas eleições para prefeitura de 1985<sup>40</sup>, onde Maria Luiza se destaca em um cenário no qual Coelho (2014) aponta como sendo propício, um contexto histórico e político que configurava um Brasil em processo de transição, buscando a retomada da democracia, após fim da ditadura, período marcado por uma abertura aos movimentos sociais como resultado da conquista da anistia. Sendo assim, o ano de 1985 foi marcado por eleições municipais que “vieram para consolidar o fim do regime e dar esperanças de novos rumos políticos” (COELHO, 2014, p.98).

Entre os novos rumos políticos, a presença feminina em destaque, como foi marcada as eleições na capital Cearense:

Em Fortaleza, a situação política parecia definida. Os candidatos com apoiadores mais fortes e conhecidos, como Paes de Andrade e Lúcio Alcântara, tendiam a polarizar a disputa. Porém, a campanha de Maria Luiza envolveu diversos setores dos movimentos sociais dos quais ela já atuava como o movimento feminista em que ela colaborou com a fundação da UMC, fundamental para sua trajetória pessoal e política. Contou com uma equipe de marketing político disposta a apresentar o que Maria Luiza trazia de “novo” em relação aos seus concorrentes. Ela, como deputada estadual, já tinha uma inserção no âmbito institucional, e isso era relacionado à competência e à experiência. Trazia um carisma que ficou evidente na exploração do seu sorriso; conseguiu uma identificação com o eleitorado representada na música “Maria, Maria”, de Milton Nascimento e Fernando Brant. Era uma

---

<sup>40</sup> “As eleições municipais de 1985 eram as primeiras após o fim do regime, no início da chamada Nova República [...] As alianças políticas no Ceará que conduziram ao nome de Gonzaga Mota (PMDB) a governador foram ruindo; eram baseadas no apoio de três personagens da política cearense, os coronéis Virgílio Távora, César Cals e Aduato Bezerra. Estes revezaram o comando do estado durante o Regime Militar. Com os acordos rompidos, a conjuntura para a eleição municipal ganhava novos contornos. Houve a ruptura entre o governador e os coronéis. Foi lançado o nome de Paes de Andrade (PMDB) para prefeitura com o apoio de Gonzaga Mota. Lúcio Alcântara (PFL) saiu como candidato de Aduato Bezerra. A disputa tendia a polarizar entre esses dois nomes, tendo em vista que possuíam apoiadores fortes, além da experiência política e de serem conhecidos da população. Paes de Andrade, advogado e professor, 24 anos de atividade parlamentar, assumiu diversos cargos, entre eles de Secretário da Fazenda, Secretário da Educação e da Saúde. Foi líder do PSD na Assembleia Legislativa e vice-líder do MDB. Lúcio Alcântara, médico, professor adjunto do Departamento de Saúde Comunitária do Centro de Saúde da UFC, foi Secretário da Saúde e de Assuntos Municipais, prefeito biônico de Fortaleza de 1979 a 1982. Os outros postulantes eram: Antônio Alves Morais (PTB), professor e deputado federal pela segunda vez. O Diário do Nordeste de 19/10/1985 destaca sua votação em Fortaleza. Em 1974, foi o candidato melhor votado na capital. Tarcísio Leite (PSC), professor universitário, foi vereador em 1964. De formação católica, tendo atuado no Partido Democrata Cristão, na ARENA (partido de situação do Regime Militar). Humberto Beviláqua (PL), empresário, disputava pela primeira vez cargo político. Antes contribuiu com a campanha de 1982 pelo PDS”. [...] A eleição de 1985 em Fortaleza trazia outra candidata entre os postulantes ao cargo de prefeito. Moema São Tiago entrou na disputa quando o outro candidato, deputado Manoel Arruda, renunciou à candidatura para apoiar Paes de Andrade, 83 retornando ao PMDB. Ela colocava-se como representante do PDT (Partido Democrático Trabalhista). Nasceu no Rio de Janeiro, fundadora nacional e local (Ceará) do PDT, atuou na década de 1960 no movimento estudantil, foi exilada, fundadora e coordenadora do Comitê Pró-Anistia em Lisboa. Ela possuía um perfil semelhante ao de Maria Luiza. Talvez sua candidatura tardia com a proposta de manter o partido no pleito impossibilitou melhor desempenho. Os jornais da época destacaram a presença das mulheres nessas eleições (COELHO, 2014, p.82-83).

mulher “como outra qualquer do planeta”. Os atributos considerados negativos e radicais foram isolados pela equipe da comunicação. Foi, então, buscada a imagem de mãe, mulher competente e guerreira, que não se deixa abater (COELHO, 2014, p.98-99).

Desta feita, tem-se a trajetória de Maria Luiza pelos espaços institucionais e, em principal, sua participação na construção da União das Mulheres Cearenses como um importante impulsionador de sua vitória, atrelado a um contexto favorável à presença das mulheres, vide a urgência de mudanças em contramão a um contexto antigo reacionário. Entretanto, pensando na figura de uma mulher branca como primeira prefeita da capital Cearense, atrelada, como Nascimento apontou (2014), às características vistas como femininas e, historicamente direcionada apenas às mulheres brancas, é importante questionar a ocupação feminina no cenário político, espaço de decisões que mudam diretamente a vida das mulheres, os debates centrais propostos, os avanços e as dificuldades ainda tangentes, nos fazendo questionar de quais mulheres se trata e quais são as vidas representadas.

Principalmente, em decorrência de que a próxima prefeita da capital cearense, também mulher branca, só apareceu nas eleições de 2004 na figura de Luizianne Lins<sup>41</sup>, também do Partido dos Trabalhadores (PT), em um contexto diferente do que foi outrora:

Em 2004, temos uma conjuntura política, social e histórica muito distinta de 1985. Se nesse primeiro momento analisado tínhamos uma competição eleitoral sendo iniciada, uma democracia que se inaugurava após mais de vinte anos de ditadura militar, em 2004 a democracia está consolidada do ponto de vista das garantias eleitorais. O PT, que era um partido pequeno,

---

<sup>41</sup> “Logo que entrou na universidade, já no curso de Comunicação Social, ela passou num concurso da EMLURB (Empresa Municipal de Limpeza Urbana ) para atuar como fiscal de limpeza e urbanização. Concomitante a esses processos, Luizianne engajou-se na campanha à presidência de Lula, em 1989, e desde então se identificou com o projeto do PT. Decidiu deixar o grupo ao qual pertencia. Como líder estudantil, foi presidenta do CA de Comunicação (1990), presidenta do DCE da UFC (1992) e Diretora da União Nacional dos Estudantes (UNE) da Região Nordeste (1993). Quando terminou o curso de Comunicação, assumiu o cargo de professora da Universidade Federal do Ceará, da qual se licenciou quando se elegeu prefeita em 2004. Após o ingresso no PT, comandou a Secretaria Estadual de Juventude, a Secretaria Estadual de Mulheres, foi Presidenta do Diretório Municipal, Presidenta Estadual, e membro do Diretório Nacional. Paralelamente à sua atuação no partido ao qual é filiada, também participou do movimento sindical ligado à EMLURB. No PT, engajou-se no grupo denominado Democracia Socialista (DS), do qual faz parte até o momento. Para as eleições de 1996, esse grupo decidiu que Luizianne seria candidata a vereadora. Sua candidatura tinha por objetivo levantar questões ligadas a cinco eixos: juventude, mulheres, cultura, sexualidade e educação. Foi a vereadora eleita com maior número de votos do PT naquele pleito. Em 2000, reelegeu-se vereadora. Na Câmara Municipal presidiu a Comissão de Defesa da Mulher, da Juventude e da Criança, criada a partir de um projeto de sua autoria. Em 2002, foi eleita a deputada estadual mais votada entre as mulheres. Na Assembleia Legislativa do Ceará atuou na presidência da Comissão de Agropecuária e Recursos Hídricos e como suplente das Comissões de Orçamento, Finanças e Tributação; de Educação, Cultura e Desporto; de Ciência e Tecnologia e de Defesa Social. Em 2004, foi eleita prefeita e reeleita em 2008”(COELHO, 2014, p.101).

tem a Presidência da República sob o comando de Luís Inácio Lula da Silva. Uma mulher candidatar-se às eleições não é mais considerado uma “bizarria”. Afinal, Maria Luiza Fontenele fora eleita primeira prefeita de capital, juntamente com Gardênia Gonçalves, em São Luís no Maranhão e, desde então, muitas outras mulheres se candidataram e se elegeram em diversos cargos políticos. Fortaleza não havia tido outra prefeita desde 1985. Em 2004, Luizianne Lins candidata-se pelo mesmo partido que Maria Luiza, o PT. Após as conturbadas prévias sobre a decisão da sua candidatura, a direção nacional do partido desejava que a esquerda lançasse uma chapa unificada, cujo nome cotado era o de Inácio Arruda, do PCdoB (Partido Comunista do Brasil). Luizianne Lins venceu as prévias e saiu candidata à prefeita, sofrendo rejeição dentro do próprio partido. Inicialmente em quarto lugar nas pesquisas de intenção de voto, nas quais competiam nos primeiros lugares o citado Inácio Arruda (PCdoB), Moroni Torgan (PFL) e Antônio Cambraia (PMDB), ela avança na reta final, disputa o segundo turno com Moroni Torgan e alcança vitória nas urnas (COELHO, 2014, p.102).

Percebe-se que Maria Luiza Fontenele acaba por abrir as portas para outras mulheres ocuparem cargos na prefeitura da capital, entretanto, é notório o distanciamento entre as duas épocas, nos fazendo questionar as dificuldades ainda presentes no cenário político no que corresponde a participação feminina, e, em especial, das mulheres negras. Porém, apesar de Luizianne Lins ter sido a última prefeita, os números femininos na câmara municipal cearense aumentaram nos últimos quatro anos, segundo uma pesquisa realizada pelo Diário do Nordeste<sup>42</sup> nas 184 casas legislativas do Ceará em 2020, demonstrando uma maior participação das mulheres no que tange às tomadas de decisões políticas. Entretanto, segundo a pesquisa, mesmo que as mulheres sejam 52,9% do eleitorado, ocupam somente 18% das vagas nas câmaras municipais. No ano passado, 2020, segundo a fonte, foram escolhidas 395 mulheres para o cargo de vereadora, em um total de 2,1 mil vagas no legislativo, denotando um aumento de 11, 2% em relação a 2016. No estado do Ceará, segundo consta, a participação das mulheres no legislativo municipal é 18%, já em 2016 era de 16%.

Nas eleições municipais de 2020, segundo consta o Brasil de fato<sup>43</sup>, apenas 28 municípios cearenses tiveram prefeitas eleitas, resultando em um número de 15,2% de ocupação feminina nas prefeituras cearenses. Já no que corresponde ao pertencimento racial, ocorreu um aumento de 35,8% no número de candidaturas negras no estado em relação a 2016, representando, no entanto, apenas 7% do total de candidaturas. Segundo o

<sup>42</sup> Ver mais em:

<<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/presenca-feminina-aumenta-mas-ceara-ainda-tem-16-camaras-municipais-sem-vereadoras-1.>>

<sup>43</sup>

Ver mais em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/10/no-ceara-candidaturas-negras-representam-7-do-totalhttps://www.brasildefato.com.br/2020/11/10/no-ceara-candidaturas-negras-representam-7-do-total>>



jornal O Povo<sup>44</sup>, das 43 cadeiras na câmara municipal, 22 vão ser ocupadas por pessoas que se autodeclararam pardos e duas pessoas que se autodeclararam pretas, sendo as duas pretas a Tia Francisca (PL) e uma candidatura coletiva denominada Nossa Cara, composta por três mulheres pretas e representada pela Adriana Geronimo (Psol). Em 2020, segundo consta nesse levantamento, houve um aumento das candidaturas negras tanto de homens quanto de mulheres, que somaram 51% da câmara.

Frente a estes dados, elenco a importância das mulheres ocuparem cargos políticos a fim de defenderem seus direitos e construir novas práticas, como Soares (1998) pontua:

As feministas, como expressão de uma das vertentes deste movimento, traduzem a rebeldia das mulheres na identificação de sua situação de subordinação e exclusão do poder e buscam construir uma proposta ideológica que reverta esta marginalidade e que se concretize a partir da construção de uma prática social que negue os mecanismos que impedem o desenvolvimento de sua consciência como seres autônomos e que supere a exclusão (SOARES, 1998, p. 39)

Essa negação de mecanismos impostos se traduz nos efeitos dessas inserções feministas no cenário político e em outros, em prol de reverter essa marginalidade colocada acima por Soares (1998). Entretanto, uma vez pensando nos caminhos interseccionais e na diversidade que atravessa essas mulheres, é necessário destacar a pluralidade nas atuações políticas dessas, muitas das quais dialogam diretamente com suas vivências. Discutir, principalmente, quem são e para quem servem seus projetos políticos. A exemplo, sinalizo para as pautas trazidas pelas vereadoras eleitas nas últimas eleições em Fortaleza, assim como suas atuações no ano de 2021 até aqui.

Ao mergulhar nos requerimentos, indicações e projetos<sup>45</sup> das dez mulheres eleitas – em um total de 43 – encontro posicionamentos conservadores, como a Priscila Costa do Partido Social Cristã (PSC) que se propõe a defender a “família e a defesa da vida”, principalmente no que corresponde ao aborto, suicídio e as drogas, colocando, dentre outras coisas, projetos como a inclusão no calendário de eventos de Fortaleza do centenário das assembleias de Deus, requerendo sessão solene em homenagem ao dia da reforma protestante e instituindo o Estatuto do Nascituro, a dispor sobre a proteção integral do nascituro.

Por outro lado, temos vereadoras como a Regina Claudia Tabosa Ferreira Gomes do Democratas (DEM) que se propõe, entre outras pautas, a defender a saúde e a proteção da

---

<sup>44</sup> Ver mais em:

<<https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2020/11/19/cresce-o-numero-de-mulheres-pretas-na-camara-municipal-de-fortaleza.html>>

<sup>45</sup> Todas essas informações foram obtidas no site da Câmara Municipal de Fortaleza, na página <<https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/parlamentar/>>

mulher, a Ana Paula do Partido Democrata Trabalhista (PDT) que entre suas ações institui a política municipal de combate a violência política contra a mulher e autoriza a criação de um curso literário que valorize a produção feminina em Fortaleza, e a Tia Francisca do Partido Liberal (PL) que dentre duas ações declara como política permanente municipal o programa de prevenção e combate a violência contra a mulher e cria o programa abrigo Maria da Penha de acolhimento temporário de mulheres e seus dependentes vítimas de violência doméstica e familiar, no âmbito da rede pública municipal de Assistência Social.

Entretanto, quando entramos nas questões relacionadas ao debate racial e LGBTQIA+ encontramos mais ações apenas em duas vereadoras: Larissa Gaspar do Partido dos Trabalhadores (PT) e a Adriana Geronimo do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). A primeira, atuando na luta de defesa das mulheres preside a frente parlamentar da Defesa dos Direitos da População LGBTQIA+ e a de Pessoas em Situação de Rua, e teve, entre seus requerimentos de 2022, a realização de sessões solenes para homenagear entidades e militantes que se destacaram na defesa e promoção dos direitos da população LGBTQIA+, sessão solene para o dia da consciência negra, pelo dia da abolição da escravatura no Ceará e pelo dia internacional da mulher negra latino-americana.

Já Adriana (PSOL) atuando em um mandato coletivo, tem entre suas ações concessão do título de cidadania honorária de Fortaleza para Zelma De Araújo Madeira, Coordenadora Estadual de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade racial do Ceará (desde 2015), requereu o envio de votos de pesar à família, amigos (as) e a população LGBTQIA+ pelo falecimento da travesti assassinada no dia 11 de Fevereiro no Grande Bom Jardim<sup>46</sup>, Sofia Gisele, requerimento de sessão solene para homenagear a Thina Rodrigues e a associação de Travestis e mulheres transsexuais do Ceará (ATRAC) em alusão ao dia da visibilidade trans, e ao dia internacional da mulher, e o estabelecimento de diretrizes para a criação do programa centro de parto normal e casa de parto para o atendimento à pessoa Grávida durante período gravídico-puerperal.

Considero dois pontos importantes a serem levados a uma reflexão a partir dessas informações, primeiro, é interessante perceber que, das duas vereadoras a levantarem em seus projetos e requerimentos questões referentes ao debate racial, uma delas seja uma das únicas mulheres que se autodeclaram pretas, fato que acaba por reforçar a necessidade de questionar a diversidade feminina que se encontra em representativa na Câmara, para que de fato possa existir uma abrangência das diversidades femininas em suas formas de vivências plurais.

---

<sup>46</sup> O Grande Bom Jardim, segundo aponta o IBGE (2010), é formado por cinco bairros da cidade de Fortaleza, sendo eles: Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Canindezinho e Siqueira. No Censo do IBGE de 2000, a região, segundo Alves e Freitas (2008) possuía uma população de 175.144 habitantes, acarretando em um aumento de 16,6% da população em 2010, assumindo um total de 204.281 moradores(as).

Por segundo, aponto como esse movimento de criação de políticas, espaços e projetos para as mulheres acompanha a história cearense, especificamente da capital Fortaleza, desde os anos 80. Período este em que Frota e Silva (2015) enfatizam que no Ceará, por influência dos movimentos feministas e de mulheres, foi situado dentro da agenda governamental a implantação da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Fortaleza (1986), e o Centro de Orientação Jurídico para Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica - COJEM (1989), órgão que atendia as denúncias e acompanhava os casos de violência doméstica contra a mulher. Entretanto, trago em destaque a criação do Conselho Cearense de Direitos da Mulher (CCDM) em 1986, nascido “num momento de significativas transformações no cenário político local e nacional, com a participação de mulheres de diferentes tendências ideológicas e com apoio de forças políticas sintonizadas com a transição democrática no país” (FROTA;SILVA,2015, p.213).

.Segundo Frota e Silva (2014) esse organismo, que exercia uma mediação política e institucional entre as reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres e o poder público estadual, era composto em sua maioria por “mulheres de classe média, intelectuais, sindicalistas, professoras e técnicas” (FROTA, SILVA, 2015, p.214). Trata-se, ainda, segundo Frota e Silva (2015) de um espaço protagonista na luta das mulheres Cearenses como um espaço institucional aberto, público democrático, um instrumento que assessorou os governos para a construção de políticas públicas para as mulheres, agindo no campo do planejamento, da articulação e da proposição dessas políticas.

Trilhando um caminho desafiador, mas também de conquistas, O CCDM seguiu na construção de espaços necessário para a luta das mulheres, como apontado abaixo:

Ao longo da sua existência possível observar momentos de crises, expansão e resistência no Conselho, intercalando sucessos com dificuldades, consensos e conflitos, entraves, mas, sobretudo, avanços e construção de políticas públicas para as mulheres nas diversas gestões dos governos estaduais dando-se destaque a criação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher do Ceará (CEPAM). Nossa pesquisa revela as negociações e as articulações realizadas pelos movimentos feministas e de mulheres para a criação do CCDM e a inserção dos direitos das mulheres na Constituição Estadual, em 1989, mediante apresentação de propostas de autonomia financeira e administrativa, além da institucionalização da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, o Centro de Orientação Jurídica e defesa da Mulher (COJEM), como também criação de políticas para as mulheres nas áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança Pública, Mulher Presidiária, Cultura, Mulher Rural e Servidores Públicos Cívicos e Militares (FROTA;SILVA, 2015, p.223).

Desta feita, se observa historicamente na construção desse organismo uma via de abertura para outros espaços, para um fortalecimento do debate sobre a questão das mulheres, em principal no cenário político pós-redemocratização, representando um elo

importante entre o governo estadual e as demandas femininas. Um processo que podemos observar em tempos recentes. O ano de 2019 inicia, a exemplo, com o estado sendo alinhado a uma política de luta pela igualdade de gêneros que vem se espalhando pelo nordeste, com a inserção da política pública para mulheres na Secretaria de proteção social, justiça, mulheres e direitos humanos<sup>47</sup>. Ademais, observa-se a presença de unidades móveis de atendimento, sendo uma ação de uma política de enfrentamento à violência contra a mulher com o objetivo de empoderar as mulheres e contribuir para uma sociedade em que não haja violência contra as mulheres, lançado em 2008 como parte do projeto do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher<sup>48</sup>.

No que tange a questão da violência, observa-se em âmbito nacional uma movimentação para o estabelecimento de espaços para a discussão e, principalmente, para a proteção das mulheres vítimas de violência. A exemplo, tem-se a casa da mulher brasileira, que atua como um equipamento visando a proteção e um atendimento humanizado às vítimas. Abrigando a Delegacia de Defesa da Mulher, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e o Ministério Público e Defensoria Pública, o equipamento foi construído e equipado pelo Governo Federal, oferecendo um atendimento de 24 horas em todos os dias da semana<sup>49</sup>.

Outro espaço de enorme importância e referência no trato deste assunto é o Instituto Maria da Penha (IMP), uma organização não governamental sem fins lucrativos, fundada em 2009, com sede em Fortaleza e representação em Recife, tendo como base para seu nascimento a história de Maria da Penha, que foi símbolo para a criação da Lei Maria da Penha, de número 11.340/2006. O Instituto, assim, segue alinhado à lei, buscando estimular e contribuir para sua aplicação, monitorando o desenvolvimento das políticas públicas que se dispõe ao cumprimento da lei. Para além deste fim, o Instituto atua na promoção e apoio de ações sociais que melhorem a qualidade de vida das mulheres, estimulando um debate que vise um investimento social que garanta os direitos de cidadania, justiça, trabalho, emprego e geração de renda das mulheres e de suas famílias<sup>50</sup>.

---

<sup>47</sup> Ver melhor em: <<https://www.sps.ce.gov.br/secretarias-executivas/mulheres/>>.

<sup>48</sup> “As Unidades Móveis de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas atendem à solicitação dos municípios ou são encaminhadas a partir de uma agenda de atendimentos construída pelo Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra Mulher. As atividades desenvolvidas pelas unidades reúnem serviços de saúde, assistência e prestação de serviços em geral. As mulheres participantes também recebem orientações sobre políticas públicas para as mulheres e sobre o enfrentamento à violência de gênero. O objetivo é empoderar essas mulheres e assim auxiliar na construção de uma sociedade sem violência contra a mulher. Entre 2015 e 2018, mais de seis mil mulheres foram mobilizadas e/ou atendidas pelas Unidades Móveis” verem: <<https://www.sps.ce.gov.br/secretarias-executivas/mulheres/unidades-moveis-de-atendimento/>>

<sup>49</sup> Ver mais em <Link:

<https://www.sps.ce.gov.br/secretarias-executivas/mulheres/casa-da-mulher-brasileira/>>

<sup>50</sup> Para saber mais, ver em <<https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-somos.html>>

Uma vez pensando na importância da construção desses espaços, que atuam diretamente na garantia de segurança das mulheres e no embate as violências sofridas por elas em todas as esferas, enquanto um avanço no que corresponde a luta pelos direitos das mulheres, aponto outra contribuição dos movimentos de mulheres, descrita por Soares (1998) como sendo o papel de questionar alguns paradigmas antigos presentes na ação política, lançando luzes em aspectos da vidas e dos conflitos sociais que não eram vistos, e trazendo a tona alguns setores da sociedade que estavam marginalizados, contribuindo para revelar uma dinâmica social complexa, relações sociais multidimensionais hierárquicas e um campo de conflito heterogêneo (SOARES, 1998).

Dentre essas relações sociais hierárquicas, têm-se as questões raciais presentes, trazidas a tona principalmente pela população negra, como colocado por Ribeiro (1998):

As temáticas racismo e relações raciais, embora venham se tornando reconhecidas nas últimas décadas, são ainda tabu. Os processos organizativos dos movimentos sociais tiveram como tendência histórica colocar estas questões em sua agenda política sem o devido destaque; salvo situações em que os principais agentes, os negros em geral e as mulheres negras em particular, assumiram um papel vigilante de pressionar pela visibilidade de sua existência e de sua participação política. Porém, mesmo considerando o descompasso de interesses, é notório o avanço das questões raciais na cena política. É interessante fazermos comparações entre a configuração do Brasil real demarcado pelo racismo e pelo machismo evidentes no cotidiano de homens, mulheres, brancos e negros; e o Brasil apaziguado e democrático catalogado por intermédio dos meios de comunicação, da história oficial e das instituições (RIBEIRO, 1998, p. 191).

Desta feita, pensando nesse Brasil real, marcado por um racismo e machismo evidente, a incidir sobre a vida da população negra (SOARES, 1998), em um exercício de poder que “perpetua-se de maneira a definir lugares ocupados por mulheres e homens, brancos e negros, nas estruturas sociais, nos espaços de decisão política; e, acima de tudo na condição de serem ou não sujeitos de suas ações” (RIBEIRO, 1998, p.195-196). É importante falar sobre o próprio nascimento dos movimentos negros, em especial das mulheres negras, que trazem bandeiras próprias as suas lutas, inseridas nesse cenário complexo e profundo do que é ser mulher. Destaco aqui a presença do Movimento Negro e a contribuição das mulheres negras Cearenses no cerne dos movimentos.

A reorganização política do movimento negro chega ao Ceará através do Grupo de União e Consciência Negra, que convidou a militante Maria Lucia Simão a ser articuladora no estado do Ceará (NASCIMENTO, 2012). Assim, segundo Nascimento (2012), é no ano de 1982, amparado por discussões sobre a importância de se formar uma entidade que abordasse o tema da questão racial, que a primeira organização negra contemporânea surge. Um grupo que, segundo Ratts e Ferreira Sobrinho (1992), teve enquanto um de seus pilares a memória coletiva negro-africana, partindo da reconstrução da história dos

negros/as cearenses. Para além dessa memória, Nascimento (2012) aponta uma discussão de gênero trazida pelas rodas de conversa em um período em que essa organização era formada apenas por mulheres. Entretanto, Nascimento (2012) indica um silenciamento no sentido político da discussão no período inicial de formação desse grupo.

Outro grupo a ganhar destaque na década de 80 fora o Grupo Filhos d'África, entidade nascida em 1987 que, segundo Nascimento (2012) nasce em um contexto específico:

O contexto de criação do Grupo Filhos d'África foi no ápice das mobilizações sociais no Brasil. Fortaleza encontrava-se nesse cenário e também vivenciava os primeiros anos do movimento negro contemporâneo por meio do Grupo de União e Consciência Negra. Neste cenário uma variedade de elementos culturais de matrizes diferenciadas, entre estas, a cultura negra, ganhavam visibilidade. (NASCIMENTO, 2012, p. 123).

Neste sentido, destaca-se a ligação do movimento negro com as instituições religiosas, pois no ano do surgimento dessa entidade também foi o ano em que a Igreja Católica se preparava pra lançar a Campanha da Fraternidade, com articulação entre paróquias e capelas para construir a constituição de 1988 (NASCIMENTO, 2012). A autora ainda destaca a figura de padre Luis Fornasier na tomada da organização de grupo de estudos para esse fim. Porém, focando no papel das militantes dessa entidade, Nascimento (2012) destaca que houveram buscas de outras articulações dessas com o movimento negro, visando ultrapassar os limites de gênero e potencializar o ativismo (NASCIMENTO, 2012). Neste viés, a autora afirma que "estas construções permearam a passagem da adolescência para a vida adulta das mulheres desta entidade do movimento negro" (NASCIMENTO, 2012, p.140).

Estabelecendo conexão com esta entidade, tem-se o surgimento dos Agentes de Pastoral Negros (APN's). Tendo, como uma das principais lideranças, segundo Nascimento (2012) a Irmã Salete, tomando a frente do Grupo Tarefa, que realizou assessoramento aos encaminhamentos do Documento final da Conferência do Episcopado Latino-Americano e daí se originou os APN's em 1983 (NASCIMENTO, 2012), obtendo enquanto objetivo principal, a tomada de consciência e fé dos homens e mulheres negras(os) dentro da Igreja Católica e a luta na política e na educação, assim como estabelecimento de diálogo com os terreiros (NASCIMENTO, 2012). No que tange às questões de gênero, entretanto, apesar da parceria entre essas entidades protagonizarem a participação feminina, a autora destaca que a relação entre homens e mulheres no interior dessas entidades ainda seguiam desiguais.

Essas desigualdades são expostas durante o processo de tensionamento das mulheres negras dentro dos movimentos sociais em busca de uma visibilidade, como pontuado por Ribeiro (1998):

São muitos os conflitos e embates travados pelas mulheres negras junto aos movimentos sociais, tendo como eixo central um basta à invisibilidade. Todo este processo leva à quebra de mitos como o de que feminismo é coisa de mulher branca; questão racial é coisa de negro; e de que política é coisa de homem branco. Estas marcas, presentes no imaginário social, não fazem nenhum sentido quando nos debruçamos aprofundadamente sobre a análise dos processos políticos. Os desafios advindos dos processos da crise econômica e política provocaram mudanças de posturas e de conteúdos no interior dos movimentos sociais. Todos os setores organizados têm sido chamados a dar respostas mais unificadas em busca da garantia dos direitos sociais. Impõe-se a necessidade de uma estreita relação da sociedade com o Estado visando o encaminhamento de uma ampla agenda: o enfrentamento da diversidade, a construção da igualdade de tratamento e oportunidades, o respeito aos direitos humanos. A perspectiva é de contribuir para a alteração da realidade de exclusão, realimentando a utopia de uma sociedade onde caibamos todas e todos. As mulheres negras, como antigas personagens no cenário político brasileiro, têm sido, de fato, propositivas na construção de novas cenas (RIBEIRO, 1998, p. 205-206).

Assim Ribeiro (1998) traz a ênfase às novas cenas no qual mulheres negras constroem diálogos plurais e realçam a diversidade presente nas vivências das mulheres, dentro de um contexto em que se exige cada vez mais mudanças nas proposições das lutas, uma vez que o campo de discussões se amplia, e o toldo é desvendado como um complexo de relações intrínsecas e conectadas, se tomando consciência sobre as diversidades que exigem olhares atentos e específicos junto a necessidade de um alinhamento nos discursos e nas práticas, um reconhecimento de outros sujeitos e outras pautas atingidas pelo mesmo sistema, realçando entretanto suas diferenças.

No Ceará, observamos historicamente esse movimento acontecer com o nascimento de espaços plurais, como é o caso do fórum Cearense de mulheres, um movimento político que trabalha na luta pelo fim do racismo, capitalismo e patriarcado hetero cisnormativo, surgido em 1995 na preparação para a Conferência de Mulheres da ONU em Beijing, China. Esse espaço é composto por movimentos, organizações feministas, setoriais de mulheres de organizações mistas e de militantes independentes, atuando atualmente em Fortaleza, na Serra da Ibiapaba e em Crateús. A construção de um movimento plural é notada ao passo que esse espaço se encontra aberto a construir parcerias e alianças com diversas outras organizações que se comprometam com a luta das mulheres<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> Ver mais em: <<https://www.facebook.com/forumcearensedemulheres/>>

Outro espaço que vem ganhando força e se articulando no que tange a resistência, são aqueles propostos por e para mulheres negras. No Ceará tem-se o grupo “Mulheres negras resistem: formação teórico-política para mulheres negras”, projeto lançado em 2018, após a vereadora, socióloga e ativista Marielle Franco ser executada a tiros no Rio de Janeiro. Tendo como objetivo incentivar o protagonismo feminino e negro, através da formação de quadros de representação social e política em espaços públicos e privados<sup>52</sup>. Se caracteriza enquanto um projeto extremamente importante e necessário para o fortalecimento de um protagonismo feminino negro no estado do Ceará, promovendo debates e outros olhares sobre as discussões postas.

Junto a outros movimentos, esses grupos caminham, ora juntos e ora separados, na construção de atividades que buscam enunciar e dar maior visibilidade às lutas das mulheres e todas as várias pautas que atravessam as suas vidas, estabelecendo redes de discussões, provocando questionamentos, uma vez que “a identidade feminista constrói-se como identidade política ligada, diretamente, à militância, à luta em prol de mudanças significativas, na vida de diferentes mulheres, à busca de novas formas de tecer as relações sociais...” (SILVA, 2020, p.26). Dentre essas ações, destaco a construção do oito de março que, em 2020, foi pensado por diversas organizações culminando no Festival 8 de Março - Pela vida das mulheres Contra o Fascismo, Machismo, Racismo e LBTfobia -Em Defesa dos Direitos da Democracia. O festival contou com rodas de diálogo, oficinas, intervenções culturais, caminhada e um ato show político<sup>53</sup>.

Outra ação que ganha destaque em tempos recentes e que mostrou a força organizativa das mulheres no Brasil e no estado do Ceará, ganhando notoriedade mundo afora, foi o movimento “Ele Não” no ano de 2019, na qual milhares de mulheres se organizaram para saírem às ruas em protesto a candidatura do então candidato à presidência pelo Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro. Segundo o jornal O Globo as manifestações ocorreram em 40 cidades de 12 estados brasileiros, contando ainda com a participação de cidades no exterior, como Nova York, Londres, Lisboa, Barcelona e Cidade do México. Sendo um ato convocado através das redes sociais e obtendo apoio de alguns artistas durante o mês de setembro<sup>54</sup>. Já no estado do Ceará, as manifestações ocorreram em, ao menos, 39 cidades, na capital, 100 mil marcaram presença na Praia de Iracema, e fez parte de uma manifestação que tinha um caráter suprapartidário, contra o avanço do

---

<sup>52</sup> ver mais em <<https://www.facebook.com/projetomulheresnegrasresistem/about>>

<sup>53</sup> Ver mais em

<<https://www.brasildefatoce.com.br/2020/03/06/acoes-unificadas-marcam-o-8-de-marco-em-fortaleza>>

<sup>54</sup>ver mais em

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/09/29/manifestantes-fazem-atos-a-tarde-contra-e-favor-de-bolsonaro.ghtml>>



autoritarismo político no País<sup>55</sup>. No estado Cearense, o ato na capital foi finalizado no Dragão do mar com a “parada cultural antifacista”, obtendo em sua programação falas de movimentos feministas, a exemplo do Nós VOZ Elas, Mulheres de Terreiro, Mulheres da Capoeira, Mulheres Indígenas, Negra Voz<sup>56</sup>, Damas Cortejam<sup>57</sup>, Mães do Curió<sup>58</sup>, além de apresentações musicais e intervenções culturais<sup>59</sup>.

A existência desses espaços e dessas histórias fazem parte de um processo de mudanças que apontam novos e necessários caminhos, é o que podemos analisar a seguir, em um mergulho sobre as últimas ações propostas por dois grupos específicos, que possuem um direcionamento plural em suas pautas de lutas, assumindo formas diversas de se expressar, trazendo a bandeira da diversidade, do feminismo e do debate racial em seu centro de formação histórica e em suas propostas de ação. Será, partindo de suas atuações nesse último ano, que poderemos ter um indício do que os movimentos de resistência femininas estão a construir no cenário cearense, mais especificamente em sua capital, Fortaleza.

## 5.2 Tambores de safo e INEGRA: passos, pequenos passos, grandes ruídos.

Ao pensar sobre o cenário de resistências femininas em Fortaleza, penso especificamente em dois espaços. O primeiro é o Instituto de Mulheres Negras do Ceará (INEGRA), Organização Social fundada em 2003, comprometida com a luta anti-racista e feminista em âmbito, sobretudo, regional, haja visto que se caracteriza como uma instituição que, além de promover pesquisas, assume, por vezes em colaboração com outros movimentos, um extenso calendário de lutas em solo Cearense. Entre seus objetivos, a promoção dos valores étnicos, políticos, sociais e culturais das populações negras, em prioridade às mulheres negras, e o compromisso com os eixos: racismo e políticas

---

<sup>55</sup>Ver mais em: <  
<https://fetamce.org.br/elenao-39-municipios-do-ce-tem-atos-de-mulheres-contra-bolsonaro/>  
 >

<sup>56</sup> show espetáculo virtual produzido pelo coletivo Nossa Voz, grupo formado em 2018. Ver mais em <  
<https://mapacultural.fortaleza.ce.gov.br/agente/30075/>  
 >

<sup>57</sup> Banda feminista e bloco camavalesco. Projeto idealizado e realizado apenas por mulheres. Ver mais em <  
<https://mapacultural.fortaleza.ce.gov.br/agente/24523/>  
 >

<sup>58</sup> Um movimento que nasceu em 2016 com objetivo de pedir justiça pelas 11 vítimas da Chacina do Curió" Ver mais em <  
<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/14/maes-integram-movimento-de-amparo-e-justica-apos-filhos-vitimados-por-acoes-policiais-no-ceara.ghtml>  
 >

<sup>59</sup> Ver em <  
<https://www.liga.ufc.br/single-post/2018/09/29/elen%C3%A3o-ato-contra-bolsonaro-re%C3%BAne-mais-de-15-mil-pessoas-em-fortaleza>  
 >

públicas; Racismo institucional; violência racial; mulheres e raça-identidade e visibilidade/reconhecimento; desenvolvimento institucional<sup>60</sup>.

O segundo, é o grupo musical Tambores de Safo, criado em maio de 2010, que busca em meio a música e a arte combater o machismo, o racismo e a homofobia, assim como outras opressões capitalistas. Carrega em seus objetivos, a busca por endossar o pensamento crítico feminista e o empoderamento das mulheres, levantando em suas atividades, debates sobre feminismo antirracista, autonomia das mulheres e suas liberdades, enfocando as mulheres negras, lésbicas e bissexuais. Promove ensaios abertos nas praças da cidade de Fortaleza e participa de atividades culturais e políticas que são elaboradas por movimentos sociais.<sup>61</sup>

O que as atividades recentes desses grupos nos dizem sobre a promoção de resistências femininas no estado cearense pode ser elencado em alguns pontos importantes, que ora convergem e ora distanciam esses dois espaços. O primeiro, e crucial, é a forma como, tanto o INEGRA como o Tambores de SAFO seguiram atuando durante a pandemia do coronavírus, tendo em vista as dificuldades postas pela pandemia no ano de 2021, principalmente no primeiro semestre deste ano, com a ausência do processo de vacinação, com um mês de março batendo mais do que o dobro dos óbitos do segundo pior mês da pandemia, julho de 2020<sup>62</sup>.

Diante da impossibilidade de ter construções presenciais no ano de 2021, as mulheres desses espaços ocuparam, em grande parte, as redes sociais. É o que percebemos ao analisarmos, em uma linha temporal crescente, suas propostas de atuação. A começar, temos o grupo Tambores de Safo, que no mês de Julho de 2021 participou de uma *live* para falar sobre a visibilidade LGBTQIA+, abordando a presença das lésbicas na música. Já em 30 de Julho de 2021, participou do evento intitulado "Cultura Preta é Bem

---

<sup>60</sup> “ Foi criado em outubro de 2003 a partir da iniciativa de 13 (treze) mulheres negras que constituem seu quadro de sócias fundadoras. Nos seis anos de atuação, o INEGRA estabeleceu contato com a Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial e com a Secretaria Especial de Mulheres; recebeu a colaboração de intelectuais do cenário nacional no campo das relações étnico-raciais, como Sueli Carneiro, Edson Cardoso, Fernanda Lopes do PCRI (Programa de Combate ao Racismo Institucional); conseguiu realizar o seminário Fortaleza Negra anualmente; tem colaborado efetivamente na construção do 08 de Março junto com o Fórum Cearense de Mulheres – FCM; integra a Rede Mulher e Democracia e participa das Conferências de Políticas para as Mulheres como comissão organizadora nas Conferências Estadual, Municipal e Regional [...] Dentre as ações realizadas destacam-se: as programações anuais do 8 de março e do 25 de Julho – dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha; a Jornada pela legalização do aborto legal e seguro, realizado anualmente em parceria com o FCM; a Jornada pela Saúde da População Negra e o Dia da Consciência Negra”. Ver em: <<https://inegrace.wordpress.com/about/>>.

<sup>61</sup> Ver mais em <<https://www.facebook.com/batucadatamboresdesafo/about/>>

<sup>62</sup> ver mais em:

<<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/31/brasil-registra-quase-4-mil-mortes-por-co-vid-no-dia-e-fecha-pior-mes-da-pandemia-com-668-mil-obitos.ghtml>>

Viver", promovendo a intervenção poética de várias mulheres negras, promovido pela rede de mulheres negras do Ceará<sup>63</sup> e o Julho das pretas<sup>64</sup>.

E, em uma atividade mais recente, em primeiro de Outubro de 2021, promoveu uma live com o tema Visibilidade Bissexual: Vivências e caminhos bissexuais. A participação desse grupo em eventos promovidos por outros grupos, assim como a participação de outros grupos em seus eventos demonstra que essas mulheres transitam e constroem espaços múltiplos. E, ainda, ao trazerem debates raciais e de orientação sexual, resistem a um pensamento feminista moderno que tem como preceito central a ideia de que as mulheres “compartilham a mesma sina, que fatores como classe, raça, religião, preferência sexual etc não criam uma diversidade de experiências que determina até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher” (hooks, 2015, p.197-198).

É o que podemos ver também ao analisarmos a linha temporal das atividades do INEGRA, que, por sua vez, apresenta um calendário de atividades mais intenso. A princípio, encontramos a participação do INEGRA na construção do março de lutas, que, caracterizado como uma agenda coletiva, criada pelo Instituto das mulheres negras (ODARA) em 2018 e organizado em 2021 pela Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), tem como objetivo celebrar a resistência negra no Brasil e promover uma articulação em conjunto que vise enfrentar o racismo patriarcal<sup>65</sup>. Ainda, no que consta nas redes sociais do INEGRA, o março de lutas corresponde a um protagonismo das mulheres negras brasileiras, no qual ocorre um compartilhamento de suas práticas, experiências, denúncias para fortalecer a luta contra o racismo, patriarcado, sexismo e LGBTfobia, celebrando o legado dos homens e mulheres negras que deram a vida lutando pelos direitos da população negra, além de debater sobre a vida das mulheres negras com temas como violência doméstica, feminicídio, racismo religioso e a violência política, fatores que foram intensificados no contexto pandêmico<sup>66</sup>.

Esse movimento nos indica dois fatores: primeiro, que, de fato, há uma inserção dos espaços feministas cearenses em um agrupamento nacional, de iniciativas, projetos e diálogos entre mulheres negras atuantes em diversos espaços organizativos. Segundo, é notório que, ao trazer o protagonismo da mulher negra, essa ação do mês de março traz também questões para além da raça e do gênero, demonstrando uma bandeira de luta plural, e, principalmente, demonstrando um reconhecimento de que “as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero” (CRENSHAW, 2004, p.9). Havendo, ao

---

<sup>63</sup> Ver mais em: <<https://www.instagram.com/mulheresnegrasdoceara/>>

<sup>64</sup> Ver mais em: <<https://institutoodara.org.br/julho-das-pretas/>>

<sup>65</sup> Ver mais em: <<https://institutoodara.org.br/voce-conhece-o-marco-de-lutas/>>

<sup>66</sup> Obtido em:

<<https://www.facebook.com/page/311016415771497/search/?q=mar%C3%A7o%20de%20lutas>>

contrário de uma separação, o estabelecimento de um processo que engloba e enxerga fatores diversos que podem atravessar as experiências de vida das mulheres negras.

Ainda, dando continuidade às ações, no dia cinco de março de 2021, o INEGRA abre o mês anunciando a transmissão de uma live sobre mulheres negras contra a violência política, contando com a participação de mulheres negras que ocuparam o cargo de vereadoras em seus respectivos estados, como a Livia Duarte do Partido, Socialismo e Liberdade (PSOL) da Amazônia, a Dandara do Partido dos Trabalhadores (PT), de Uberlândia/MG, a Carol Dartora do PT, de Curitiba, a Ana Lúcia Martins, do PT, Joinville e a Erika Hilton, pelo PSOL, São Paulo. Essa ação, por si só, denota uma construção plural e nacional extremamente importante para o debate racial dentro do cenário político. Ter a presença de mulheres negras, LGBTQIA+ de diferentes partidos e regiões demonstra não só a intenção de uma construção de luta nacional das mulheres negras, mas sobretudo a força de suas atuações, em promover espaços de fortalecimento mesmo em meio as impossibilidades que o cenário pandêmico colocava.

Essa construção plural também é encontrada na divulgação do INEGRA do encontro promovido no dia 18 de Março de 2021, pela rede de mulheres negras do Nordeste<sup>67</sup>, para debater a violência contra as mulheres negras, contando com a participação de mulheres que constroem outros espaços, como o Instituto da mulher negra do Piauí<sup>68</sup>, Organização de Mulheres Negras na Paraíba-Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba<sup>69</sup> e Mulheres Negras de Pernambuco<sup>70</sup>. O fato do INEGRA fazer parte da construção dessa rede de mulheres negras nordestinas e o acontecimento desse espaço plural, sinaliza a existência de uma rede das mulheres negras nordestinas que vem sendo construída e fortalecida, fator necessário uma vez que as especificidades regionais existem e também marcam nossas experiências enquanto mulheres nordestinas.

---

<sup>67</sup> A rede de Mulheres Negras do Nordeste se origina de uma das ações do projeto "Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste", obtendo como propósito principal rearticular e mobilizar as organizações de jovens, mulheres e lésbicas negras do Nordeste, para seu fortalecimento no combate ao racismo, sexismo e lesbofobia. Ver mais em:

<<https://www.facebook.com/rededemulheresnegrasdonordeste/>>.

<sup>68</sup> ver mais em:

<<https://www.facebook.com/Instituto-da-Mulher-Negra-do-Piau%C3%AD-114157496997683/about>>

<sup>69</sup> Ver sobre em: <<https://www.abayomipb.com.br/>>

<sup>70</sup> Ver mais sobre em: <<https://www.facebook.com/RMNPE/>>

Ao falar dessas experiências, me refiro sobretudo a uma identidade nordestina<sup>71</sup> que, segundo Albuquerque Júnior (2003), surge como parte de um discurso das elites nos anos vinte do século passado, que acabou por definir uma identidade para toda essa região do País, edificando junto a isso um mundo masculino que fora fechado para as mulheres:

O mundo masculino parecia bastar-se a si mesmo, ser um mundo fechado, do qual não deveriam fazer parte as mulheres, a não ser em momentos e espaços específicos e quando fossem requisitadas. Entretanto, numa sociedade rústica e agressiva como a do Nordeste tradicional, as mulheres pareciam ter que se masculinizar também. No Nordeste, não era apenas o mundo masculino que estava fechado às mulheres, mas a própria região parecia excluir o feminino. A mulher-macho era aí uma exigência da natureza hostil e da sociedade marcada pela necessidade de coragem e destemor constante. Portanto, o discurso regionalista nordestino vai criando não só o homem nordestino, mas a própria mulher nordestina [...] (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p.225)

Dessa forma, partindo desse levantamento de Albuquerque Júnior (2003), sobre essa construção identitária histórica que nega o feminino, um mundo masculino nordestino que fecha as portas para as mulheres, ter na atualidade um agrupamento de mulheres negras nordestinas reflete mudanças profundas e significativas no que corresponde as resistências femininas no estado. São resistências que verbalizam em suas ações que elas não só também pertencem a esse mundo, como também o movem significativamente.

Esse fortalecimento regional é visto ainda na atividade do INEGRA produzida no dia primeiro de Julho de 2021, uma transmissão de uma roda de conversa sobre Pandemia, acesso à vacina e genocídio antinegro, tendo a participação da governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, a vice governadora do Piauí, Regina Sousa e representantes da Rede de Mulheres Negras do Nordeste. Aqui, têm-se uma articulação política frente a uma questão que atravessava o cenário, a pandemia e as suas implicações para a população negra. Esse debate também foi promovido outras vezes, como a discussão propiciada pelas mulheres negras da Região Nordeste sobre a mortalidade materna em tempos de covid-19, que ocorreu no dia 15 de julho de 2021.

---

<sup>71</sup> “É justamente neste período, que vai de 1924 a 1930, que se intensificam as discussões em torno do homem nordestino, da definição de suas características antropológicas, etnográficas, culturais etc. O tipo nordestino começa a se definir mais claramente a partir desta militância regionalista e tradicionalista. Este será definido, portanto, como um tipo tradicional, um tipo voltado para a preservação de um passado regional que estaria desaparecendo. Um passado patriarcal, que parecia ser substituído por uma sociedade por uma sociedade "matriarcal", efeminada. O nordestino é definido como um homem que se situa na contramão do mundo moderno, que rejeita suas superficialidades, sua vida delicada, artificial, histórica. Um homem de costumes conservadores, rústicos, ásperos, masculinos. O nordestino é definido como um macho capaz de resgatar aquele patriarcalismo em crise, um ser viril capaz de retirar sua região da situação de passividade e subserviências em que se encontrava.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.150)

Ainda, após lançar uma série de ações para marcar o encerramento do seu projeto Tecendo Negras Liberdades<sup>72</sup>, em 18 de julho de 2021, o INEGRA, em 21 de Agosto, participa da inauguração do primeiro tanque de criação de peixes do projeto “Sisteminha<sup>73</sup>”, uma ação que se direciona a garantia de segurança e soberania alimentar durante a pandemia, construída pelos moradores do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza-CE. O INEGRA não só participa presencialmente desse projeto como também é o responsável por sua organização, junto com o Movimento dos Conselhos Populares (MCP), sinalizando, frente a isto, a existência de projetos para além do debate, atuando junto aos efeitos sociais provocados pela pandemia.

Essa parceria com o Movimento dos Conselhos Populares (MCP) irá marcar o final do ano de 2021, ao estabelecerem em conjunto uma série de oficinas virtuais tendo como público alvo as mulheres que participam de grupos produtivos locais ligados à ação "comunidades articuladas para velhos e novos enfrentamentos" em Fortaleza-CE. Dentre as oficinas, o encontro, em 10 de setembro de 2021, abordou a economia solidária e gestão financeira, tendo como um dos objetivos a formação prática focada na gestão das finanças, e ações incentivando a economia solidária. A oficina sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) em 21 de outubro, e a oficina sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em quatro de novembro.

Essas ações em forma de oficina, sinalizam a presença do INEGRA na construção de outras alternativas, pensando no desenvolvimento sustentável e trabalhando no fortalecimento de outras mulheres frente a uma economia solidária. Tendo em vista que, segundo Kilomba (2010), “no âmbito do racismo a boca torna-se o órgão da opressão por excelência, ela representa o órgão que os(as) brancos(as) querem – e precisam – controlar e, conseqüentemente o órgão que, historicamente, tem sido severamente repreendido”. (KILOMBA, 2010, p:172), esse ato do INEGRA representa um movimento de resistência feminina que, mais do que construir diálogos, atua sobre o cotidiano e as relações. Entende as especificidades que atravessam os corpos, as regionalidades, impulsionam as potências e fortalece a autonomia para que outras mulheres também tenham voz.

Como ação mais recente, entretanto, encontramos novamente o tema sobre a participação política das mulheres negras, como a participação do INEGRA no encontro

---

<sup>72</sup> Trata-se de um projeto centrado na temática do encarceramento feminino, com foco nas prisões provisórias, com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos, realizado em parceria com o Fórum Cearense de Mulheres e o Escritório de Direitos Humanos Frei Tito. Ver mais sobre em <<https://inegrace.wordpress.com/2018/08/06/tecendo-negras-liberdade/>>

<sup>73</sup> O sisteminha se caracteriza como uma estrutura integrada de produção de alimentos, originada partindo das demandas das famílias de diferentes comunidades de Fortaleza. Para saber mais sobre; <[https://jubileusul.org.br/noticias/comunidade-do-palmeiras-inaugura-sisteminha-de-criacao-d-e-peixes-para-seguranca-alimentar/?fbclid=IwAR0IMh6cgeUeOZt5Qn5F2wNQKyI\\_RDbRqSwvJluOuw9BcNOhV151xLAX3A](https://jubileusul.org.br/noticias/comunidade-do-palmeiras-inaugura-sisteminha-de-criacao-d-e-peixes-para-seguranca-alimentar/?fbclid=IwAR0IMh6cgeUeOZt5Qn5F2wNQKyI_RDbRqSwvJluOuw9BcNOhV151xLAX3A)>

virtual promovido pela Rede de Mulheres Negras do Nordeste, em 21 de março de 2022, com o tema “promovendo a Participação Política e Enfrentamento a Violência Política contra Mulheres Negras”. Denota-se, com isso, que há um diálogo e um debate vivo e atual sobre a participação feminina negra no cenário político, face às resistências construídas historicamente para elas nesses espaços.

Neste ponto, temos a presença constante de uma das bandeiras centrais do movimento, como visto a seguir:

Das inúmeras bandeiras, destacamos a rediscussão sobre o sentido da política, na medida em que inclui questões consideradas do mundo do privado, que passaram a ser vistas como questões políticas: aborto; violência doméstica e sexual; trabalho igual para salário igual; relações hierárquicas visíveis entre profissionais de profissões semelhantes (veja o caso médico-enfermeira); divisão das tarefas domésticas; parceria na criação dos filhos. O movimento traz para o cenário da política a necessidade da rediscussão sobre o sentido de representação política, uma vez que para nós, mulheres, era, e continua sendo, inadmissível a sub-representação feminina nos espaços de poder legislativo e executivo. (FERREIRA, 2014, p.361)

Dessa forma, a rediscussão sobre o sentido da política apontada pela autora acima, se encontra presente nas atividades do INEGRA sobre as mulheres negras no cenário político e as violências das quais lá estão expostas. Ainda, pensando na importância da representação política que Ferreira (2014) aponta, destaco que, para além da necessidade de dialogar sobre esse ponto, tem-se a importância da ocupação. É o que nos mostra o mandato da co-vereadora Lila M. Salu pelo mandato coletivo nossa cara (PSOL). Artivista do tambores de safo, Lila assume esse compromisso no cenário político e junto com as outras co-vereadoras, traz, enquanto mulher negra e LGBTQI+, representatividade e compromisso com as mulheres negras. Sinalizando a importância de ocupar espaços organizativos e políticos.

Anda, esse movimento de ocupar esses espaços, em suas diversidades, encontrado tanto nas ações do Tambores de Safo como nas do INEGRA traduz-se na abordagem de Ferreira (2011):

Muitas mudanças se processaram nas três últimas décadas, porém os desafios ainda são muitos. Talvez o maior deles seja nos mantermos unidas, acreditando na coerência de nossos discursos e práticas políticas, que passa pela afirmação de um espaço político comum, que comporte toda essa diversidade, aprendizagem e sonhos. Esse espaço desejado e possível são os Fóruns Estadual de Mulheres, é a Articulação de Mulheres Brasileiras, são os Núcleos de Pesquisa das Universidades, são as redes de pesquisadores a exemplo da Rede Feministas de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Gênero – REDOR que se constituem espaços de reflexão e ação capazes de articular demandas sociais e ao mesmo tempo funcionam como espaço de fortalecimento de nossas identidades feministas que em tempos cada vez mais globalizados e massificados, urge a necessidade de buscar os

princípios filosóficos que norteiam as práticas feministas fundamentadas na construção de uma sociedade sem gênero que respeite as diferenças, contemple nossas diversidades, regionalidades e levem em conta nossos ritmos, processos, tempo político, momento e preocupações (FERREIRA, 2011, p.11)

Assim, Ferreira (2011) nos traz a necessidade de ocupar esses diferentes espaços, de fortalecer as construções coletivas, de promover debates que fortaleçam e construam em prol da pluralidade feminina, reconhecendo as diversidades e diferenças que regem vidas outras, e que mostram a realidade das relações sociais brasileiras e regionais. É o que podemos perceber nas ações do INEGRA e do Tambores de Safo, que, mais do que levarem para o cenário de luta feminista suas preocupações, suas regionalidades e seus processos, promovem ações diretas e plurais para a abertura e fortalecimento de novos caminhos, incidindo contra uma lógica histórica de poder, movimentando outras possibilidades diante de um cenário posto de violência e exclusão.

Por fim, por mais que esses dois espaços representem apenas uma parte das movimentações das lutas feministas, anti racistas e antilgbtfobicas no estado do Ceará, é possível perceber, através de suas ações, a potência e a força das resistências que seguem sendo construídas no território cearense. Perceber que, diante do opressor e de toda a sua história de opressão, há vozes que rompem os silêncios e ousam narrarem suas próprias trajetórias, há um mover potente de pertencimento. As mulheres do INEGRA e do Tambores de SAFO, por meio da arte, da cultura, do diálogo, da escuta, da promoção da autonomia, seguem, em conjunto a tantos outros espaços aqui construídos, a firmarem seus passos no chão, em pegadas que, dia a dia, olhar a olhar, e escuta a escuta, promovem rasgos nesse tecido colonial fadado ao fracasso. Até o dia em que não haverá mais vendas aos olhos e à boca. Até o dia em que finalmente poderemos enxergar o céu.



## 6. CONCLUSÃO

Os caminhos trilhados para o nascimento dessa pesquisa foram, em grande parte, desafiadores, cheios de novas nuances e surpresas, repletos de um misto de sentimentos contraditórios. Toda linha aqui escrita é fruto de um momento surgido em meio a esse processo, um silêncio, um rompante ou uma descoberta. Aqui, falo como fui me tornando ao mesmo tempo em que minha pesquisa foi sendo construída. Alimentando e sendo alimentada, sanando minhas dúvidas e criando outras tantas. Falo sobre tudo que me instigou, que encontrei, e tudo que colhi até aqui. Considerações finais que não necessariamente representam um fim, mas sim um novo e, ainda, misterioso começo.

A começar, parto das dificuldades próprias do contexto pandêmico que me fizeram seguir outros rumos no que corresponde a escolha do campo. Pensar e repensar novas possibilidades foi um desafio e, ao mesmo tempo, um meio de repensar novos caminhos para a minha pesquisa. Mesmo que impossibilitada de exercer as entrevistas, como originalmente planejado, encontrei, sob a análise documental, em uma imersão nas atividades propostas por esses grupos, uma grande fonte de discussão e reflexão, que me levaram também a existência de outros movimentos, enxergando o tecido conjunto e plural que segue sendo construído no cenário de lutas femininas no estado do Ceará.

O conhecimento dessas lutas plurais incide diretamente na pergunta que fora o motor dessa pesquisa. Ao ouvir a fala daquela mulher negra, lá em 2014, naquele evento feminista, e me perguntar o porque do silêncio das demais, eu não entendia. Não entendia, de fato, o enorme e complexo cenário de lutas femininas no estado do Ceará. Não entendia que, assim como havia pluralidades nas frentes de ação, também havia silêncios sobre elas, e que esses silêncios também diziam muito, e tudo. Foi vivendo, experienciando, mergulhando nos textos e nas discussões, e posteriormente acompanhando as atividades desses grupos durante essa pesquisa de dissertação, que consegui visualizar melhor todas as direções traçadas e, enquanto feminista, seguir me posicionando diante delas.

Alguns pontos se revelam cruciais para o entendimento colhido sobre as ações dessas resistências no Ceará. A começar, traçar que as mulheres presentes nessa pesquisa, negras, LGBTQIA+, sinalizam um compromisso não apenas com um debate racial, mas também com um debate sobre LGBTQIA+, de classe e de gênero e outros que. sinalizam que há uma diversidade de vivências que contemplam as experiências das mulheres, e que isso é fundamental para que possamos enfrentar, de fato, as opressões que incidem historicamente sobre essas diferenças.

Outro ponto percebido, é que esses movimentos transitam entre vários espaços e encontram novas formas de dizer, de se comunicar e se fortalecer. As ações não ficam

apenas em diálogos – também estritamente necessários- mas também chegam até as ruas, as comunidades, aos territórios, seja através da música, da construção em conjunto de novas possibilidades de alimentação, pensando em uma economia solidária, ou de oficinas para fortalecer e empoderar as mulheres em suas autonomias, como demonstrou as atividades do INEGRA junto aos moradores do conjunto Palmeiras e as mulheres que participam de grupos produtivos locais.

Para além desses pontos, é importante frisar a rede nacional e regional aqui também encontradas. Na primeira, percebe-se uma rede de mulheres negras que promovem uma agenda coletiva de lutas. Ter a participação de espaços feministas negros dentro dessa rede é estritamente necessário para se fazer ouvir as vozes das mulheres negras nordestinas e todas as suas particularidades. Essa regionalidade ainda é encontrada nas ações desses grupos ao participarem de ações promovidas por outros grupos nordestinos, e fazerem parte de uma rede de mulheres negras nordestinas. Mais uma vez, aqui se enfatiza as diferenças e as particularidades, principalmente no que corresponde aos efeitos diversos trazidos pelo contexto da pandemia.

Em suas propostas de pautas, também encontramos um movimento diverso, e atento às diferenças. É o que nos dizem suas ações com temas como combate ao feminicídio, sobre saúde, maternidade negra, economia sustentável, visibilidade lésbica e bissexual, e ocupação política. Esta última ganha destaque ao ser uma bandeira de luta discutida e executada. Nesse ponto temos, não só a importância dos espaços de diálogos promovidos por essas organizações, especialmente contando com a presença das mulheres negras que assumem os cargos políticos, como a inserção de uma das integrantes desses grupos dentro do cenário político, assumindo o cargo de vereadora e levando suas pautas para dentro desse espaço de tomada de decisões.

Frente a estes pontos encontrados, nascem ainda outros questionamentos que, por hora, permanecem em aberto. Diante do fortalecimento e empoderamento das mulheres negras, das redes de atuações feministas formadas, como se dá a construção, e se ocorre, do feminismo em um sentido regional interno? Capital-interior? Quais são as especificidades encontradas dentro dessa realidade e o que isso tem a nos dizer sobre o movimento de resistências feministas no estado do Ceará em suas próprias particularidades? Ainda, no que tange a participação política, quais as divergências e diferenças internas das poucas mulheres que ocupam esse cenário e como isso incide sobre as lutas feministas aqui no estado?

São questões a serem pensadas em trabalhos outros, e talvez próximos, mas que aqui ficam em registro para indicar um movimento que segue seu próprio fluxo. Se concretiza então como um pontapé inicial, uma abertura de outras portas e de outros caminhos. Uma possibilidade. Um modo de seguir aprendendo o extenso cenário de lutas

aqui travadas, a possuírem uma diversidade de caminhos, de rostos, olhares e modos próprios de serem. Entendendo, sobretudo, que essas organizações carregam em seus trajetos, em suas práticas políticas e em seus posicionamentos, a própria história dos movimentos de mulheres que é, e deve ser, sobretudo, plural e aberta a críticas constantes.

Por fim, fica em registro a força da luta feminista e antirracista aqui no estado, que mesmo diante de um cenário pandêmico não só encontra formas de se manter em ativo e próximo de outras mulheres, como também promove ações para garantir a sustentabilidade de suas vidas em meio as variadas perdas e incertezas, e que mesmo diante delas segue a lutar contra um contexto histórico visceral que determina divisões, cria a imagem de um “outro”, e segue vivo a produzir suas incontáveis vítimas diariamente.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz . **Nordestino**: uma invenção do falo; uma História do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Editora Catavento, 2003.

ADRIÃO, Karla Galvão; TONELI, Maria Juracy; MALUF, Sônia Weidner. O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(3): 392, setembro-dezembro/2011.

AKOTIRENE, Carla. "Vamos pensar direito: a interseccionalidade e as mulheres negras" (cap.2) In: "**O que é Interseccionalidade?**". Belo Horizonte, Letramento, p. 51-68, 2018.

ASAD, T. (1991). "From the History of Colonial Anthropology to the Anthropology of Western Hegemony". In: George W. Stocking Jr. (ed.). **Post-Colonial Situations**: Essays in the Contextualization of Ethnographic Knowledge: 314-324. Madison: University of Wisconsin Press.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. **Feminismos Subalternos**. Estudos Feministas, Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro/2017.

BATAILLE, Georges. "**O erotismo da experiência interior**"; "A interdição ligada à morte"; "A transgressão". In: O erotismo. São Paulo: Arx, 2004. p. 45-60; 61-75; 97-107

BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza. **Pobreza e lugar(es) nas margens urbanas**: lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. 2015. 470 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: . Acesso em: 27 de março 2017.

BUTLER, Judith. "**Sujeitos do sexo/gênero/desejo**". In: Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 15-6

BRASIL. Atlas da violência. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Governo Federal, Brasília, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). **Racismos Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003. p. 49- 59.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre el Colonialismo**. *Introducción* de Wallerstein, Immanuel "Aimé Césaire: colonialismo, comunismo y negritud". Capítulo I. *Discurso sobre el colonialismo*; Capítulo II. *Cultura y Colonización*. Madrid-Espanã; Ediciones Akal, 2006.

Coelho, Rebeca do Nascimento. **Contextos de participação política de mulheres** : as candidaturas das prefeitas Maria Luiza Fontenelle (1985) e Luizianne Lins (2004) / Rebeca do Nascimento Coelho. – Recife: O autor, 2014

COLLINS, Patricia Hill. **O QUE É UM NOME?** Mulherismo, feminismo Negro e além disso. cadernos pagu(51), 2017.

COSTA, Renata Gomes da. et al. Relações de gênero e poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE

FEMINISTA NORTE E NORDESTE, 17.; 2012, João Pessoa. **Anais....**João Pessoa: UFPb, 2012. p. 222 - 240.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. p.7 - 16. Disponível em: . Acesso em: 16 fev.. 2022.

CUCHE, Denys. "A Invenção do Conceito Científico de Cultura nas Ciências Sociais". In: **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**". Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed., Bauru, EDUSC, 2002, p. 33-48

DAMATTA, R. **Relativizando**. Rio de Janeiro, Rocco:1997.

DESCOLA, P. . "**Más Allá de la Naturaleza y de la Cultura**". Jardín Botánico de Bogotá José Celestino Mutis. 2001.

DINIZ, Débora. **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa**. Brasília: Letras Livres, 2013.

DUMONT, L. (1978). Homo Hierarchicus. **Le Système des Castes et ses Implications**. Paris: Gallimard. Prefácio, Introdução e Posfácio à Edition Tel.

FABIAN, J . **The Time and the Other: how anthropology makes its object**. Columbia University Press. 2014.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Ed. Civilização Brasileira S.A. 1968

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo. 2017. 160 p.

Mary Ferreira, **Feminismos no Nordeste brasileiro** , Polis [Online], 28 | 2011, posto online no dia 13 abril 2012, consultado o 20 abril 2019.

FERREIRA, Mary. Movimento de Mulheres e Feministas e sua ação anticapitalista no Brasil e Maranhão.**Rev. Pol. Públi.**, São Luís, Número Especial, p.359-367, Julho de 2014.

FIGUEIREDO, Angela. GOMES, Patrícia Godinho. Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 24(3): 398, setembro/dezembro/2016.

FROTA, Maria Helena de Paula; SILVA, Maria Hermenegilda. Organização das mulheres no Ceará: a trajetória do conselho cearense de direitos da mulher-CCDM na viabilização e políticas para as mulheres. **Conhecer: debate entre o público e o privado**. v 04.nº14. 2015. (FOUCAULT; 1988; p.43-44)

GALINDO, María. La revolución feminista se llama despatriarcalización. In: **Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala**. Acsur las segovias,, 2015. cap.3. p.27-50. (GODINHO, 1998, p.15).

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. História. Coleção para todos. Secretaria de Educação continuada. Alfabetização e Diversidade - Brasília: Ministério da Educação - 2005.

GONZALES, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-americano. **Caderno de Formação Política do Circulo Palmarino**. 2011. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod\\_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf)> Acesso em: 1 março. 2021.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Revista novos estudos**, São Paulo, n. 54, p. 147- 156, jul. 1999.

\_\_\_\_\_. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2002. 232 p.

\_\_\_\_\_. Como trabalhar com “raça” em Sociologia. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 29, n. 1, p. 97-103, jan./jun. 2003.

Hofbauer, Andreas. Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil. In: \_\_\_\_\_. ZANINI, Maria Catarina Chitolina (Org.). **Por que "raça"? Reflexões sobre "questão racial" no cinema e na antropologia**: Santa Maria, SC: UFSM, 2007. cap. 6, p. 151 - 187.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher**. Rio de Janeiro: Plataforma Gueto, 2014. 139 p.

\_\_\_\_\_. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n.16, p. 193 - 210. jan./abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Ana Luiza Libânio [trad.]. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018-2019**.

\_\_\_\_\_. **Estatística de gênero 2021**. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica. n.38. Disponível em<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf)>. Visto em 15 jan. de 2022.

KILOMBA, Grada. **A Máscara**. Traduzido por Jessica Oliveira de Jesus. Cadernos de Literatura em Tradução, n. 16, p. 171-180. 2015.

LALANDA, Piedade. **Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica**. Análise Social: vol. XXXIII , 1998 (4.º), 871-883 p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e cultura**. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2844023/mod\\_resource/content/1/L%C3%89VI-STRAUSS%2C%20Claude\\_Ra%C3%A7a%20e%20hist%C3%B3ria.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2844023/mod_resource/content/1/L%C3%89VI-STRAUSS%2C%20Claude_Ra%C3%A7a%20e%20hist%C3%B3ria.pdf)> Acesso em 02 dez. 2019.

LIMA, Maria Batista. Identidade étnico/racial no Brasil: uma reflexão teórico metodológica. **Revista Fórum identidades**, Sergipe, v. 3, n. 3, p. 33-46, jan./jun. 2008.

LORDE, Audre. **Las herramientas del amo nunca desmontarán la casa del amo**” (1979/1984/2003), en Audre Lorde, La hermana, la extranjera. Artículos y conferencias, traducción de María Corniero, revisión de Alba V. Lasheras y Miren Elordui Cadiz, Ed. Horas y horas, Madrid, 2003, pp. 115-120.

\_\_\_\_\_. Idade, raça, classe e sexo: as mulheres redefinem a diferença". In: **Irmã Outsider: ensaios e conferências**". Tradução: Stephanie Borges. Belo Horizonte, Autêntica Editora, p.141-167, 2019.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, p. 935-952. set./ dez.2014.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Sexismo e racismo: algumas considerações sobre o perfil identitário e o movimento das mulheres negras. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis, SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, SC: UFSC, 2013. Disponível em: Acesso em: 12 jan. 2022.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999. 143 p.

MENDES, Pedro Vítor Gadelha. **Racismo Colonial: Herança Colonial, trajetórias contemporâneas**. 2010. 95 p. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MEINERZ, Nádia Elisa. "**Valores, prazeres e dilemas das parcerias femininas**". In: Entre mulheres: etnografia sobre relações homoeróticas femininas em segmentos médios urbanos na cidade de Porto Alegre. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 119-145

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. "Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonias feministas en el espacio transnacional". **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, v. 14. n. 33, p. 37-54, jul.-dez. 2009

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Marxismo e feminismo: Afinidades e diferenças**. Crítica Marxista, São Paulo, n. 11. p. 89 - 97, 2000.

MUNANGA, Kabengele. **Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil**. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P. (Org.). **Programa de educação sobre o negro na sociedade Brasileira**. Niterói, RJ: PENESB, 2004. p. 15 - 34.

MUNANGA, Kabengele & GOMES Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. Coleção para entender, São Paulo: Global, 2006.

NASCIMENTO, Joelma Gentil. **Memórias organizativas do movimento negro cearense: algumas perspectivas e olhares das mulheres militantes na década de oitenta**. 2012. 188 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira (PPGE), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social** – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. 332 p.

OYĔWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos**

feministas e o desafio das epistemologias africanas.. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8.

PARKER, Richard. **Abaixo do Equador**: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2002. [Capítulo II, “Homossexualidades brasileiras”, p. 51-85]

PEDRO, Joana. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270 - 283, jan./jun. 2011.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. Horizontes Antropológicos, ano 20, n. 42, pp. 377-391, 2014

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: \_\_\_\_\_. Algranti, Leila Mezan (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002, v. 48, p. 7 - 42. Disponível em: . Acesso em: 01 jan. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Dossiê da América Latina. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**. Estud. av. vol.19 n°.55 São Paulo Sept./Dec. 2005

RABINOW, P. “Representations Are Social Facts: Modernity and Post-Modernity in Anthropology”. In, **CLIFFORD, J & MARCUS, G** (1986). Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography. Berkeley: University of California Press.

RAMKRAPES, Carolina Melania. **Histórias do movimento feminista no Ceará**: Célia Zanetti, Rosa da Fonseca e Maria Luiza Fontenele. Campinas, SP, 2017.

RATTS, Alex; FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. **O Negro no Ceará**. 1992.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, Editora Letramento, 2018 (ROCHA, 2006, p.7)

ROCHA, Raquel Caminha. Construindo uma memória militante: mulheres que lutaram contra a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2012.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a 'Economia Política' do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sonia Côrrea. Recife: SOS Corpo, 1993. 32 p.

SARTI, Cynthia. **Feminismo no Brasil**: uma trajetória particular. Ca. Pesq., São Paulo (64):38-47, fev. 1988.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e Anti-racismo: a categoria raça em questão. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, vol.10, n. 19, p. 41-55, jan./jun. 2010. Disponível em: . Acesso em 10 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: . Acesso em: 10 jan. de 2022..



SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71 - 99, jul./dez. 1995.

SEGATO, Rita. **Gênero e colonialidade**: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. 2010 Disponível em <  
<https://journals.openedition.org/eces/1533>> Acesso em 12 out. 2020.

SILVA, César Augusto de Assis. Edward Tylor (1832-1917). In: **Os antropólogos** : clássicos das ciências sociais/ Everardo Rocha, Marina Frid. (orgs.)- Petrópolis, RJ : Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2015. p. 1-39

Silva, Sarah Pinho da. **Os feminismos de Segunda Onda** : A União das Mulheres Cearenses (1979-1985) / Sarah Pinho da Silva. – 2020. 119 f.

**Síntese de indicadores sociais** : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2021 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2021. 206 p. : il. - (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 44)

SOARES, Vera. **Movimento feminista**: paradigmas e desafios. Estudos feministas. M.E/94.

SOARES, Suany Rafaely. **A experiência militante da frente de mulheres dos movimentos do CARIRI**: as vozes que se insurgiram em um Cariri que odeia as mulheres. Seminário Internacional Fazendo Gênero (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

TREVISAN, João Silvério. "Parte III – Um novo mundo nada admirável". In: **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 157-228

TROUILLOT, M. (2011). "**Moderno de otro Modo. Lecciones Caribeñas desde el Lugar del Salvaje**". Tabula Rasa [online], n.14:79-97.

VIGOYA, Mara Viveros. **La interseccionalidad**: una aproximación situada a la dominación. Debate feminista. Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, Colombia. 2016.

VIVEIROS DE CASTRO, E. "**O Nativo Relativo**". Mana. vol.8 no.1. Rio de Janeiro, 2002.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 390 p.